



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PETTERSON ÁVILA CORRÊA

**CONFLITOS AMBIENTAIS EM BARROSO: A FÁBRICA DE CIMENTO E  
MOVIMENTOS SOCIAIS (1955-2013)**

São João del-Rei  
Maio de 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PETTERSON ÁVILA CORRÊA

**CONFLITOS AMBIENTAIS EM BARROSO: A FÁBRICA DE CIMENTO E  
MOVIMENTOS SOCIAIS (1955-2013)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Poder e relações sociais

Orientador: Eder Jurandir Carneiro

São João del-Rei  
Maio de 2014

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão da  
Biblioteca da UFSJ

Corrêa, Petterson Ávila

C824c Conflitos ambientais em Barroso : a fábrica de cimento e movimentos  
sociais (1955-2013) [manuscrito] / Petterson Ávila Corrêa . – 2014.  
135f.; il.

Orientador: Eder Jurandir Carneiro.

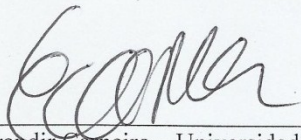
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del – Rei.  
Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas.

Referências: f. 136-147.

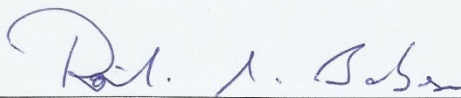
1. Cimento - Indústria - Barroso (MG) - História - Teses 2. Ar - Poluição -  
Teses 3. Movimentos sociais - Teses 4. Saúde ambiental - Teses I. Carneiro, Eder  
Jurandir (orientador) II. Universidade Federal de São João del – Rei .  
Departamento de Ciências Sociais Políticas e Jurídicas III. Título

CDU: 981.51:504.03

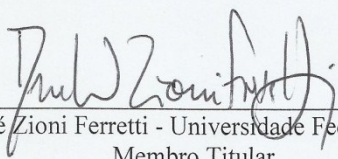
Este exemplar da dissertação intitulada “CONFLITOS AMBIENTAIS EM BARROSO: A FÁBRICA DE CIMENTO E MOVIMENTOS SOCIAIS (1955-2013)”, do mestrando PETERSON ÁVILA CORRÊA, corresponde à redação final aprovada pela Banca Examinadora, em 30 de maio de 2014, constituída pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Eder Jurandir Carneiro – Universidade Federal de São João del-Rei  
Orientador



Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Membro Titular



Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti - Universidade Federal de São João del-Rei  
Membro Titular

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe, que sempre me apoiou em tudo que precisei na vida.

Ao amigo Eder Jurandir Carneiro, meu orientador. Inquietação quanto às injustiças sociais, rigor e honestidade no que se pesquisa, são aprendizados e valores fundamentais, que aprendi com esse professor.

Aos professores Danilo José Zioni Ferreti e ao Rômulo Soares Barbosa por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora, e por terem me ajudado com sugestões e críticas na qualificação dessa pesquisa.

Agradeço também aos professores Wlamir Silva, Patrícia Mattos e ao Afonso Alencastro, cujas disciplinas ministradas por eles no meu primeiro ano de mestrado, desencadearam bons debates e reflexões.

Ao Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental da UFSJ (NINJA). Fazer parte desse núcleo foi importantíssimo para minha vida acadêmica, e foi onde eu comecei a pesquisar o conflito ambiental em Barroso antes de entrar no mestrado.

Aos membros da Organização para o Desenvolvimento Sustentável e Comunitário (ODESC), cuja contribuição deles foi fundamental para explicitar o conflito ambiental em Barroso no passado mais recente.

Aos vários moradores de Barroso, do bairro do Rosário e do bairro Centro que gentilmente aceitaram a conceder entrevistas para levantar informações para a pesquisa.

Ao historiador, Wellington Tibério, que me ajudou muito no processo de ida as fontes e no fornecimento de dados para a pesquisa.

Ao Paulo Terra e ao Cristiano Rodrigues Pereira por terem me permitido gentilmente, pesquisar seus acervos pessoais.

A Biblioteca Municipal de Barroso, Biblioteca Municipal de São João del-Rei, a Câmara de Vereadores de Barroso, ao jornal Barroso em Dia, ao Ministério Público de Minas Gerais da comarca de Barroso, por terem me permitido a consultar seus arquivos para a pesquisa.

A Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

## RESUMO

O trabalho toma como objeto a história de conflitos ambientais que se passam na cidade de Barroso, localizada no estado brasileiro de Minas Gerais, envolvendo uma fábrica de cimento, moradores, poder público e movimentos sociais. O recorte cronológico é de 1955 a 2013. Desde 1955, uma fábrica de cimento, a Companhia de Cimento Portland Barroso (CCPB), é instalada no perímetro urbano da cidade e se encontra em plena atividade na produção de cimento. Uma das características dessa atividade produzir, por si própria, são as emissões atmosféricas ocasionadas pelo processo de queima de combustível e de moagem do cimento. Ao longo de seis décadas de funcionamento da fábrica, boa parte da população de Barroso enfrentou e vem enfrentando os incômodos gerados pelas emissões atmosféricas da fábrica, como sujeira, mau cheiro e sérios riscos de contaminação. Por essas e outras razões, a fábrica foi, por diversas vezes, questionada por moradores, pelo poder público e, mais recentemente, pela igreja católica local e por movimentos sociais organizados, como a Organização para o Desenvolvimento Sustentável e Comunitário (ODESC). Por meio do levantamento de informações de jornais, de inquéritos civis, relatórios e entrevistas semi-estruturadas, investigamos como os atores agiram para pedir providências à fábrica quanto ao problema da poluição desde a época da ditadura militar; como o conflito veio a ser institucionalizado no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a partir da década de 1990; e como foi o surgimento e as ações de movimentos sociais organizados a partir de 2003, como a ONG ODESC, que protagonizou, junto à igreja católica local e aos moradores do bairro do Rosário, uma série de questionamentos sobre os perigos, para a saúde humana, da incineração de resíduos perigosos realizada pela Holcim. Os vários episódios históricos dos conflitos ambientais em Barroso são permeados pela exaltação do papel econômico que a fábrica exerce na vida social da cidade; pelas suas chantagens econômicas e ameaças quando questionada e pela proliferação de informações contra e a favor das atividades de incineração da fábrica, num jogo em que, de um lado, os atores contra a poluição tentam desvelar e denunciar os perigos das emissões atmosféricas da fábrica e, de outro, a empresa procura elaborar discursos e práticas ambientais “sustentáveis” para conquistar a opinião pública, à medida que, no passado mais recente, vai sendo criticada pelos atores denunciadores.

**Palavras-chave:** fábrica de cimento, poluição atmosférica, movimentos sociais, conflito ambiental.

## ABSTRACT

The work takes as I object the history of environmental conflicts that go on in Barroso's city, located in the Brazilian state of Minas Gerais, wrapping a factory from cement, residents, public power and social movements. The chronological cutting out is from 1955 to 2013. From 1955, a factory from cement, the Company from Cement Portland Barroso (CCPB), is installed in the city limits of the city and it is in full activity in the production from cement. One of the characteristics of this activity to produce, for own you, they are the atmospheric emissions caused by the process of burning of fuel and of grinding from the cement. Along six decades of functioning of the factory, good part of the population of Barroso faced and it is facing the nuisances produced by the atmospheric emissions of the factory, like dirt, bad smell and serious risks of contamination. For this and other reasons, the factory was, for several times, questioned by residents, by the public power and, more recently, for the catholic local church and for social organized movements, like the Organization for the Sustainable and Communitarian Development (ODESC). Through the lifting information of newspapers, of civil inquiries, reports and semi-structured interviews, we investigate as the actors acted to ask providences to the factory as for the problem of the pollution from the time of the military dictatorship; since the conflict became institutionalized in the Public prosecution service of the State of Minas Gerais, from the decade of 1990; and since they were the appearance and the actions of social movements organized from 2003, like the ONG ODESC, in which it played the lead role, near the catholic local church and to the residents of the district of the Rosary, a series of questions on the dangers, for the human health, of the incineration of dangerous residues carried out by the Holcim. Several historical episodes of the environmental conflicts in Barroso are permeated by the agitation of the economical part that the factory plays in the social life of the city; for his economical blackmails and you threaten when questioned and for the proliferation of informations against and on behalf of the activities of incineration of the factory, in a play in which, from a side, the actors against the pollution try to reveal and to denounce the dangers of the atmospheric emissions of the factory and, of other, the enterprise tries to prepare speeches and environmental "sustainable" practices to conquer the public opinion, while, in the most recent past, it is when denouncers were criticized by the actors.

**keywords:** factory from cement, atmospheric pollution, social movements, environmental conflict.



## SUMÁRIO

MOMENCLATURA.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	14
LISTA DE FOTOS.....	15
LISTA DE TABELAS.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I. A implantação da cimenteira, o contexto da produção de cimento e os primeiros episódios dos conflitos ambientais (1955-1992) .....	34
1.1. Barroso e o contexto da implantação da fábrica de cimento.....	34
1.2. Contexto histórico da produção de cimento.....	46
1.3. A atuação da Holcim no Brasil.....	49
1.4. Os primeiros indícios de conflitos ambientais: o período sem eletrofiltros (1955-1969).....	51
1.5. O auge da produção (1972-1979).....	58
1.6. O período do carvão: da fumaça branca à fumaça preta (1980-1983).....	63
CAPÍTULO II. A institucionalização do conflito e os primeiros passos rumo às “práticas sustentáveis” .....	78
2.1. A institucionalização do conflito no Ministério Público de Minas Gerais (1992-2007).....	78
2.2. Os primeiros movimentos de ambientalização da fábrica.....	84
CAPÍTULO III. Movimentos sociais em cena: a ONG ODESC, moradores do bairro do Rosário e a igreja versus Holcim (2003-2013).....	94
3.1. A descoberta da incineração de produtos tóxicos pela ODESC e seus primeiros embates com a Holcim.....	95
3.2. A ODESC e o movimento popular.....	106

3.3. Descarregamento de produto tóxico em rua vira protesto e inquérito do MPMG, em 2006.....	110
3.3.1. O papel da igreja católica local no conflito.....	114
3.4. Ministério Público Estadual, a última esperança dos atingidos pela incineração.....	119
3.5. Epílogo: a expansão da Holcim.....	121
3.5.1. Uma recepção eufórica.....	121
3.5.2. A discussão do licenciamento ambiental da Holcim no COPAM.....	125
3.5.3. O lançamento da pedra fundamental da expansão e criação Conselho Especial da Expansão da Holcim.....	127
3.5.4. As insatisfações continuam... ..	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
BIBLIOGRAFIA.....	136
FONTES.....	142

## **MOMENCLATURAS**

### **Siglas**

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

APP - Área de Preservação Permanente

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAOMA - Ministério Público ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais.

CCPB - Companhia de Cimento Portland Barroso

EIA/RIMA - Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais

GAIA - Global Alliance for Incinerator Alternatives

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

LO - Licença de Operação

MP - Ministério Público

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

MPF - Ministério Público da Federal

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ODESC - Organização para o Desenvolvimento Sustentável e Comunitário

ONG – Organização não governamental

OMC - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PP - Partido Progressista

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

PT do B - Partido Trabalhista do Brasil

PV - Partido Verde

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RP's - resíduos perigosos

SEDE- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNIC - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

SUPRAM - Superintendências Regionais de Regularização Ambiental da Zona da Mata Mineira

SUS - Sistema Único de Saúde

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

VAF - Valor Adicionado Fiscal

UDN – União Democrática Nacional

WBCSD - Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Jornal da prefeitura divulgando a reclamação do vereador.....	63
Figura 2. Jornal <i>Barroso</i> divulgando as três cartas.....	68
Figura 3. Jornal <i>Barroso</i> divulgando as três correspondências.....	74
Figura 4. Jornal divulgando o protesto dos moradores de Barroso.....	114
Figura 5. Jornal divulgando a entrevista do padre sobre a fábrica.....	116

## LISTA DE FOTOS

Foto 1. Construção da fábrica no início da década de 1950.....	40
Foto 2. Autoridades presentes à inauguração do terceiro forno, em 1972.....	43
Foto 3. Cidade de Barroso e as chaminés da CCBP, em data possivelmente anterior à década de 1970.....	54
Foto 4. Foto da implosão das três chaminés da ex-CCPB em 1998.....	93
Foto 5. Cidade de Barroso e a fumaça da chaminé da Holcim no dia 19 de outubro de 2013.....	130

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção brasileira de cimento portland – 1950/2010 (mil t).....	48
Tabela 2 - Produção anual de cimento da CCPB/Holcim – 1955/2012 (t).....	50
Tabela 3 - Produção anual de cimento da CCPB/Holcim (em porcentagem) – 1955/2012.....	50
Tabela 4 - Produção de Cimento, Barroso, 30.12.1980.....	75



## INTRODUÇÃO

Objetivamos, nesta dissertação, analisar os vários episódios de uma situação de “conflito ambiental” verificados na cidade de Barroso, Minas Gerais, envolvendo a fábrica, a Companhia de Cimento Portland Barroso, (hoje de propriedade do Grupo Holcim), a igreja católica, a Organização para o Desenvolvimento Sustentável e Comunitário (ODESC), órgãos públicos do município, órgãos públicos ambientais do estado, moradores do bairro do Rosário e do bairro Centro. Buscamos descrever e analisar as diferentes percepções dos atores sociais envolvidos no conflito, suas relações de poder e seus desdobramentos no processo histórico, no período que compreende os anos de 1955 aos tempos atuais.

A motivação do presente estudo é fruto de participação numa pesquisa sobre conflitos ambientais nas mesorregiões Campos das Vertentes e Zona da Mata, que realizamos, durante dois anos, com Bolsa de Iniciação Científica (BIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), no âmbito de um projeto de pesquisa, ainda em andamento, que envolve três universidades públicas mineiras, a saber, UFMG, Unimontes, UFSJ. O principal produto dessa pesquisa é o *Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, site interativo (disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/?pg=mapa>). Constam no Mapa 541 casos de conflitos ambientais, entre os quais está o caso do conflito ambiental de Barroso. Nessa pesquisa, identificamos o conflito em questão, por meio de entrevistas, relatos e levantamento dos arquivos do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). O período cronológico dos levantamentos de dados sobre os conflitos ambientais do Mapa é de 2000 a 2010. O interesse, nessa dissertação, de pesquisar a relação dos moradores de Barroso com a fábrica de cimento num recorte cronológico mais extenso, que abrangesse também o período anterior aos anos 2000, se deve a algumas informações que, durante a pesquisa do Mapa, encontramos em um Inquérito Civil Público, contido nos arquivos da sede do MPMG localizada em Barroso. O Inquérito, aberto em 1992 no MPMG de Barbacena e arquivado no MPMG de Barroso em 2006, apontou alguns indícios de que o problema da poluição

ambiental<sup>1</sup> em Barroso não era uma situação nova. Esse inquérito, instaurado em 1992, em virtude de denúncia apresentada, em março desse ano, por um grupo de mulheres do bairro do Rosário, que reclamaram, junto ao MPMG em Barbacena, da emissão de pó de cimento nos levou à hipótese de que a situação vivida pelas moradoras, quanto à poluição da fábrica, poderia não ser uma situação apenas do ano de 1992, já que a empresa sempre esteve instalada, em plena atividade, nas imediações do perímetro urbano, desde 1955. Por essas razões, resolvemos investigar o “suposto silêncio” dos moradores em relação à poluição produzida pela fábrica anteriormente a 1992.

De início, julgamos que não encontraríamos informações sobre a ocorrência de conflitos nas fontes escritas anteriores aos anos 1990, principalmente pelo fato de o país ter vivido sob uma ditadura militar (1964-1985), quando as liberdades de imprensa e de reivindicação eram fortemente cerceadas. Outra hipótese era a de que o “suposto silêncio” anterior à década de 1990 pudesse estar ligado ao fato de que muitos barrosenses e/ou seus familiares e amigos eram funcionários da empresa e, por isso, silenciavam a respeito da poluição. Mas, para a nossa surpresa, encontramos alguns dados em jornais das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 que permitiram evidenciar que, anteriormente à década de 1990, a situação de “conflito ambiental” já existia em Barroso, embora com outros atores e em diferentes níveis de questionamento em relação à década de 2000. Isso nos motivou a realizar um estudo de caráter historiográfico desses conflitos ambientais, contemplando um recorte cronológico mais amplo, que abrange o período compreendido entre a instalação da fábrica de cimento, ocorrida em 1955, e os dias de hoje. De que tipo de estudo se trata? Qual é o seu lugar no campo historiográfico?

O objeto de nosso estudo certamente possibilitaria caracterizá-lo como pertencente à história ambiental, disciplina que já tem uma trajetória histórica relativamente longa. Com efeito, o debate acerca da história ambiental<sup>2</sup> nasce, em

---

<sup>1</sup> Embora dependa da ocorrência e da intensidade das emissões objetivas de partículas na atmosfera, a percepção dessas emissões como “poluição” não é mero reconhecimento de algo que existe objetivamente, ou seja, a sensibilidade à “poluição” é uma construção social em que realidade e representação envolvem diversos elementos que se articulam com o econômico, o físico, o cultural etc. ACSELRAD, H., MELLO, C. A. e BEZERRA, G. N. *O Que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2009.

<sup>2</sup> A retratação da interação entre o homem e a natureza não é nenhuma novidade na história. Se formos considerar a visão de Marx, de que a natureza é à base da existência de todos os tipos de vida e a base de produção com a qual o homem mantém um diálogo constante, para não morrer (já que o homem é uma das partes intrínsecas à natureza), há de perceber-se que as representações

grande medida, com a publicação da revista dos *Annales*, na França, em 1929, fundada pelos professores Marc Bloch e Lucien Febvre. Tais autores tinham um grande interesse em entender, do ponto de vista histórico, os fundamentos ambientais da sociedade. Argumentavam que toda história deva ser construída levando em consideração tudo o que se relaciona ao homem, incluindo, é claro, a natureza. Nesse viés, Marc Bloch, por exemplo, produziu estudos sobre a vida rural na França, nos quais examina a relação entre o uso da terra realizado pelas técnicas dos camponeses medievais e as paisagens, as habitações etc. Em 1949, já na segunda geração dos *Annales*, é publicada a obra de Fernand Braudel intitulada “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Filipe II”, que mostra um estudo histórico da relação do homem com o seu meio (ou a natureza). Nesse estudo, o autor divide o processo histórico em diferentes dimensões cronológicas e mostra como “homem e natureza” se influenciam mutuamente. No ano de 1974, ocorre outra publicação do grupo da terceira geração dos *Annales*, dedicada à *Histoire Environnementale* (História Ambiental), cujo prefácio, escrito por Emmanuel Le Roy Ladurie, nos dá uma boa ideia da disciplina:

A história ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima, ambos os fatores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravada por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda “disposição” dos colonizadores simplórios; a destruição da Natureza, causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial; mazelas de origem urbana e industrial, que levam à poluição do ar e da água...<sup>3</sup>.

Mas é na década de 1970 que o tema da história ambiental ganha *status* científico. Em 1977 é criada a Sociedade Americana de História Ambiental. De acordo com o historiador norte estadunidense Donald Worster<sup>4</sup>, a ideia de uma história ambiental, enquanto disciplina, surgiu na medida em que cresciam os movimentos ambientalistas e populares de vários países e no momento em que ocorriam conferências oficiais para discutir a “crise global”. Em síntese, para o autor,

---

sobre a natureza são uma constante em toda atividade humana, transformando-se ao longo do tempo, já que as leis de cada modo de produção e as leis da natureza influenciam-se mutuamente, num processo dialético, por meio do trabalho. Assim, as representações sobre a natureza em diferentes níveis críticos, de alguma forma, sempre retrataram as relações do homem com a natureza. MARX, Karl. Manuscritos economia Y filosofia. 5 ed. Spain: Aliança – Editorial Madrid, 1974, p. 111.

<sup>3</sup> LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Economies, Sociétés, Civilisation dos Annales*, n. 29 (1974), p.29.

<sup>4</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. in: *Estudos Históricos*, 4(8), Rio de Janeiro, 1991, p. 198-215.

a história ambiental teria nascido a partir de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história<sup>5</sup> um campo de investigação mais inclusivo, já que outras áreas do conhecimento, como as ciências naturais, a geografia, a antropologia etc., seriam importantes para que história possa refletir e identificar o passado<sup>6</sup>.

Nos últimos quarenta anos, isto é, desde a sua criação, a história ambiental deu importantes passos como disciplina investigativa; mas ela ainda guarda sérios desafios no que tange à sua criticidade em relação aos acontecimentos do passado. Worster, por exemplo, dá contribuições relevantes no que tange à definição da história ambiental e seu diálogo com outras disciplinas do conhecimento<sup>7</sup>, mas não leva em consideração a dialética dos acontecimentos sociais e o processo de luta dos atores.

No Brasil, também, a maioria dos trabalhos<sup>8</sup> de história ambiental não segue o debate que incorpora a dimensão do conflito dos acontecimentos. Um dos pioneiros da história ambiental no Brasil, José Augusto de Pádua, por exemplo, em sua obra *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*<sup>9</sup>, retrata a devastação da natureza ocorrida no Brasil, durante os períodos colonial e do império. O autor faz uma série de observações críticas quanto à conduta dos colonizadores no trato com a terra, com as matas etc., mas suas análises têm como pano de fundo um olhar de condenação moral da relação “homem e natureza”, atribuindo a uma suposta irracionalidade dos atores a responsabilidade pela degradação da natureza, abstendo-se de lançar um olhar

---

<sup>5</sup> Além disso, a história ambiental, de acordo com Worster, surge da necessidade de “reconceituar a história ‘de baixo para cima’”, ou seja, os temas mais importantes da história agora não se referem mais à história da política do passado, dos grandes feitos e heróis, de alguns grandes homens que “controlavam” o passado. A história, segundo o autor, agora reconhece que é preciso atingir as questões que foram ao longo do tempo marginalizadas, como “as camadas ocultas da classe, raça, gênero” etc. WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. in: *Estudos Históricos*, 4(8), Rio de Janeiro, 1991.

<sup>6</sup> Worster, Donald. Op. Cit.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> Algumas das obras mais significativas que se enquadram na linha de história ambiental, no Brasil são: Warren Dean, *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica* (Nobel, 1989) e *A ferro e fogo: história e devastação da Mata Atlântica brasileira* (Cia. Das Letras, 1996); Victor Leonardi, *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil* (UnB, *Paralelo 15*, 1996). José Augusto Drummond, *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro* (EDUFF, 1997). Para uma boa reflexão crítica sobre a história ambiental brasileira veja-se: Diogo de C. Cabral, Substantivismo econômico e história florestal da América Portuguesa (*Varia História*, vol. 14, nº 39, jan/jun 2008).

<sup>9</sup> PÁDUA, José Augusto Pádua. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 318 p.

crítico das estruturas sociais, políticas e econômicas que condicionam as relações de poder entre os atores<sup>10</sup>.

Porém, apesar de a maioria dos trabalhos de história ambiental não incorporar a dimensão dos conflitos ambientais em suas abordagens analíticas, temos algumas correntes minoritárias que priorizam investigar como os atores históricos se relacionam e lutam pelos seus interesses e projetos de apropriação das condições naturais e territórios, se separa-los dos contextos mais genéricos que condicionam as ações dos atores. Entre os autores pertencentes a essas correntes minoritárias da história ambiental, podemos mencionar o historiador estadunidense James O'Connor<sup>11</sup>, que diferentemente de Worster, por exemplo, analisa a história ambiental por meio de uma perspectiva que leva em consideração o movimento dialético dos atores sociais e seus conflitos. Para O'Connor, a história ambiental é fruto de uma dialética entre processos sociais, políticos, econômicos e intelectuais e a trajetória de construção dos olhares sobre a relação do homem com a natureza (ou meio ambiente) não pode ser compreendida sem que se leve em consideração os acontecimentos dos últimos três séculos, como as reformas e revoluções políticas e jurídicas, as revoluções industriais e tecnológicas, a exploração do trabalho, as lutas sociais, a questão da propriedade, o consumo etc. Para o autor, o aprofundamento das mudanças na relação entre homem e natureza se vislumbra mais claramente no contexto em que as forças produtivas das sociedades capitalistas vão se desenvolvendo e se apropriando do ambiente. Isso implica inúmeros processos de lutas sociais e políticas que são intrínsecos às mudanças provocadas pela dinâmica capitalista expansiva. Dessa forma, O'Connor propõe a construção de uma história ambiental na qual se deve levar em conta a investigação das situações e problemas inseridos na economia global e analisar as relações entre

---

<sup>10</sup> Podemos ilustrar o argumento do autor na seguinte passagem de seu livro: "... optei por enfatizar, ao menos nesse primeiro trabalho, o debate centrado no tema da destruição ambiental. Não estou alheio à crítica feita por Simon Schama aos historiadores ambientais, no sentido de que esses tendem a priorizar os aspectos destrutivos da relação entre as sociedades e o mundo natural, deixando de lado uma ampla gama de relações objetivas e subjetivas, muitas das quais construtivas, que ocorrem cotidianamente. Concordo com essa observação, inclusive no plano do debate político-ambiental, que vai além do problema da devastação. No caso do Brasil, porém, onde tanto se acha por fazer em termos de uma história ambiental, pareceu-me que seria válido concentrar-me no "sopro de destruição" que, inegavelmente, caracterizou grande parte dessa relação...". PÁDUA, José Augusto Pádua, Op. Cit. p. 20.

<sup>11</sup> O'CONNOR, James. Qué es la historia ambiental? Por qué la historia ambiental?, in: *Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico*. México: Siglo XXI, 2001.

mecanismos de apropriação do ambiente ao longo da história, não deixando de lado a dimensão conflitual dos acontecimentos.

Como exemplos de estudos realizados na perspectiva da história ambiental proposta por O'Connor, podemos citar alguns trabalhos empíricos do historiador social britânico Edward P. Thompson anteriores às formulações de O'Connor. A abordagem de Thompson leva em consideração a dimensão dos conflitos. Com sua história “vista de baixo”, defendeu uma forma mais aberta de se fazer pesquisa, priorizando temas sociais relegados pela historiografia tradicional, como a questão da luta das classes trabalhadoras e dos camponeses. Podemos identificar esse tipo de abordagem em sua obra *Senhores e Caçadores*<sup>12</sup>, onde são retratados conflitos sociais ocorridos, no século XVIII, em áreas pertencentes ao reino britânico. A obra mostra a luta dos camponeses pelo direito ao uso costumeiro na floresta de Windsor e descreve os embates envolvidos na questão da propriedade e suas relações com a burocracia florestal. Nesse jogo de relações de disputa pelo uso da floresta, Thompson relata a violência e a corrupção dos grupos dominantes que ocorreram sob o amparo legal do Estado, e mostra que, por detrás dos conflitos, havia um processo de racionalidade econômica em curso que iria consolidar-se, mais tarde, sob o sistema de propriedade privada, processo que teve como um de seus elementos formadores fundamentais os cercamentos e a Revolução Industrial. A maneira como Thompson retrata a expropriação dos camponeses pelos grupos dominantes da época nos dá uma série de pistas, inspiração e questionamentos para analisar as disputas pelos recursos naturais vigentes em nossa época, apesar de os estudos de Thompson não serem tratados como “história ambiental”.

Também vale a pena lembrar, no presente contexto, outra obra seminal de Thompson, *Costumes em comum*<sup>13</sup>. Nela, encontra-se um vasto estudo que analisa as lutas dos camponeses contra os processos de cercamentos de terras comuns ocorridos na Inglaterra, no século XVIII. O autor mostra que, em defesa dos costumes e do uso das terras comunais, os camponeses formulam uma série de estratégias de resistência, que incluem protestos e motins, para enfrentar as duras punições advindas das regras impostas pelo capitalismo. Assim, os conflitos entre camponeses e senhores de terra e de florestas que Thompson analisa nos mostram

---

<sup>12</sup> THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>13</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2005.

um processo que é ainda vigente, pois, no capitalismo moderno, são recorrentes, sob novas roupagens, as disputas pela apropriação de recursos naturais, enfrentando-se, geralmente, atores que pretendem utilizá-los para acúmulo indefinido de capital via expropriação e agentes que tencionam empregá-los para outros fins.

Nessa mesma linha de pesquisa historiográfica de conflitos ambientais, temos, no Brasil, o trabalho contemporâneo de Paulo Roberto Ferreira Carneiro, intitulado *Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes*<sup>14</sup>. Nesse trabalho, o autor expõe o desenvolvimento histórico de um conflito sobre o uso da água no norte do Rio de Janeiro, de 1970 a 2004, envolvendo distintos grupos e atores sociais, como órgãos estatais, a agroindústria canieira, proprietários rurais, pescadores e outros, que travaram uma longa disputa sobre o território, em torno dos recursos hídricos. Na discussão sobre a percepção e o comportamento histórico dos atores envolvidos no processo de intervenção no sistema hídrico, o autor analisa de forma refinada os diferentes interesses econômicos e culturais sobre os diversos e adversos modos de apropriação da água, mostrando as relações de poder e dominação entre os atores envolvidos, sem deixar de lado, os processos sociais, políticos e econômicos que contextualizam o objeto de estudo em questão.

Entretanto, é importante ressaltar que, como dissemos, trabalhos como os de Thompson e os de Paulo Roberto Ferreira Carneiro constituem exceção no campo da história ambiental, porque tomam como objeto a questão dos conflitos pela apropriação das condições naturais territorializadas, levando em consideração seus condicionamentos estruturais, nos âmbitos político, cultural e econômico. Nossa pesquisa se insere, então, no campo da história ambiental e, mais especificamente, na (rara) produção historiográfica dessa disciplina que se dedica ao estudo histórico dos conflitos ambientais.

Essa carência de estudos sobre os conflitos ambientais no campo historiográfico se relaciona à fragilidade da reflexão conceitual dos historiadores sobre a questão. Assim, para investigar a história de conflitos ambientais, temos que

---

<sup>14</sup> CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. *Dos Pântanos à Escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Annablume, 2004. Apesar de esse autor ser biólogo de formação, e não historiador, seu trabalho apresenta uma história de alto teor analítico e crítico, raramente encontrado nos trabalhos dos historiadores ambientais propriamente ditos.

recorrer ao debate sobre o conceito de conflito ambiental realizado pelas ciências sociais.

Em contraste com o que ocorre no campo historiográfico, há, no campo das ciências sociais, um grande volume de trabalhos que analisam situações de conflitos ambientais. Principalmente, a partir dos anos de 1990, as lutas de ordem concreta dos movimentos ambientalistas, e o debate político acerca da questão, foram se tornando objeto de reflexões teóricas e pesquisas empíricas por parte das ciências sociais (principalmente, pela sociologia), nas quais o foco se volta para as lutas sociais no processo de disputa pelos territórios e condições naturais. No Brasil, nos últimos quinze anos, proliferam publicações<sup>15</sup> e fóruns de discussão acerca da problemática ambiental, seja no âmbito das ciências sociais, seja em outras áreas do conhecimento, como as engenharias do ramo ambiental, as ciências biológicas etc. A pujança dos debates e a produção de uma extensa literatura sobre os conflitos ambientais mostram que as disputas conflituosas por espaços, territoriais e condições ambientais crescem cada vez mais, no Brasil<sup>16</sup> e no mundo<sup>17</sup>, com o aprofundamento das relações de produção capitalistas, principalmente, onde existem povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, faxinairos, comunidades extrativistas e outras, cujos territórios, quando assentados em alguma riqueza

---

<sup>15</sup> Para leitura de estudos sobre casos de conflitos ambientais no Brasil, vejam-se, entre outros: Andréa Zhouri e Klemens Laschefski (orgs), *Desenvolvimento e conflitos ambientais* (UFMG, 2010); Dieter Gawora, Maria H. de S. Ide e Rômulo S. Barbosa (orgs), *Povos e comunidades tradicionais do Brasil* (Unimontes, 2011); Alfredo B. Almeida et al, *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo* (Lamparina, 2011); José Sérgio Leite Lopes, *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial* (Relume-Dumará, 2004); Maria de Paula Andrade, Souza Filho e Benedito, *Fome de farinha: deslocamento compulsório insegurança alimentar em Alcântara* (EDUFMA, 2006).

<sup>16</sup> De acordo com Brandão, o curso histórico de apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais do Brasil se fundamentou, e ainda se fundamenta, numa lógica rentista e patrimonialista com vistas ao lucro rápido e fácil, que se estrutura por meio da produção de uma grande desigualdade social, amparada por sofisticados mecanismos econômicos e políticos de exploração e miséria. BRANDÃO, Carlos. *Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Pp. 39-70 do livro de ALMEIDA, A.W.B *acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

<sup>17</sup> Para ilustrar esses processos de disputa e conflito, vale aqui mencionar Karl Marx, que, em *O Capital*, sobretudo no Livro I, trata da expropriação realizada pela acumulação primitiva, Marx analisa o processo violento de expropriação, usurpação e proletarização dos camponeses pelo parlamento e pelas classes patriarcais, que destruiu o regime de uso das terras comuns, convertendo os territórios comunais, ao longo da história, em propriedade privada para o sistema de produção em grande escala. MARX, Karl, *A origem do capital: a acumulação primitiva*, São Paulo: Global Editora, 1977, pp. 19-55. Para vários autores marxistas, como David Harvey, o movimento de acumulação primitiva para acúmulo de capital, delineado por Marx, é um processo ainda em curso e em constante revolução, que nunca perdeu “suas estratégias permanentes” de acumulação via espoliação do patrimônio público, dos recursos naturais e das riquezas de diversos tipos de povos, como camponeses, indígenas etc. HARVEY, David, *O novo imperialismo*, São Paulo: Edições Loyola, 2004 (Cap. 3, “A opressão via capital”, pp. 77-114).



natural (hídrica, energética, mineral etc.), tornam-se almeçados pelo capital, são submetidos, de forma recorrente, a variados tipos de conturbações e violência, muitas vezes por meio de deslocamento compulsório, violências e assassinatos.

O conceito de conflitos ambientais tem assim se constituído por meio das disputas científicas que se travam no campo das ciências sociais. Uma das perspectivas presentes nessas disputas e assenta nas formulações de Henri Acsehrad, que enfatiza as oposições entre diferentes práticas de apropriação técnica, social e simbólica do mundo material. Nesses processos, devem-se levar em consideração os diferentes interesses que estão em jogo, que implicam disputas e lutas de resistência pelo acesso, controle ou manutenção dos recursos materiais<sup>18</sup>. Dessa forma, os modos sociais de apropriação do mundo material pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente implicam relações de poder, que se dão de forma conflituosa, que ao mesmo tempo expressam e têm como objeto o acesso aos recursos ambientais. Assim, para Acsehrad:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. O conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes<sup>19</sup>.

Assim, utilizamos o conceito de conflitos ambientais em nosso estudo histórico ambiental pelo fato de estarmos tratando da construção de uma história envolvida em relações de poder variadas, que envolvem diversos grupos sociais e alguns movimentos ambientalistas de Barroso em processos de disputa, material e simbólica, em relação às emissões atmosféricas e aos riscos de contaminação ocasionados pelas atividades de produção de cimento e de incineração de resíduos tóxicos desenvolvidas pela fábrica de cimento. Mais especificamente, nosso objeto se refere à disputa entre, de um lado, habitantes e grupo sociais barrosenses que,

---

<sup>18</sup> ACSELRAD, Henri, *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*, in: ACSELRAD, Henri (org.), *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004, p. 13-98.

<sup>19</sup> *Idem*, p.26.

há décadas, enfrentam os efeitos das emissões atmosféricas produzidas por uma fábrica de cimento, enxergando o seu território como um espaço vital cujo ar deveria ser livre da poluição da fábrica, e, de outro lado, os proprietários e gestores da fábrica, que utilizam o mesmo espaço como condição gratuita para a produção de mercadoria visando à acumulação de capital. O que se deve levar em consideração em nossa investigação, em sintonia com as obras supracitadas de Thompson, por exemplo, é o modo como, nessa disputa conflituosa pelo espaço, os atores envolvidos atribuem diferentes significados ao mesmo território, buscando legitimar ou deslegitimar diferentes interesses em relação a uma base material desejada.

Restaria ainda, para especificar a natureza do estudo historiográfico que realizamos, discutir, no espaço dessa introdução, certas implicações teóricas e metodológicas relacionadas ao recorte temporal de nosso estudo. Com efeito, trata-se de um recorte temporal que caracteriza nosso trabalho como um exercício de “história do presente”. Vale ressaltar, rapidamente, alguns elementos importantes dos debates sobre essa modalidade de se fazer história, que emerge no século XX, no âmbito da Escola dos *Annales*, e ganha notória legitimidade em 1978, com a criação do Instituto da História do Tempo Presente, na França. Apesar da problemática do distanciamento do pesquisador em relação aos estudos históricos permanecer ainda como objeto polêmico entre os historiadores, o que rendeu e vem rendendo discussões no campo historiográfico<sup>20</sup>, o fato é que a história do presente tem se afirmado enquanto disciplina científica. Essa disciplina, segundo Chauveau e Tétart (1999), floresceu em virtude de uma forte demanda social (sobre as questões que a história oficial havia marginalizado), que exigiu dos historiadores outro tipo de compreensão, que fosse além das fontes escritas e além dos fenômenos de longa duração, que são considerados, pela história mais “tradicional”, os mais decisivos<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Trabalhos que discutem os problemas, fundamentos, limites e possibilidades da história do presente podem ser encontrados, por exemplo, nas seguintes coletâneas: René Rémond (org.), *Por uma história política* (Getulio Vargas, 1996); A. Chauveau e Ph. Tétart (orgs.), *Questões para a história do tempo presente* (Edusc, 1999); Jean-Pierre Riox e Jean-François Sirinelli (orgs.): *Para uma história cultural*. (Editorial estampa, 1998).

<sup>21</sup> Outros fatores também contribuíram para o avanço da reflexão e legitimação da história do presente. Segundo Rioux, as duas guerras mundiais, a guerra fria, o crescimento dos meios de comunicações e o aumento considerável da expectativa de vida alteraram fundamentalmente as relações humanas e o seu olhar sobre os fatos históricos. Isso, segundo o autor, repercutiu na mudança dos métodos de abordagem do conhecimento histórico. RIOUX, J.P. *Pode-se fazer uma história do presente?* IN: CHAUVEAU P; TÉTARD, A (org). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

De acordo com esses autores, o estudo do presente faz referência a três tipos de cronologia: história do presente, história próxima e história do imediato. Mas essas três categorias cronológicas, apesar de terem recuos temporais diferenciados, fazem parte de um tempo só, ou seja, do “contemporâneo”. Para Chauveau e Tétart, alguns historiadores consideram que a história do tempo presente abrange os últimos cinquenta ou sessenta anos e a história próxima engloba os últimos trinta anos. Mas, para os autores, e para o que importa para nosso estudo, esses dois modos de abordagem histórica funcionam da mesma forma no que se refere ao acesso aos arquivos e à natureza dos métodos. Já a história do imediato refere-se mais à reprodução dos acontecimentos do dia-a-dia. Essa última modalidade de representação dos fatos é realizada, principalmente, pelos jornalistas, que tratam de acontecimentos de um passado muito curto, mas que servem de fonte de informação para elucidar fatos de um passado mais distante, como é o caso de parte de nossa pesquisa, em que a utilização de jornais atuais como fonte contribuiu para uma melhor compreensão dos conflitos ambientais em Barroso, principalmente no que se referem aos acontecimentos dos últimos dez anos. Como dizem Chauveau e Tétart, “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente<sup>22</sup>”.

Nesse sentido, a nossa pesquisa se caracteriza como um exercício de história do tempo presente, pois trata-se de um estudo de caso que leva em consideração os acontecimentos de um passado mais ou menos próximo, mas dentro da contemporaneidade. Essa característica dos trabalhos de história do presente é precisamente o que lhe permite a possibilidade de lançar mão das técnicas de produção de informações orais.

Os métodos de produção de fontes orais ganham força na prática historiográfica nos anos de 1970, principalmente nos Estados Unidos, com as lutas ligadas aos direitos civis dos negros, imigrantes e outros, como forma de dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados e fazer vir à tona o que a história oficial ocultou durante muito tempo<sup>23</sup>. Segundo Ferreira<sup>24</sup>, a história oral ajuda na elucidação dos estudos históricos, pois permite complementar aquilo que

---

<sup>22</sup> CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, ed. EDUSC, 1999, p. 15.

<sup>23</sup> FERREIRA, Marieta Moraes de. *História, tempo presente e história oral*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

<sup>24</sup> *Idem*.

as fontes documentais não dizem, mesmo porque essas não são “isentas” de parcialidade.

No Brasil<sup>25</sup>, de acordo com Meihy<sup>26</sup>, as fontes orais começaram a ser utilizadas durante o processo de redemocratização do país, devido, em grande parte, ao caráter secreto dos documentos referentes às ações de repressão política exercidas pelos governos militares. A dificuldade de acesso a esses documentos exigia, assim, a busca de fontes “não oficiais”. Mas somente a partir da década de 1990, depois de longos debates, é que o método da história oral firmou-se enquanto método e objeto de interesse acadêmico, e vem, atualmente, vencendo uma série de preconceitos.

Em nosso trabalho, optamos por utilizar as fontes orais, mais no sentido de complementar o conteúdo da história, e não meramente para suprir lacunas das informações escritas. As entrevistas realizadas com alguns moradores do bairro do Rosário, do bairro Centro, com representantes de movimentos sociais, bem como com algumas autoridades do poder público do passado objetivam obter informações que vão além daquelas fornecidas pelas fontes escritas e pelas fontes oficiais. Procuramos, assim, ter acesso a uma compreensão mais completa de como eram os conflitos entre moradores e a fábrica, principalmente anterior à década de 1990, ou seja, pretendemos compreender os conflitos ambientais em Barroso também por meio da memória dos atores. Segundo Robert Frank<sup>27</sup>, a memória, dentro de um contexto social, também é objeto de estudo que permite entender o passado pelo presente, ou seja, “esse ‘presente do passado’ é precisamente a memória, e o estudo acadêmico dessa última permite melhor compreender a identidade que ela tem por função estruturar<sup>28</sup>”. Nesse sentido, as representações orais, para Frank, não são algo dissociado dos fatos levantados pelas fontes escritas. De acordo com o autor, as fontes orais são dados capazes de interferir sobre a realidade e o entendimento sobre o passado, para tratar objetivamente de uma mesma história.

---

<sup>25</sup> Em 1973, foi criado o primeiro programa de história oral do Brasil, o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), da Fundação Getúlio Vargas (cf. <http://cpdoc.fgv.br>).

<sup>26</sup> MEIHY, José C. S. B. *Manual de história oral*. ... São Paulo: Peirópolis, 2000.

<sup>27</sup> FRANK, Robert. *Questões para as fontes do presente*. IN: CHAUVEAU P; TÉTARD, A (org). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

<sup>28</sup> Idem, p. 67.

Em consonância com a visão de Frank, Portelli<sup>29</sup> afirma que as representações orais e os “fatos” não existem em campos separados, ou seja, as representações orais vêm à tona em consequência dos fatos, e os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações. Nessa ótica, de acordo com o autor, não existe oposição entre fontes orais e fontes escritas, no propósito da pesquisa histórica.

Existe um grande debate entre os historiadores sobre o valor dos métodos de produção de fontes orais. As críticas mais comumente endereçadas a esse método são as de que a memória guarda informações residuais, é geradora de reformulações do que se viveu e suas revelações são subjetivas. Mas, de acordo com Frank, a construção das fontes escritas também tem seus riscos, graus de subjetividades e impurezas. Não existe construção de nenhum tipo de fonte desprovida de subjetividade. Nesse sentido, cabe ao historiador ter a habilidade de selecionar e ter os devidos cuidados com as fontes de que dispõe. Assim, para Frank:

A memória é uma fonte para o historiador, e a primeira questão que ele deve se fazer, para tentar reconstituir os fatos, é a de saber até que ponto ela é ou não confiável. Mas a memória é também, para o historiador, tomada globalmente, com suas verdades e mentiras, suas luzes e suas sombras, seus problemas e suas certezas, um objeto de estudo. (...) Depois de ter passado a memória no crivo da crítica e ter assinalado suas fraquezas, o historiador deve analisar os erros e os mitos que ela veicula, tomá-los tais como são, colocá-los em perspectiva histórica. (...) Assim, ele pode contribuir para fazer a história objetiva do subjetivo<sup>30</sup>.

É nessa ótica que essa pesquisa lidou com as fontes orais. A questão da relação ética entre o entrevistador e o entrevistado, de se atentar para a veracidade das informações e seus riscos, foi uma preocupação constante durante a pesquisa.

Com o uso das entrevistas, pôde-se enxergar de forma mais viva as repercussões da história dos embates dos moradores com a fábrica ocorridos no período anterior aos anos de 1990, ou seja, foi possível ter uma visão mais consistente dos períodos menos recentes. Para Thompson, “(...) a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos<sup>31</sup>”. É nessa perspectiva, por meio de entrevistas semiestruturadas, que buscamos trazer novos elementos para analisar a história dos conflitos ambientais em Barroso; ou

---

<sup>29</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum, in: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FVG, 1996, p. 103-130.

<sup>30</sup> FRANK, Robert; CHAUVEAU P; TÉTARD, A (org). Op. Cit. p. 112.

<sup>31</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.17.

seja, na visão de Thompson, novamente, “para poder conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. (...) transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’<sup>32</sup>”. Noutras palavras, quanto mais evidências tivermos sobre os fatos, mais questionadora e mais rica pode se tornar uma história. Ainda de acordo com o historiador britânico, a história realizada com base somente nos documentos oficiais pode conservar apenas um dos lados da história. Nesse sentido, aceitar a evidência oral como uma das muitas espécies de fonte histórica é fundamental para fazer comparações ou reconfirmações pelo controle da interpretação, isto é, fazer a ligação entre os fatos históricos por meio de testemunhas vivas pode dar novos significados ao documento escrito<sup>33</sup>.

Mediante o quadro teórico descrito, as fontes que utilizamos em nossa dissertação para levantar as informações relativas ao processo histórico dos conflitos ambientais em Barroso incluem a realização de entrevistas com agentes e ex-agentes do poder público, representantes de movimentos sociais com a ONG ODESC, moradores do bairro Centro e do bairro do Rosário; a consulta ao livro de atas<sup>34</sup> da Câmara de Vereadores de Barroso; a consulta de Inquéritos Civis Públicos na comarca de Barroso; consulta aos exemplares do jornal *Barroso em Dia*, encontrados em sua sede, e em jornais arquivados por colecionadores, como dois jornais de propriedade da própria fábrica (*Losango* e *Na Boca do Forno*); nos jornais dos arquivos da Biblioteca Municipal da cidade de Barroso<sup>35</sup> e nos arquivos da

---

<sup>32</sup> *Idem*, p.137.

<sup>33</sup> *Idem*.

<sup>34</sup> Foram consultadas as atas do período de 1960 a 1991.

<sup>35</sup> Foram consultados seis jornais da cidade de Barroso: o primeiro foi o jornal *Barroso*, informativo oficial do município de Barroso, que funcionou de 1971 a 1991. De 1971 a 1979, esse jornal foi publicado quinzenalmente. De 1980 a 1991, o jornal foi publicado mensalmente. Nas 195 edições consultadas, encontraram-se apenas onze matérias que mencionam conflitos ou indícios de conflitos envolvendo a fábrica, atores públicos, privados e civis. O segundo jornal pesquisado foi o *Barroso em Dia*, que é publicado mensalmente desde 2006. Nas 79 edições consultadas, foram encontradas apenas três matérias referentes a conflitos ambientais. O terceiro jornal consultado foi a *Gazeta de Barroso*, que depois veio a ser chamado de a *Tribuna de Barroso*, que circulou de 1993 a 1995. Circulou, primeiramente, de forma mensal, depois semanal e, no fim, quinzenal. Nas 46 edições pesquisadas, não foi encontrada nenhuma matéria que indicasse a ocorrência de conflitos ambientais. O quarto jornal, a *Tribuna de Barroso*, circulou mensalmente por seis meses. Nas seis edições pesquisadas foi encontrada apenas uma matéria que indica conflito ambiental. O quinto jornal pesquisado, denominado *Losango*, de propriedade da própria fábrica Companhia de Cimento Portland Barroso, circulou mensalmente de 1965 a 1973. Nesse jornal não foi encontrada nenhuma notícia contendo indício de conflito ambiental. O sexto jornal tomado como fonte denomina-se *Na Boca do Forno* e também pertencia à fábrica, tendo circulado quinzenalmente de 1988 a 1993. Também não foi encontrado nenhum indício de conflito ambiental nesse jornal. Os exemplares dos dois jornais pertencentes à fábrica pesquisados pertencem ao acervo pessoal de um ex-funcionário da fábrica.

Biblioteca Municipal de São João del-Rei<sup>36</sup>. Foram consultados também alguns jornais da cidade de Barbacena<sup>37</sup>, mas nesses jornais não foi encontrada nenhuma informação relevante para a pesquisa. Na verdade, de modo geral, também não encontramos nos jornais consultados das outras duas cidades (São João del-Rei e Barroso) muitas notícias que indicam a ocorrência de conflitos ambientais envolvendo a cimenteira, principalmente quando se considera o extenso período cronológico de nossa pesquisa. Do total de 241 matérias em que se identificaram informações referentes à relação da empresa com a cidade, apenas 18 se referem a indícios de conflito ou algum tipo de conflito, envolvendo a fábrica, moradores, poder público e movimentos sociais organizados como a ONG ODESC. Dessas 18 matérias identificadas, 11 são referentes ao período anterior à década de 1990. Durante a descrição da história dos conflitos, vamos perceber, em alguns momentos, que a distância cronológica entre os fatos que indicam conflito por meio das fontes de jornais é razoavelmente grande, por falta de maiores informações. Contudo, mesmo com falta de informações de alguns períodos históricos, é possível perceber que, em determinados períodos, a poluição atmosférica em Barroso e a reclamação dos moradores foram fenômenos presentes, que se começa a perceber melhor a partir da década de 1960, juntamente com as evidências orais coletadas. Para levantamento de fontes orais, realizamos entrevistas semi-estruturadas com 19 moradores de Barroso. Apenas doze<sup>38</sup> entrevistados forneceram informações úteis para a pesquisa do desenvolvimento do conflito.

---

<sup>36</sup> Na Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, de São João del-Rei, foram consultados seis jornais. Em apenas um deles, o *Ponte da Cadeia*, que circulou semanalmente de 1967 a 1980, foram localizadas duas matérias que mencionam conflitos ambientais em Barroso. Nos jornais a seguir mencionados, nas edições publicadas no período coberto pelo recorte cronológico da pesquisa, não foi encontrada nenhuma informação relevante relacionada a conflitos ambientais envolvendo a fábrica de cimento; são eles: *Diário do Comércio* (1953 a 1964), *O Correio* (1953 a 1963), *Tribuna Sanjoanense* (1977 a 1990), jornal *ACI DEL REI* (1996 a 1999), *Jornal de São João del-Rei* (1985 a 1986), o *Jornal de Minas* (1969 a 1971).

<sup>37</sup> Os jornais foram pesquisados no Arquivo Visconde de Lima Duarte, em Barbacena. Os jornais pesquisados foram o *Correio da Serra*, edições de 1955 a 1972, e o jornal *Cidade de Barbacena*, também de 1955 a 1972. As poucas notícias encontradas nesses dois jornais são referentes à inauguração de fornos, evolução do volume da produção de cimento etc.

<sup>38</sup> São eles: 1) Humberto, ex-membro da ODESC (nome fictício). 2) Secretário do Meio Ambiente de Barroso; 3) Secretário de Obras de Barroso; 4) Attila da Silva, membro da ODESC 5) Sebastião Silva, de 79 anos, morador de São João del-Rei. 6) Luiz Rodrigo, de 54 anos, morador de São João del-Rei; 7) Paulo Terra, de 81 anos, morador de Barroso no bairro Centro. Trabalhou na fábrica de cimento de 1955 a 1993; 8) Inimá Rodrigues Pereira, de 83 anos, morador de Barroso, bairro do Rosário. Trabalhou na fábrica de 1955 a 1990. Ex-prefeito de Barroso. 9) José Bernado Meneghin, de 74 anos, morador de Barroso, bairro Centro. Foi prefeito por três vezes, em Barroso, e vereador por quatro vezes; 10) Vera Aparecida Rodrigues, de 50 anos, moradora de Barroso, bairro do Rosário. Ex-vereadora. 11) Margarida Viena (nome fictício) de 52 anos, moradora de Barroso, bairro do

Como o recorte temporal de nossa investigação histórica é muito extenso (1955-2013) e envolve uma grande variedade de acontecimentos históricos que não serão esgotados numa dissertação de mestrado, dividimos a redação da pesquisa em três capítulos, de acordo com a importância dos eventos históricos para a análise dos conflitos ambientais em Barroso.

No primeiro capítulo, descrevemos, primeiro, resumidamente, o contexto histórico, político e econômico da produção de cimento em que se insere a “polêmica” da implantação da Companhia de Cimento Portland Barroso (CCPB), inaugurada em 1955, empresa brasileira que, em 1996, veio a ser adquirida pelo grupo suíço Holdebank e, em 2002 passou a ter a denominação única de Holcim. Depois, vamos mostrar os primeiros indícios de insatisfações dos moradores, que serão descritos em três fases; a primeira, de 1955 a 1969 refere-se ao período histórico em que a fábrica funcionou sem os eletrofiltros de contenção da poeira, fato que causava muita sujeira e incômodo aos moradores, que, por sua vez, começaram a exigir da empresa a instalação de eletrofiltros, principalmente a partir de 1962, quando a empresa duplica sua produção; a segunda fase, de 1972 a 1979, refere-se ao período em que a fábrica se tornou uma das maiores produtoras de cimento da América Latina. O aumento do volume da produção de cimento resultou na continuidade da poluição, mesmo depois de instalados os eletrofiltros, em 1969, problema que motivou insatisfações por parte de moradores e do poder público local. De 1973 a 1976, não encontramos informações permitissem dizer se houve ou não conflitos dos moradores com a fábrica. Os questionamentos quanto ao problema da poluição da empresa reaparecem de forma mais nítida e tensa a partir de 1977, quando o poder público municipal começa a exigir implacavelmente, da fábrica, medidas para conter a poluição das chaminés; a terceira fase vai de 1980 a 1983, período em que a fábrica começou a utilizar gradualmente, em seus fornos, o carvão mineral, ao invés de óleo combustível. Esse período em que a fábrica adota a queima de carvão é muito crítico, porque a poluição provocada pela fumaça do carvão incomodava mais a população do que a poeira de cimento. Esse período se torna tão tenso que um representante da Câmara de Vereadores chega a entregar

---

Rosário. Ex-membro da ODESC. 12) Mariana Silvia (nome fictício), moradora de Barroso, bairro do Rosário. Dona de casa. Essa última moradora não permitiu que gravássemos a entrevista. Sendo assim, as informações que ela forneceu foram registradas por meio de anotações, realizadas depois da conversa. As duas moradoras com nomes fictícios (Margarida e Mariana) pediram sigilo de seus nomes pelo fato de terem familiares que trabalham na fábrica de cimento.



pessoalmente ao governador do estado, Francelino Pereira dos Santos, por ocasião de sua visita a Barroso, um manifesto popular aprovado pela Câmara, solicitando do governante providências quanto à poluição da fábrica.

No segundo capítulo, vamos analisar os conflitos ocorridos no período de 1992 a 2003. Esse marco cronológico é importante, porque é a partir de 1992 que o conflito se institucionaliza no Ministério Público do Estado de Minas Gerais e se torna um longo debate nos órgãos ambientais do estado. No início dos anos 2000, a fábrica começa a realizar o co-processamento de resíduos industriais em seus fornos de produção de cimento. Ainda nesse período, início dos anos de 1990 e 2000, a fábrica busca fortalecer a sua imagem de empresa “ambientalmente correta”, por meio de uma série de projetos de “responsabilidade ambiental”.

No terceiro capítulo, investigaremos o desenvolvimento dos conflitos ocorridos de 2003 aos tempos atuais. Esse período compreende a parte mais tensa da história dos conflitos ambientais em Barroso, pois é nesse recorte cronológico que a Holcim inicia suas atividades de co-processamento ou incineração de resíduos tóxicos, gerando mudanças nas emissões atmosféricas da cidade, incômodos e o aumento de suspeitas de contaminação. Além disso, é o período em que entra em cena a atuação da ONG ODESC, que, juntamente com outros atores, como a igreja católica local e de moradores do bairro do Rosário, constroem um poder de reivindicação muito maior em relação às atividades poluentes da fábrica, fator que desencadeará um processo conflituoso e complexo, cujos desdobramentos influenciaram o “comportamento ambiental” da empresa. Ainda nesse capítulo, analisaremos o processo de expansão das instalações de produção da Holcim, que teve início em 2012.

Após o terceiro capítulo, apresentaremos as considerações finais.

## CAPÍTULO I

### **A Implantação da cimenteira, o contexto da produção de cimento e os primeiros episódios dos conflitos ambientais (1955-1992)**

Objetiva-se, neste capítulo, apresentar os primeiros indícios de conflitos ambientais, envolvendo a Companhia de Cimento Portland Barroso (CCPB), moradores, e o poder público. Os primeiros registros de insatisfações dos moradores quanto à poluição da cimenteira, datam de 1962, quando a fábrica duplica a sua produção, aumentando, assim, a emissão atmosférica de pó de cimento, gerando impactos ambientais na vida dos moradores, que começam a cobrar da empresa a instalação de eletrofiltros nas chaminés, para conter a poluição<sup>39</sup>.

Os embates dos moradores com a fábrica, por causa da poluição ambiental, foram acontecimentos recorrentes durante as décadas posteriores a 1962, principalmente na década de 1970, quando a empresa se torna a maior produtora de cimento do país, e quando passa a queimar carvão mineral em substituição ao óleo combustível. Os dados e informações utilizados para descrever esse processo de embates entre “moradores e fábrica” foram obtidos em algumas matérias de jornais da época, em atas da Câmara de Vereadores e em entrevistas semi-estruturadas com moradores de Barroso. Mas, antes de apresentar esses embates, serão mostrados, brevemente, os arranjos das elites políticas que foram responsáveis pelo início da implantação da fábrica de cimento, em 1951, e por sua inauguração, em 1955. Será demonstrada ainda, a conjuntura histórica da produção de cimento, para contextualizar a história dos “conflitos ambientais” que se pretende analisar.

#### **1.1 - Barroso e o contexto da implantação da fábrica de cimento<sup>40</sup>**

---

<sup>39</sup> Disponível em: *Jornal das Lajes*. 13 de março de 2012. Matéria: “Em Barroso trajetórias política e industrial se misturam”; José Venâncio de Resende. Disponível em: <<http://www.jornaldaslajes.com.br/integra.php?i=938>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

<sup>40</sup> O cimento é um produto cerâmico e químico obtido por meio da calcinação e moagem de minerais calcários, misturados com argila. A produção passa pelas seguintes fases: 1) Extração de calcário e argila; 2) Britagem; depósito e pré-homogeneização; 3) Dosagem; Moinho de cru; 4) Silo de homogeneização; 5) Forno; 6) Silo de Clínquer; 7) Adições (gesso, clínquer, escória, calcário); 8) Moinho de cimento; 9) Silos de cimento; 10) Ensacadeira. Disponível em: <<http://www.abcp.org.br/conteudo/basico-sobre-cimento/fabricacao/fabricacao>>. Acesso em: jan.2014.

A origem da cidade de Barroso remonta ao século XVIII. Antes de virar povoado, distrito e depois município, Barroso era uma fazenda proveniente de sesmaria, que pertencia a Joaquim Barroso, a qual oferecia pouso aos viajantes e desbravadores que procuravam ouro nas áreas mineradoras da região<sup>41</sup>. O nome “Barroso”, como era conhecido o local de hospedagem serviu de nome para o município posteriormente, em menção à fazenda do Barroso. Inicialmente, a fazenda de Barroso era subordinada à vila de São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes) e foi transferido pouco tempo depois para a Vila de Barbacena, em 1791. Por volta de 1792, é construída a capela de Sant’ana do Barroso. Em torno dessa capela formou-se um povoado, que mais tarde viria a ser distrito e pertencer a Barbacena, até 1890, e, depois, a Prados, até 1894. Pertenceu ainda ao município de Tiradentes, até 1938, e ao de Dolores de Campos, até 1953, época em que a fábrica de cimento estava sendo construída. Em 1953, Barroso se emancipa de Dolores de Campos, mediante uma série de arranjos e articulações políticas - realizadas por um dos líderes políticos locais, Geraldo Napoleão de Souza, do Partido Social Democrático (PSD), que foi o presidente da comissão de emancipação, e também pelo então Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, Tancredo Neves, que ajudou a convencer os chefes políticos a votarem a favor da emancipação. No ano seguinte, 1954, Barroso vai à categoria de cidade<sup>42</sup>, tendo como seu primeiro prefeito eleito o próprio Geraldo Napoleão. É importante ressaltar que a fábrica de cimento foi inaugurada em 1955, apenas um ano após a emancipação de Barroso, como veremos mais adiante. Portanto, as histórias da emancipação da cidade e da inauguração da fábrica se confundem, mas, infelizmente, não conseguimos encontrar informações que permitissem dizer se a instalação fábrica teve ou não um papel importante no processo de emancipação de Barroso.

No que se refere à sua economia<sup>43</sup>, Barroso já contava, no século XIX, além de atividades agrícolas, com a queima de cal realizada por mão de obra escrava. Em 1881, com a chegada da estrada de ferro que conectava São João del-Rei ao

---

<sup>41</sup> SOUZA, Geraldo Napoleão de. *Barroso: subsídios para a história do município*. Viçosa-MG: Folha de Viçosa Ltda., 1979, p.10 e 18.

<sup>42</sup> *Idem*, p.22. De acordo com o livro, *Barroso: subsídios para a história do município*, no dia 12 de dezembro de 1953, o governador Juscelino Kubitschek, sancionou a lei nº 1939, que elevou o distrito de Barroso à categoria de município. No dia 1º de janeiro de 1954, o Intendente Salomão Barroso foi empossado como o primeiro administrador do município, por um ano, pelo governador do estado. Depois, foram realizadas as eleições para prefeito e vereador, sendo Geraldo Napoleão de Souza o primeiro prefeito eleito.

<sup>43</sup> *Idem*, p.17.

Rio de Janeiro, o arraial de Barroso ganha novo impulso econômico e aumenta o número de seus habitantes<sup>44</sup>. Até 1920, predominaram a atividade agrícola e uma irrisória produção rudimentar de cal. A partir de 1920, começam a surgir fábricas de produção de cal e cerâmica mais modernas, cujas atividades foram ganhando destaque no estado, graças à abundância de calcário existente na região. Tais produtos eram exportados para o Rio de Janeiro e para várias cidades de Minas, inclusive para São João del-Rei. No início da década de 1950, Barroso contava com um razoável parque industrial que continha: duas grandes cerâmicas, mais de 50 fornos de cal, três fábricas de calçados, duas fábricas de macarrão, uma fábrica de sabão, diversas carpintarias, fábrica de tecelagens, fábricas de adubos e uma pequena usina hidrelétrica de 240 cavalos<sup>45</sup>. Além disso, a cidade contava com dois bancos, a Caixa Econômica Federal e a Caixa Econômica Estadual<sup>46</sup>. Segundo Geraldo Napoleão de Souza<sup>47</sup>, Barroso sofreria um grande salto na sua industrialização com a instalação da fábrica de cimento, em 1955. Mas, antes disso, em 1946 houve uma tentativa de instalar uma fábrica de cimento em Barroso, e depois em Antônio Carlos (então distrito de Barbacena), para a qual a matéria-prima seria fornecida pelo distrito de Barroso. Mas, com a emancipação do distrito de Antônio Carlos de Barbacena, em 1948, os políticos de Barbacena desinteressaram-se pela instalação da fábrica<sup>48</sup>.

Em 1950, o vereador de Dores de Campos e representante do Distrito de Barroso, Geraldo Napoleão de Souza, entra em contato com o Grupo Severino Pereira da Silva<sup>49</sup>, da Fábrica Paraíso. Correndo o risco ainda de a fábrica ser instalada em Antônio Carlos, os políticos de Dores de Campos convenceram o Grupo Severino a ir para o distrito de Barroso, oferecendo uma série de vantagens, tais como a de evitar gasto com transporte de matérias-primas (como calcário e

---

<sup>44</sup> Em 1831, Barroso tinha 617 habitantes. Em 1890, 1.105 habitantes. Em 1920, 1.705 habitantes. Disponível em: <<http://www.camarabarroso.mg.gov.br/barroso.php>> Acesso em: 22 jun.2013.

<sup>45</sup> *Diário do Comércio*, 30 de abril de 1953. Matéria: "Parque Industrial de Barroso".

<sup>46</sup> *Idem*.

<sup>47</sup> SOUZA Geraldo Napoleão de. Op. Cit. p. 94.

<sup>48</sup> *Idem*.

<sup>49</sup> Severino Pereira da Silva, pernambucano, de origem de família simples, faleceu no dia 27 de março de 1986, aos 91 anos. Foi presidente do Grupo Cimento Paraíso, empresa que chegou a ter quatro fabricas: a Cimento Paraíso, no município de Campos, Rio de Janeiro; A Cimento Goiás, em Palmeiras dos Índios, Goiás; a Cimento Alvorada, em Cantagalo, Rio de Janeiro. *Barroso*, março de 1986. Matéria: "Morre um dos maiores benfeitores do município" Após a morte de Severino, o grupo continuou tendo administração familiar, até 1996, ano em que o grupo foi vendido para o grupo Holcebank, cujo nome passou a ser denominado Holcim em 2002.

argila, abundantes em Barroso); a presença de fonte de energia elétrica (a Usina de Itutinga estava em construção); isenção de impostos; a existência de estrada de ferro para o escoamento da produção etc. Sobre a isenção de impostos, o município só passaria a arrecadar impostos da empresa, em 1967, com a criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços<sup>50</sup>.

Como podemos perceber, a fonte das notícias acima apresentadas sobre os arranjos políticos para instalação da fábrica em Barroso é o próprio Geraldo Napoleão de Souza, autor do livro *Barroso: subsídios para a história do município*, ator político que não só vivenciou as mudanças na sua cidade, mas também participou da promoção dessas mudanças, tais como a emancipação política de Barroso e a instalação da fábrica no município. Mas informações reveladas por outras fontes mostram que, na instalação da fábrica, houve intervenção também de representantes de membros de elites políticas da região, como Tancredo Neves, do PSD. Conta-se também que a cimenteira poderia ter sido instalada em São João del-Rei, mas isso provavelmente não ocorreria, porque, segundo a memória<sup>51</sup> popular de muitos moradores mais antigos de São João, Tancredo Neves era muito sensível a problemas respiratórios e, portanto, não queria que a empresa se instalasse em São João, cidade onde às vezes passava férias. De acordo com informações do *Jornal das Lajes*<sup>52</sup>, da cidade de Resende Costa, a decisão da instalação da Companhia de Cimento Portland Barroso (CCPB) em Barroso sofreu intervenção direta do então deputado federal Tancredo Neves, que “convenceu” o empresário pernambucano proprietário da Fábrica Paraíso, Severino Pereira da Silva, a desviar para Barroso dois fornos que seriam instalados no estado do Rio de Janeiro, já que a região barrosense possuía calcário com índice de pureza superior

---

<sup>50</sup> SOUZA Geraldo Napoleão de. Op. Cit. p. 94.

<sup>51</sup> Entrevista com Sebastião Silva e com Luiz Rodrigo (nome fictício). São João del-Rei, 6 de janeiro de 2014. Os entrevistados não permitiram a gravação da entrevista. Portanto, as informações fornecidas pelos relatos foram anotadas posteriormente à conversa. Sebastião Silva, 79 anos, morador de São João del-Rei, comenta que Tancredo Neves preferiu levar a fábrica para Barroso, ao invés de ajudar a cidade onde nasceu. Disse que Tancredo, para evitar contato com a poluição, não quis o “progresso” de sua cidade natal. Já o Luiz Rodrigo, de 54 anos, morador de São João del-Rei, relata que a cidade poderia estar muito mais desenvolvida economicamente, se Tancredo tivesse exercido influência para a fábrica ser instalada em São João. Essa “indignação”, presente no discurso dos dois cidadãos entrevistados, é, na verdade, um “fato coletivo”, presente na memória de muitos cidadãos sanjoanenses. Assim, mesmo que não seja verdadeira, essa estória parece dizer algo sobre as representações que certos grupos sociais sanjoanenses fazem a respeito da fábrica de cimento, da poluição por ela causada, da capacidade política de Tancredo Neves, das relações de competição econômica entre as cidades da região etc.

<sup>52</sup> *Jornal das Lajes*. 13 de março de 2012. Matéria: “Em Barroso trajetórias política e industrial se misturam”; José Venâncio de Resende.

a 95%. Essa intervenção pode ser confirmada nas próprias palavras proferidas por Tancredo Neves, conforme mostra o trecho de um discurso feito por ele em Barroso, em 1981:

(...) no Rio de Janeiro, tive notícia de que se cuidava de implantar uma importante fábrica de cimento em São Paulo, procurei inteirar-me do problema, identifiquei os responsáveis por esse empreendimento; eu os procurei e não me foi difícil convencê-los que eles não encontrariam melhor região, melhor situação, nem melhores condições geológicas do que essa região de Barroso para implantar sua fábrica de cimento, a abundância do calcário, a facilidade das vias de comunicação, a equidistância de São Paulo, de Rio e de Belo Horizonte, enfim, um conjunto de circunstâncias que impunham de maneira categórica a preferência por essa região de nosso estado. Entre a minha sugestão, entre os meus argumentos e advogado dessa região, entre as razões que expendiam no confronto entre os técnicos desta importante empresa, acabei levando por melhor e aquela fábrica de cimento que aqui se implantou é hoje responsável por mais de 25% da produção de cimento no nosso país; se essa fábrica parasse, se ela em fatalidade qualquer entrasse em colapso agravar-se-ia de maneira intolerável as já trágicas condições de nosso balanço de pagamentos, que teríamos que importar cimento para não colocar em perigo o progresso de Minas Gerais e do Brasil (...)<sup>53</sup>.

Uma vez a cimenteira instalada em Barroso, Tancredo assumiu os cargos de conselheiro, diretor e vice-presidente da empresa. Em hipótese, parece que, pelo fato de Tancredo ter nascido e de ter começado a sua trajetória política em São João del-Rei, moradores da cidade achavam que o político deveria influenciar o processo decisório para que a empresa fosse instalada em São João del-Rei, e não em Barroso. Pode ser que uma das justificativas de Tancredo para não instalar a empresa em São João fosse o problema da poluição. Contudo, não encontramos documentos ou indícios que comprovem, com segurança, a afirmação de que Tancredo tenha deixado de exercer influência para que a fábrica viesse para São João del-Rei por causa da poluição da cimenteira. Por outro lado, parece que as razões que levaram a empresa a se instalar em Barroso, e não em São João del-Rei, se deveram muito mais a questões locacionais (condições geográficas, proximidade de matérias-primas, energia e transporte), conforme retratamos acima.

Na década de 1960 e início da de 1970, alguns jornais de São João del-Rei publicaram várias matérias<sup>54</sup> pressionando membros das elites políticas da cidade

---

<sup>53</sup> NEVES, Tancredo Almeida. Cerimônia. Barroso: Câmara de Vereadores, 1981. Discurso da cerimônia de entrega do “Título de cidadão honorário”.

<sup>54</sup> Jornal de Minas, 12 de setembro de 1969, n° 11. Matéria: “O que falta para a Fábrica de cimento”; Jornal de Minas, 29 de maio a 5 de junho de 1971, n° 23. Matéria: “Faculdades “sim”, Fábricas “sim”.”; Ponte da Cadeia, 28 de março 1968, n° 60. Matéria: “Seria construída fábrica de cimento” ; Ponte da Cadeia, novembro 1968. Matéria: “Fábrica de cimento em evidência”; Ponte da Cadeia, 16 de março 1969, n° 91. Matéria: “(...) dinamismo de todos faz Barroso progredir sempre”; Ponte da Cadeia, 14 de dezembro 1969, n° 130. Matéria: “E a Universidade? Vai pra Barroso!”; Ponte da

(como o próprio Tancredo Neves) para a instalação em São João del-Rei de um parque industrial, com uma fábrica de cimento. A ideia do parque nunca teve êxito, e se percebe, de acordo com informações dos jornais<sup>55</sup>, uma série de lamentações de que enquanto Barroso progride (por que tem uma fábrica de cimento e um relevante parque industrial), São João fica parado no tempo. Também parece correto que as lamentações pelo fato de a fábrica ter ido para Barroso até hoje fazem parte da memória de vários sanjoanenses que viveram naquela época, como já mencionamos.

Em 1951, é autorizada, por decreto<sup>56</sup>, a construção da CCPB. Repare-se na foto abaixo que no início da implantação da fábrica ainda não havia muitas moradias nos arredores da cimenteira. A maior parte das casas vai surgir posteriormente à inauguração da fábrica.

---

Cadeia, 28 de junho 1970, nº 158. Matéria: “Sugestão da universidade entusiasma Barroso”; Ponte da Cadeia, 23 de agosto de 1970, nº 166. Matéria: “Barroso: a criação de prosperidade”;

<sup>55</sup> *Idem*.

<sup>56</sup> BRASIL. Decreto nº 30.223, de 20 de novembro de 1951, Concede à Companhia de Cimento Portland Barroso, autorização para funcionar como empresa de mineração. Rio de Janeiro, [s.n.]; MINAS GERAIS. Decreto nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, Concede autorização para funcionar como empresa de mineração, Belo Horizonte [s.n.].

**Foto 1.** Construção da fábrica no início da década de 1950



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=499051973521207&set=o.371867989511846&type=3&theater>. Acesso em: 13/11/2013.

De acordo com o depoimento de Paulo Terra, morador de Barroso desde 1955, e que trabalhou na fábrica de 1955 até 1993, o número de casas construídas nos arredores da fábrica (bairro do Rosário, principalmente) foi crescendo à medida que trabalhadores de diversas cidades vizinhas vieram trabalhar na fábrica e foram, assim, adquirindo pequenos lotes na periferia para construir suas casas para ficar perto dos locais em que trabalhavam. Ele comenta que:

Na parte de cima do chamado bairro do Rosário (...), onde tinha a estação [do trem], tinha (...) uma cerâmica do Severino Rodrigues, que tinha apelido de peixe, que produzia telhas e tijolos. Depois da casa dele, tinha um chalé pra cima da estação e mais nada (...). E lá de baixo [no local chamado Rosário de Baixo], existiam as casas dos empregados da ferrovia (...)<sup>57</sup>.

O aumento do número de habitantes do bairro do Rosário, que é conhecido também como bairro Industrial, pode ser bem ilustrado pelo depoimento de Margarida Viana (nome fictício), moradora do bairro do Rosário há 52 anos, a qual relata que:

---

<sup>57</sup> Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro de 2013.



(...) o meu pai foi um, ele veio pra cá em função da fábrica, ele tinha um lote (...) [em outro bairro], vendeu lá e comprou aqui pra ficar perto do trabalho. Meu pai ficou 35 anos dentro da fábrica. Ele quis ficar perto do trabalho, mas pra gente [filhos] isso não foi muito bom, não. Ele achou vantajoso de andar pouco, mas em descompensação pegou toda a poluição (...) <sup>58</sup>.

O exemplo de Margarida possibilita evidenciar uma situação que aconteceu com muitos moradores que foram morar em Barroso para trabalhar na fábrica, no início da implantação da cimenteira e depois disso. Posteriormente, vários moradores do bairro serão protagonistas de conflitos com a empresa, como veremos mais à frente.

De qualquer forma, o quadro demográfico abaixo nos dá uma ideia sobre o crescimento vertiginoso da população barrosense, após a instalação da fábrica em 1951:

População de Barroso – 1950/2010

1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
1.105	7.081	10.940	14.320	17.014	18.359	19.623

Fonte: <http://www.camarabarroso.mg.gov.br/barroso.php>. Acesso em: 22/06/2013.

Percebe-se que o número de habitantes de Barroso cresceu cerca de sete vezes entre 1950 e 1960, por exemplo. Nas décadas posteriores a 1960, a população seguiu crescendo consideravelmente, cerca de 40% por década, até 1990, ou seja, crescimento bem superior à média de crescimento da populacional brasileira <sup>59</sup>, que cresceu em torno de 25% por década, de 1960 a 1990.

Voltando ao tema da construção da fábrica, de acordo com o jornal *Diário do Comércio* <sup>60</sup>, o primeiro forno da empresa, localizada na recém-emancipada cidade de Barroso, foi inaugurado com uma grande festa, com a presença de representantes das elites políticas das cidades vizinhas, inclusive de São João del-Rei (representantes das famílias Viegas e Neves), representantes do Banco do Brasil e outras autoridades.

<sup>58</sup> Entrevista com Margarida Viena. Barroso, 15 de novembro, 2013.

<sup>59</sup> Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../notasindicadores.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../notasindicadores.shtm)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

<sup>60</sup> “*Diário do Comércio*, 23 de agosto de 1955. Matéria: “A Fábrica de Cimento Portland Barroso é inaugurada”.

Com o crescimento da demanda interna pelo consumo de cimento, a fábrica foi ampliando suas instalações para aumentar a produção. Em novembro do ano de 1955, é inaugurado o segundo forno da fábrica<sup>61</sup>. O terceiro forno entra em funcionamento em abril de 1962, também com o apoio das elites políticas locais e da região. Nesse período de inauguração do terceiro forno, o país vivia um momento de retração econômica. O PIB anual caiu de 11%, em 1959, para cerca de 1%, em 1966<sup>62</sup>, fator que influenciou na diminuição da produção de cimento. Mesmo com a decaída da produção de cimento no país nesse período, a produção na fábrica de Barroso aumentou conforme se pode observar nos dados da tabela 2 desse capítulo na seção 1.3. Com o aumento da produção, cresceu também o nível de poluição emitida pelo pó de cimento. Problema que, a partir de 1962 começou a ser contestado por moradores atingidos, obrigando a empresa a, mais tarde, colocar eletrofiltros de contenção da poeira. A partir dessa data, principalmente na década de 1970, os conflitos entre moradores e a fábrica foram recorrentes, como será mostrado no decorrer deste trabalho. O aumento da produção de cimento é um fator importante, apesar de não ser o único, que explica a ocorrência e a intensidade dos embates entre moradores e a fábrica de cimento, uma vez que, quanto mais se produz cimento, mais poeira é expelida pelas chaminés.

No final dos anos de 1960, com a retomada dos investimentos públicos pelo governo militar, a indústria do cimento no país retomou o crescimento e aumentou o volume de produção em até 71%<sup>63</sup>. Nesse contexto, pressionada pela constante demanda de cimento no país, a fábrica de cimento de Barroso inaugura, em 1972 (portanto, durante o período do “milagre brasileiro”), o seu quarto forno, passando a produção de 35 mil sacos por dia para 80 mil<sup>64</sup>, colocando-a como a maior produtora de cimento de Minas Gerais e a segunda do país<sup>65</sup>. À época da inauguração do quarto forno, contou-se com presença e apoio ainda maiores de diversos políticos, como o governador do estado, Israel Pinheiro, do PSD, representantes do Governo

---

<sup>61</sup> “A explosão industrial de hoje, nas origens do passado”. Jornal *Barroso*, setembro de 1974.

<sup>62</sup> Disponível em: < [analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378178X8sYF6cn2Bl69AP4.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378178X8sYF6cn2Bl69AP4.pdf)> Acesso em: 22 jun.2013.

<sup>63</sup> Disponível em: <[http://www.snic.org.br/pdf/Historia\\_do\\_Cimento\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.snic.org.br/pdf/Historia_do_Cimento_no_Brasil.pdf)> Acesso em: 22 jun.2013.

<sup>64</sup> *Barroso*, janeiro, 1972. Matéria: “Cimento Barroso: novas dimensões de grandeza”.

<sup>65</sup> *Idem*.

Médici, o prefeito local, Baldonado Arthur Napoleão, também do PSD, e outras autoridades<sup>66</sup>.

**Foto 2.** Autoridades presentes à inauguração do terceiro forno, em 1972<sup>67</sup>



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=221375554697492&set=o.371867989511846&type=3&theater>. Acesso em 13/11/2013.

De acordo com informações publicadas por diversos jornais<sup>68</sup>, a fábrica, depois que se tornou uma das maiores produtoras de cimento do país, foi por

---

<sup>66</sup> *Idem.*

<sup>67</sup> De acordo com o depoimento de Paulo Terra, que trabalhou no setor administrativo da fábrica por 38 anos, em Barroso, vários cargos da administração da fábrica foram, em 1972, ocupados por diversas autoridades políticas de renome nacional, como Hélio Beltrão (que foi ministro do Planejamento durante o governo de Costa e Silva e fez parte da Junta Militar de 1969), Ovídio de Abreu (ministro interino da Fazenda em 1948, e deputado federal de 1951 a 1967, pelo PSB, e de 1967 a 1971, pela ARENA, durante a ditadura militar), Luiz Guilherme Mazzilli (filho de Ranieri Mazzilli que foi presidente da Câmara Federal na década de 1960), genro do presidente Castelo Branco e outros. Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro de 2013.

<sup>68</sup> Podemos verificar essas informações nos seguintes jornais: *Barroso*, 1º quinzena de novembro, 1971, nº 16. Matéria: “Governador Rondon Pacheco visita Barroso”; *Losango*, 1972. Matéria: “Inauguração da Unidade 2 dá novas dimensões e grandeza à Fábrica Barroso”; *Barroso*, janeiro de 1972. Matéria: “Cimento Barroso: novas dimensões de grandeza”; *Barroso*, março de 1974. Matéria: “Bonifácio Andrada veio estudar solução para o caso do Grupo da CCPB”; *Barroso*, junho/agosto de 1980, nº 125. Matéria: “Pela quarta vez um governador visita Barroso”; *Barroso*, setembro/outubro de

diversas vezes alvo de visita de governadores do estado de Minas Gerais, como José Francisco Bias Fortes (1955-1961), do PSD, Rondon Pacheco (1971-1975), da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Francelino Pereira dos Santos (1979-1983), da ARENA, assim como de deputados estaduais da região, como Bonifácio Andrada, da ARENA, Mário Navarro, da ARENA, Bias Fortes, do PSD, prefeitos das cidades vizinhas, autoridades eclesiásticas e militares, dentre outras. Por essas e outras razões, a pequena cidade de Barroso despontou para o cenário político e econômico de Minas como a cidade do progresso, a cidade “que ajuda a construir o Brasil”, conforme pode se constatar num trecho de um poema de Paulo Terra divulgado em um jornal:

(...) E a cidade de Barroso  
vai tomando, aos poucos, ares de cidade,  
na maturação necessária das comunas  
que avançam para o porvir  
em busca de horizontes  
mais longos e mais largos

Hoje, daqui, nós estamos ajudando  
a construir o Brasil  
com este CIMENTO BARROSO  
que vai construir represas  
que se estende no chão pavimentando estradas,  
que se ergue em colunas para sustentar o teto  
dos pobres e dos ricos (...)

No cimento Barroso estamos nós também  
Por isso, daqui nós estamos ajudando  
a construir o Brasil<sup>69</sup>. (Trecho em maiúsculo original da fonte)

Voltando ao início da década de instalação da fábrica, em 1950, vale ressaltar ainda sua importância econômica na vida de grande parte dos moradores de Barroso. Uma vez instalada, a fábrica foi, em alguns momentos, a principal fonte de empregos e a principal fonte de arrecadação municipal. De acordo com informações publicadas pelo jornal *Losango*<sup>70</sup>, editado pela própria fábrica, a cimenteira, nas duas primeiras décadas de existência, financiava, por exemplo, a educação primária dos filhos dos operários (de 1962 a 1973), custeava também a alfabetização de

---

1981, Matéria: “Senador Tancredo Neves recebe em Barroso o título de Cidadão Honorário”; *Barroso*, julho e agosto de 1990. Matéria: “Cimento Barroso faz 35 anos”.

<sup>69</sup> Barroso, julho/agosto de 1980. Matéria: “Companhia de Cimento Portland Barroso, Poema do Trabalho”; Paulo Terra. Nesse jornal cita a fonte do poema que foi extraído do livro de poemas de Paulo Terra intitulado *Vazio Caminho da Noite e do Silêncio* de 1970.

<sup>70</sup> *Losango*, maio, 1972, Nº 7. Matéria: “Os fatos de uma grandeza”.

adultos (de 1959 a 1963), e ainda financiava os gastos daqueles que faziam curso superior (de 1959 a 1973). No setor de saúde, a empresa oferecia assistência médica e convênios com hospitais da região<sup>71</sup>. Na década de 1970, Barroso que tinha cerca de 13.000 habitantes, estava entre as cidades que mais arrecadavam Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minas<sup>72</sup>, e a fábrica contava com cerca de 1.000 empregados. Um trecho do livro *Fala, Barroso! Projeto ortópolis 3 anos*, de autoria da própria fábrica, editado pelo Instituto Holcim, resume bem a importância econômica e o discurso eufórico em torno da fábrica em Barroso:

Em meados de 1950, instalou-se a fábrica de cimento Paraíso, (...) inaugurou-se um período de euforia na cidade. Isso monopolizou os empregos. As pessoas pararam de ter iniciativas próprias, na época, para trabalhar na fábrica. (...) O sonho de todo jovem era trabalhar na empresa. O salário era alto, havia benefícios. Até duas pequenas fábricas familiares, que produziam laticínios de boa qualidade, encerraram suas atividades, porque os herdeiros não se interessaram em dar continuidade aos negócios. Um motorista da empresa tinha mais status na cidade que um médico, comentava-se. Os funcionários da fábrica entravam primeiro nos bailes, namoravam as moças mais bonitas da cidade, estavam na moda. Na década de 1970, a fábrica tornou-se a segunda maior produtora de cimento da América Latina e a população da cidade estava cada vez mais envolvida, orgulhosa – “construíram Brasília, a ponte Rio-Niterói e Itaipu com o cimento daqui” – e dependente. Tinha um volume de empregados muito alto – quase dois mil –, chegou a ser a maior empregadora do município. A identidade da cidade se confundia com a da empresa. Ela se organizava social e economicamente em função da fábrica. Não havia a preocupação com o meio ambiente tão forte como nos dias de hoje, não existia a prática de não sujar, mas a de limpar. Por isso, necessitava um número maior de funcionários: os que sujavam e os que limpavam<sup>73</sup>.

Observe-se, no trecho acima, que em meio à descrição eufórica sobre a importância econômica e social da fábrica para com o município, diz-se que não havia preocupação tão forte com o meio ambiente como nos dias atuais. A passagem que diz que “não havia a preocupação com o meio ambiente tão forte como nos dias de hoje, não existia a prática de não sujar, mas a de limpar”, revela, implicitamente, que a sujeira (ou a poeira) emitida pelas chaminés da fábrica era um problema sem muita importância, mediante o enorme progresso que a fábrica trouxe para a cidade. Além disso, o trecho do texto permite-se entender também que a empresa ao longo de vários anos, desenvolveu-se uma “preocupação com o meio

---

<sup>71</sup> *Idem*.

<sup>72</sup> Barroso, setembro, 1971. Matéria: “Os 20 maiores participantes do ICM em 1979 entre os 722 municípios mineiros”.

<sup>73</sup> HOLCIM, Instituto. *Fala, Barroso! Projeto ortópolis 3 anos*. [Internet]. São Paulo; 200-?, p.7. [acesso em 2013 out27]. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XrYGhmgULbEJ:www.holcim.com.br/holcim/cms/uploads/BR/livro\\_fala\\_barroso\\_web.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XrYGhmgULbEJ:www.holcim.com.br/holcim/cms/uploads/BR/livro_fala_barroso_web.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br).

ambiente”, assumindo assim, certa “responsabilidade ambiental”. Atualmente, ao contrário do passado, ela se preocupa em não sujar, e não somente em limpar a sujeira etc. Ontem, o fato de a fábrica poluir não era um problema grave, mas apenas uma questão de limpeza. Contudo, vamos ver ao longo do trabalho que, apesar de a empresa de cimento ser o centro econômico e do “progresso” da cidade, a poluição atmosférica ocasionada pela fábrica foi por várias vezes contestadas por moradores e pelo poder público local.

## **1.2- Contexto histórico da produção de cimento**

Do ponto de vista histórico, é recente a produção relevante de cimento no Brasil. As primeiras experiências de produção de cimento no país remontam a 1892. Até 1926, a produção de cimento foi precária e irrisória, e o país importava 97% do produto dos Estados Unidos, Europa e Argentina<sup>74</sup>. De acordo com informações do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC)<sup>75</sup>, a produção brasileira de cimento começa a ter expressão elevada e a ser competitiva no mercado externo com a inauguração, em 1926, da Companhia Brasileira de Cimento Portland, em Perus, próximo à cidade de São Paulo. Essa nova fábrica, subsidiária da empresa estadunidense Lone Star, se expandiu para o estado do Rio de Janeiro. Em 1933, a produção nacional já ultrapassava as importações. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a produção interna de cimento teve um salto relevante, passando de 697 mil toneladas, em 1939, para 810 mil toneladas, em 1944<sup>76</sup>. Após a guerra, o processo crescente de urbanização do Brasil e o crescimento industrial em vários setores, com inversão de capitais internos e estrangeiros, aprofundam a necessidade de investimentos em obras de infraestrutura, como a construção de grandes rodovias, pontes, barragens etc. Por essas razões, houve estímulo interno para ampliar a produção de cimento. De 1945 a 1955, foram inauguradas 16 fábricas de cimento em várias partes do país, como em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul<sup>77</sup>. Mesmo com o grande crescimento da produção interna de cimento, até 1955 o país

---

<sup>74</sup> Disponível em: <[http://www.snic.org.br/pdf/Historia\\_do\\_Cimento\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.snic.org.br/pdf/Historia_do_Cimento_no_Brasil.pdf)> Acesso em: 22 jun.2013.

<sup>75</sup> *Idem.*

<sup>76</sup> *Idem.*

<sup>77</sup> *Idem.*

precisou fazer importação crescente do produto para suprir a demanda interna<sup>78</sup>. Em 1956, com uma série de investimentos no setor, o Brasil passou a ser autossuficiente. Na década de 1960, as instabilidades políticas e econômicas, com o golpe militar e o aumento da inflação, provocaram a diminuição dos investimentos na produção<sup>79</sup>.

Mas, com a retomada dos investimentos, no final dos anos de 1960, a indústria do cimento retomou o crescimento. Nos primeiros anos de 1970, década que abrangeu parte do período do chamado “Milagre Brasileiro” (1968-1973), houve a inauguração de várias indústrias no país<sup>80</sup>. Os amplos investimentos governamentais em infraestrutura, uma das características marcantes dos governos da ditadura militar, favoreceram a expansão do setor, que viria ter uma baixa nos anos de 1980, conhecida como a Década Perdida, em virtude da alta inflação, crises políticas e recessão econômica mundial<sup>81</sup>. De 1980 a 1985, houve queda na produção de até 24%. Já nos anos 1990, o setor cimenteiro, apesar de início da década, de ter passado por várias oscilações, foi marcado fortemente pelo investimento multinacional, principalmente a partir de 1994, com o controle da inflação realizado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>82</sup>. O grupo suíço Holcim, por exemplo, que já controlava o grupo Ciminas, com fábricas em São Paulo e Minas Gerais, comprou o Grupo Paraíso, em 1996, uma empresa brasileira que tinha fábricas no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (cidade de Barroso). Nos anos 2000, a produção de cimento sofreu algumas oscilações e pequenas quedas, principalmente no final da década<sup>83</sup>. Também é nesse período

---

<sup>78</sup> Na década de 1950, a produção interna de cimento, por alguns momentos, não conseguia suprir a demanda interna do país. De acordo com o *Diário do Comércio*, a falta de cimento assolava São João del-Rei e o país, porque a produção nacional não atendia ao consumo interno e havia um forte protecionismo à indústria nacional. Nessa época, a produção de cimento era realizada em somente sete estados brasileiros e a produção das fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro perfazia cerca de 70% da produção total. Em tal período, instalavam-se empresas na Bahia, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, em Barroso (Cimento Portland, hoje Holcim). Em São João del-Rei, por exemplo, em 1952, o comércio de cimento estava ocorrendo no mercado clandestino, a preços proibitivos, e as construtoras da cidade estavam adiando o cumprimento dos contratos devido à falta do produto. Parece, portanto, que a instalação da cimenteira em Barroso, em grande parte, foi devida à escassez de cimento na região, e porque havia uma pressão para promover o aumento da produção interna. A esse respeito, ver o *Diário do Comércio*, 10 de setembro de 1953. Matéria: “Câmbio negro do cimento”.

<sup>79</sup> Disponível em: <[http://www.snic.org.br/pdf/Historia\\_do\\_Cimento\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.snic.org.br/pdf/Historia_do_Cimento_no_Brasil.pdf)> Acesso em: 12 jun. 2013.

<sup>80</sup> *Idem.*

<sup>81</sup> *Idem.*

<sup>82</sup> *Idem.*

<sup>83</sup> *Idem.*

que as empresas começam a adotar as atividades de co-processamento para diminuir os custos de produção e para aumentar o marketing ambiental. Mas, nos últimos anos, com o reaquecimento da economia e a crescente expansão da indústria da construção civil – trazida, em parte, pelo Programa de Aceleração da Economia do governo federal e pelas obras da Copa do Mundo de 2014, a indústria do cimento no Brasil encontrou ambiente favorável a novas ampliações. De 2006 a 2010, por exemplo, a produção cresceu em torno de 41%, apesar de uma leve queda entre os anos 2009 a 2010<sup>84</sup>. A tabela abaixo mostra a evolução da produção brasileira de cimento:

**Tabela 1 - Produção brasileira de cimento portland – 1950/2010 (mil t)**

Ano	Produção	Ano	Produção
1950	1.386	1981	26.051
1951	1.456	1982	25.644
1952	1.619	1983	20.870
1953	2.030	1984	19.497
1954	2.441	1985	20.635
1955	2.734	1986	25.257
1956	3.278	1987	25.468
1957	3.376	1988	25.329
1958	3.769	1989	25.920
1959	3.822	1990	25.848
1960	4.447	1991	27.490
1961	4.709	1992	32.903
1962	5.072	1993	24.843
1963	5.188	1994	25.230
1964	5.583	1995	28.256
1965	5.624	1996	34.597
1966	6.046	1997	38.096
1967	6.405	1998	39.942
1968	7.281	1999	40.234
1969	7.823	2000	39.901
1970	9.002	2001	39.453
1971	9.803	2002	38.927
1972	11.381	2003	35.122
1973	13.398	2004	35.984
1974	14.920	2005	38.705
1975	16.737	2006	41.895
1976	19.147	2007	46.551
1977	21.123	2008	51.970
1978	23.203	2009	51.747
1979	34.874	2010	59.117

<sup>84</sup> *Idem.*



1980	27.193		
------	--------	--	--

Fonte: SNIC, 2010

Hoje, o país conta com 81 fábricas de cimento, dirigidas por 15 grupos, boa parte concentrada na região sudeste, onde algumas unidades estão em expansão. Lidera a produção e o consumo de cimento na América Latina e é responsável por 1,6% da produção mundial. Em Minas Gerais, na cidade de Barroso, o grupo Holcim está ampliando sua unidade de produção, construindo, inclusive, o maior moinho de cimento do mundo<sup>85</sup>.

### 1.3- A atuação da Holcim no Brasil

O Grupo Holderbank (hoje Holcim), fundado na Suíça, em 1912, pela família Schmidheiny, atua em todos os continentes e tem 149 unidades de produção, em mais de 70 países<sup>86</sup>. Suas principais atividades são a fabricação e a distribuição de cimento. Sua atuação no Brasil teve origem em 1950, quando comprou a empresa Sociedade Extrativa de Calcário Ltda (Sacomex). Em 1973, construiu fábrica em Minas Gerais, na cidade de Pedro Leopoldo. Nos anos de 1990, a Holderbank comprou o Grupo Cimento Paraíso, com quatro unidades produtoras, dentre elas, a unidade Barroso<sup>87</sup>. Até 2002, a empresa, que apresentava seus produtos no mercado sob várias marcas, passou a utilizar apenas a marca mundial “Holcim” para todos seus produtos<sup>88</sup>.

No Brasil, o grupo suíço possui cinco unidades de produção, localizadas no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Das 12 fábricas de cimento existentes em Minas Gerais, duas pertencem à Holcim, localizadas nas cidades de Pedro Leopoldo e Barroso. A unidade de Barroso (a ex-CCPB) passa, no momento, por um processo de ampliação para triplicar a produção de cimento<sup>89</sup>. A empresa é, atualmente, uma das maiores produtoras de cimento do país e do mundo com a capacidade de produção global de 217 milhões de toneladas<sup>90</sup> por

<sup>85</sup> *Idem.*

<sup>86</sup> Dados sobre a fábrica disponíveis em: < <http://www.holcim.com.br/a-empresa/historia.html> > Acesso em: jun.2013.

<sup>87</sup> *Idem.*

<sup>88</sup> *Idem.*

<sup>89</sup> *Idem.*

<sup>90</sup> Perde somente pela empresa Lafarge, grupo francês, que atualmente tem capacidade de produção mundial de 225 milhões de toneladas de cimento por ano. Disponível em:

ano, e é uma das pioneiras em co-processamento<sup>91</sup> de resíduos tóxicos no Brasil e no mundo:

**Tabela 2 - Produção anual de cimento da CCPB/Holcim – 1955/2012 (t)**

Anos	Produção	Anos	Produção
1955	109.500	1972	717.338
1962	438.000	1973	975.997
1965	384.184	1974	1.113.547
1966	377.138	1975	1.250.699
1967	449.554	1976	1.231.663
1968	482.506	1977	1.225.373
1969	478.252	1978	1.500.000
1970	574.826	2012	1.200.000 <sup>92</sup>
1971	512.611		

Fonte: jornais *Losango*, 1965-1973; *Barroso*, 1974-1978; *Gazeta de São João del-Rei*, 2012.

**Tabela 3 - Produção anual de cimento da CCPB/Holcim – 1955/2012**

ANO	VOLUME DA PRODUÇÃO (T)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1955	109.500	
1962	438.000	300,0 %
1965	384.184	
1966	377.138	17,0 %
1967	449.554	
1968	482.506	
1969	478.252	
1970	574.826	102,3 %
1971	512.611	
1972	717.338	
1973	975.997	
1974	1.113.547	
1975	1.250.699	
1976	1.231.663	34,7 %
1977	1.225.373	
1978	1.500.000	
2012	1.200.000	-20,0 %

<[http://www.cimento.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=207:maiores-produtores-mundiais-de-cimento-no-mundo&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=50](http://www.cimento.org/index.php?option=com_content&view=article&id=207:maiores-produtores-mundiais-de-cimento-no-mundo&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=50)> Acesso em: set.2013.

<sup>91</sup> O co-processamento é uma tecnologia utilizada para incinerar resíduos industriais em fornos de cimento. Ele é usado em substituição ao combustível (carvão ou óleo) que aquece o forno que transforma o calcário e argila em matéria-prima do cimento (clínquer). Essa técnica, que divide opiniões entre empresários e ecologistas quanto a sua segurança ambiental, é empregada aproximadamente há 40 anos, principalmente no Japão e Estados Unidos. No Brasil, essa técnica começou a ser usada na década de 1990, e vem sendo adotada de forma crescente pelas fábricas de cimento. Disponível em: <<http://www.abcp.org.br/conteudo/sustentabilidade/coprocessamento-saiba-mais-sobre-essa-solucao>> Acesso em: set.2013.

<sup>92</sup> Infelizmente, não encontramos todos os dados de produção anual do período de 1955 a 2012.

#### 1.4 – Os primeiros indícios de conflitos ambientais: o período sem eletrofiltros (1955-1969)

De acordo com Martins<sup>93</sup>, a ideia de “dano ecológico” surge aproximadamente no final do século XIX, quando os estudiosos começaram a procurar entender as relações dos seres com as coisas, que constituem o que chamamos de “ambiente”. Mas a tentativa de avaliar e recuperar a extensão dos danos ambientais é recente nos países mais industrializados. De acordo com o autor, somente na década de 1960 é que os estados e as empresas começaram a construir os “relatórios de impactos ambientais”. No Brasil, na década de 1960, época em que o país começa a passar pela fase de internacionalização da sua economia, não havia, ainda, órgãos ambientais para regulamentar o controle da poluição provocada pelas empresas. Em Minas Gerais, de acordo com Carneiro<sup>94</sup>, até o final dos anos 1980, ainda não havia um sistema público estadual de meio ambiente consolidado de fiscalização e de licenciamento ambiental. Por essas razões, as informações sobre os primeiros embates dos moradores contra a poluição da fábrica de cimento, descritos nessa seção, são praticamente todas provenientes de alguns artigos de jornais, de atas da Câmara de Vereadores e de depoimentos orais, e não de órgãos ambientais do estado, ao contrário do que ocorre nos capítulos posteriores dessa dissertação.

Dessa forma, as resistências dos moradores reportadas nessa seção não se caracterizam como conflitos institucionalizados, porque, até o final de 1990, ainda não havia Ministério Público<sup>95</sup> (MP) onde pudesse ser acolhidas denúncias sobre poluição ambiental por parte de moradores. Assim, o que vamos apresentar são alguns casos de resistência esporádicos, que variaram ao longo do tempo, à medida que os moradores foram sendo atingidos pelas atividades poluentes da empresa. Vamos ver que boa parte dos indícios de insatisfação dos moradores foi externada por meio de reclamações junto à própria administração da fábrica e ao poder público local, na figura da Câmara de Vereadores. Nesse processo, em que membros do

---

<sup>93</sup> MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Faculdades Pedro Leopoldo, 2007, p. 73-83.

<sup>94</sup> CARNEIRO, Eder J. (2003). *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>95</sup> Oficialmente, o Ministério Público já existe no Brasil desde 1832 com o Código de Processo Penal do Império. Com as atuais atribuições, o MP existe desde promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda em vigor, a qual se destaca pela atuação em diversas áreas de interesse público como meio ambiente, patrimônio histórico, consumidor, comunidades indígenas etc. Disponível em: <<http://www.mpu.mp.br/navegacao/institucional/historico>> Acesso em: 01 abr.2014.

poder público local e moradores exigiam providências da fábrica para conter a poluição do pó de cimento, o jornal *Barroso*, impresso, criado e mantido pela própria prefeitura a partir de 1971, foi um ator importante, pela veiculação de declarações críticas sobre a poluição.

Importante ressaltar, ainda, nessa seção, que a fábrica funcionou sem os eletrofiltros de 1955 a 1968, mas os primeiros indícios de insatisfações dos moradores quanto ao problema da poeira da fábrica têm início apenas em 1962; portanto, esse é o ano de partida para nossa análise dos conflitos ambientais em Barroso.

Os primeiros indícios de reclamações contra a poluição da fábrica se expressam no depoimento de Paulo Terra, que relata que as reclamações contra a poluição da fábrica foram aumentando à medida que o bairro do Rosário foi crescendo. Ele comenta que, entre a inauguração da fábrica em 1955 e o início dos anos 1960, havia poluição, porém, em suas palavras “não havia números de reclamações que pudesse[m] assustar a empresa”, porque não havia muitos moradores nos arredores da fábrica. Perguntado sobre como a poluição atingia a cidade, ele relata que:

(...) a fábrica funcionou de 1955 a 1969 sem eletrofiltros, soltava fumaça direta; aí quando começou a reclamação da população [principalmente a partir de 1962] (...), a empresa Holderbank [que foi sócia da CCPB, de 1966 a 1969], instalou os eletrofiltros. Ela chegou, inclusive, (...) a fazer um estudo para transportar os três fornos que já existiam para a Mata do Ribeirão, e não fizeram isso, porque o custo de desmontagem e transferência era menor que o lucro cessante, porque para transportar se tem que parar de produzir, cortar os fornos, transportar pra lá, montar de novo [geraria prejuízo] (...). Então, entre importar os eletrofiltros que vieram do Canadá e essa outra opção [de transferência da fábrica para local mais distante das habitações], preferiu [comprar] o eletrofiltro, que era um investimento que podia ser feito com a fábrica funcionando (...)<sup>96</sup>.

O fato de a empresa cogitar sua transferência para um local mais distante da cidade, para evitar que a poluição atingisse a população, mostra, de certa forma, que a poluição da fábrica não atingia somente as casas localizadas nos arredores da fábrica, mas também outros bairros da cidade, conforme a direção dos ventos. Podemos confirmar isso numa edição do *Jornal das Lajes*, que menciona que, em 1962, com a entrada em funcionamento do terceiro<sup>97</sup> forno de cimento, é que se

---

<sup>96</sup> Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro, 2013.

<sup>97</sup> De acordo com por Paulo Terra, a marca de cimento “Barroso” ficou tão reconhecida e respeitada no mercado que a demanda chegou a ficar maior que a produção. Por essas razões, de 1958 a 1962

iniciou, de fato, a pressão popular para colocar filtros na fábrica. O jornal ainda menciona que, até 1969, havia uma nuvem espessa de poeira expelida pelas chaminés que permanecia sobre Barroso:

Nesse período [até 1969], existia sobre Barroso uma nuvem espessa de poeira, equivalente a 15% do material sólido introduzido no forno que eram expelidos pelas chaminés, subindo para a atmosfera e caindo, de acordo com o vento, ora em cima da cidade, ora no entorno. Em outras palavras, este pó representava perda<sup>98</sup> de 15% na produção, observa Paulo Terra que trabalhou 38 anos na fábrica. “Não há estudos científicos que comprovem que este pó seja tóxico, mas apenas representava incômodo e sujeira para a população.” Com a entrada em funcionamento do terceiro forno em via úmida em 1962, a capacidade da fábrica duplicou e com isso também a presença do pó, informa Terra. “Aí começou a pressão sobre a empresa para instalar filtros de pó, o que só veio a ocorrer em 1968, com o início de operação em 1969<sup>99</sup>”.

---

foi realizada a primeira expansão da fábrica e inaugurou-se o terceiro forno, em 1962, com o dobro da capacidade de produção em relação aos outros dois fornos gêmeos da fábrica, instalados em 1955. Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro, 2013.

<sup>98</sup> Percebe-se, nesse caso, que há interesses que vão além daqueles relacionados à percepção das emissões atmosféricas como poluição, ou seja, a instalação dos eletrofiltros não seria apenas para conter a ejeção de partículas de que os moradores reclamavam, mas, sobretudo, para recuperar 15% do volume da produção, que se perdia pelas chaminés. Assim, a preocupação da empresa com a poluição não era meramente porque estava prejudicando a vida dos moradores, mas, sobretudo, por causa do cimento que se perdia nas chaminés.

<sup>99</sup> Em Barroso trajetórias política e industrial se misturam José Venâncio de Resende. *Jornal das Lajes*, 13 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldaslajes.com.br/integra.php?i=938>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

**Foto 3.** Cidade de Barroso e as chaminés da CCBP, em data possivelmente anterior à década de 1970



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=517336388360168&set=o.371867989511846&type=3&theater> (acessado em 19/10/2013).

Essa foto, divulgada no Facebook<sup>100</sup> por Eduardo Ferrarezzi, morador de Barroso, foi alvo de uma série de comentários, feitos na rede social, por parte de alguns moradores e ex-moradores antigos da cidade, e nos mostra um pouco como era o “problema da poluição” no passado, anteriormente a 1969, quando a fábrica ainda não utilizava eletrofiltro. O autor da publicação da foto dá a seguinte declaração: “É a fumaça já foi pior!!!. Eram épocas de colher as couves na horta com pó de cimento por cima!”. Os comentários seguintes nos dão várias pistas sobre a gravidade da poluição da fábrica naquela época. O ex-prefeito e ex-morador de Barroso, Baldonado Arthur Napoleão, comenta que “você não pode imaginar o que era aquilo...”. Outro ex-morador, Altamir de Paula, relata: “Mudei de Barroso na época por recomendação médica, minha esposa passava muito mal com esta poluição do cimento.” A ex-moradora da cidade, Alzira Fraga Alvim Machado,

---

<sup>100</sup> Foto publicada, no dia 7 de outubro de 2013, em <https://www.facebook.com/groups/curtoamemoriadebarroso/photos>. Acesso em: 19 Out.2013.

comenta que “as vasilhas de água ficava com o cimento por cima”. Num outro comentário, ela diz que: “meu irmão faleceu com resíduo de cimento no pulmão, ele trabalhava na fábrica.” Já em outro comentário, Vera Lucia Santos, moradora da cidade, comenta que a poluição “antes era visível, hoje invisível”. Essa última afirmação provavelmente ao fato de que, antigamente, se sabia que materiais eram queimados nos fornos da empresa: a fábrica utilizou o óleo combustível até o final da década de 1980; depois, passou a utilizar-se do carvão mineral, fato que gerou ainda mais incômodos à população, como veremos mais adiante. Atualmente, não se sabe ao certo quais são todos os tipos de resíduos que são queimados nos fornos da empresa, que hoje utiliza a técnica de “co-processamento”. Como afirmam militantes da ONG ODESC, a atual incineração de resíduos tóxicos pela Holcim resulta na emissão, na atmosfera, de furanos e dioxinas, nanopartículas carcinogênicas, invisíveis a olho nu e imperceptíveis quando inaladas. Talvez daí advinha o supracitado comentário de que, hoje, a poluição é invisível. Outro comentário parece aludir ao caráter carcinogênico das atuais emissões atmosféricas produzidas pela Holcim: Sonia Cristine, moradora de Barroso, comenta que “infelizmente a população está pagando com a própria vida”.

Esses comentários feitos pelos moradores nos dão uma série de pistas sobre como era a poluição anteriormente à década de 1970. Não temos registros de como, de 1962 a 1969, ocorreu a pressão exercida sobre a empresa para que ela instalasse os eletrofiltros, mas os comentários sobre a foto acima confirmam de certa forma o depoimento de Paulo Terra ao *Jornal das Lajes*, o qual relata que as pressões para que a empresa instalasse os filtros de pó nas suas chaminés começaram em 1962, período em que a fábrica duplicou sua produção, e que a poeira representava “incômodo e sujeira para a população”. Isso leva a crer que, nesse período, provavelmente houve muitas insatisfações dos moradores e, talvez, do poder público local em relação à fábrica. Outra evidência que parece corroborar essa interpretação é a notícia veiculada pelo jornal *Ponte da Cadeia* na qual se comenta o anúncio feito por um dirigente da fábrica, Paulo Mário Freire, que revelava que a instalação de eletrofiltros, promessa feita pela empresa há dois anos, agora iria se cumprir, realizando, assim, um antigo sonho da população, que reclamava da poluição do ar:

(...) o Dr. Paulo M. Freire disse que cumpri[rá] (...) uma promessa feita há dois anos. Na verdade, afirmou o jovem líder da indústria do cimento, já se encontrava no recinto da fábrica os equipamentos para instalação daquilo que o povo chama de filtro e que é um antigo sonho da população de Barroso e dos dirigentes da fábrica (...)<sup>101</sup>.

Importante observar, nessa declaração do jornal *Ponte da Cadeia*, o modo como era resolvida a situação: descrever o atendimento da reivindicação dos moradores como a realização de “um antigo sonho” mostra não só a precariedade e a inexistência, àquela época, de órgãos normativos de controle ambiental, mas deixa escapar, também, a forma “paternalista” de se tratar o problema. Isso, não por acaso, se devia, em grande medida, ao fato de ser a fábrica uma das principais fontes de empregos e de receitas do município (a partir de 1967) que possuía (e ainda possui) intensos laços com a vida política e cultural da cidade (prestação de “favores” etc.). O fato de a fábrica ter uma importância econômica muito grande no município faz com que as relações dos moradores e do poder público com a empresa se processem em condições assimétricas de poder, fato que, obviamente, diminui o “poder de oposição” a ela em relação ao problema da poluição. Podemos confirmar essa dependência do município em relação à fábrica nas seguintes palavras de Paulo Terra:

(...) [O prefeito] Inimá, por exemplo, que era funcionário da fábrica, foi apoiado pela fábrica, foi eleito prefeito [de 1963 a 1967]. Eles eram igual cachorrinho pedindo benção da fábrica. A fábrica mandava na prefeitura. O [prefeito] Genésio Graçano do PSD [eleito em 1967 a 1971], por exemplo, precisava de uma máquina pesada que a prefeitura não tinha, ligava pro gerente, e o gerente chegava no final de semana e cedia a pá carregadeira, trator etc. Então, era uma troca de favores em que a reclamação [a respeito da poluição, feita pelo poder público junto à empresa] era mais para atender clamores [da população] do que para exigir mesmo (...). Os dois grandes empregadores da cidade era a prefeitura, que tinha mais de 1.000 empregados, e a fábrica, chegava a 1.500 a 2.000 empregados. Então, era um casamento em que fingia marido brigando com mulher e a mulher também, mas dormia juntos, a realidade era essa (...)<sup>102</sup>.

Além de o poder público ser muito dependente da fábrica, os moradores e, principalmente, os trabalhadores da fábrica, que também se sentiam incomodados com a poluição, não podiam demonstrar muito as suas insatisfações quanto ao problema da poluição. De acordo com o depoimento do ex-prefeito pela União

---

<sup>101</sup> *Ponte da Cadeia*, 22 de setembro de 1968, Nº 68. Matéria: “Barroso não terá mais poeira”; Adenor Simões Coelho Filho.

<sup>102</sup> Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro, 2013.



democrática Nacional (UDN) Inimá Rodrigues Pereira (referido no depoimento de Paulo Terra, acima), de 81 anos, morador do bairro do Rosário, que trabalhou na fábrica de 1955 até 1990, e que, em 1963, foi o candidato a prefeito apoiado pela fábrica, revela que:

[No início] Barroso sofreu muito com a poeira, ainda mais quando entrou em funcionamento [o terceiro forno, em 1962] (...). Os empregados da fábrica, às vezes, reclamavam, mas reclamavam mais à surdina, porque não queriam se indispor com a direção, mas o povo mais antigo da cidade reclamava mais. Mas o poder aquisitivo [da empresa] era muito grande e o poder da cidade era pequeno. A prefeitura não podia agir muito contra a fábrica. Eu fui prefeito em Barroso (...). A reclamação [sobre a poluição da fábrica], não havia, assim, movimento [mobilizações coletivas] na cidade, não havia nada (...). Quando foram inaugurados os eletrofiltros, aí (...) melhorou muito (...). De vez em quando, havia um despejo de pó, quando, por exemplo, quando o forno dava algum problema que tinha que fazer o revestimento, e tinha que fazer o resfriamento e o eletrofiltro ficava desligado. Quando ligava o forno, ele tinha que ficar 48 horas aquecendo e, nesse período, saía um pouco de pó (...) <sup>103</sup>.

No depoimento, ex-prefeito faz referência a moradores mais antigos que reclamavam mais da poluição que os trabalhadores da fábrica e, provavelmente, moravam em outros bairros da cidade e não dependiam da empresa. Como a poeira emitida pela fábrica atingia a cidade de acordo com o vento, possivelmente, não era só o bairro do Rosário (chamado também de bairro Industrial) que era atingido pela poeira da fábrica. Perceba-se, também, a dificuldade do ex-prefeito, que foi o primeiro candidato apoiado pela fábrica, ao revelar as dificuldades de uma “pequena prefeitura” em questionar uma grande fábrica de cimento da qual dependia tanto, principalmente, a partir de 1967, quando a prefeitura começou a receber o ICMS <sup>104</sup>. Pelo depoimento, percebe-se, também, que, mesmo a fábrica tendo colocado o eletrofiltro, o problema da poluição não foi completamente sanado, porque quando os filtros eram desligados havia despejo de pó na atmosfera, novamente. Isso se dava porque o eletrofiltro é um aparelho de combustão que se sobrecarrega de calor à medida que vai funcionando e contendo a poeira. Quando ele se sobrecarrega, é

---

<sup>103</sup> Entrevista com Inimá Rodrigues Pereira. Barroso, 16 de novembro, 2013.

<sup>104</sup> Antes de 1967, o ICMS gerado nos municípios pertencia ao governo federal. No governo de Castelo Branco, a partir de 1967, os recursos do imposto passaram a pertencer aos municípios. Atualmente, o ICMS é cobrado pelo governo em cada estado. 75% do que é arrecadado fica com o estado, e 25% restante vai para os municípios. Disponível em: <[http://3A%2F%2Fwww3.tesouro.fazenda.gov.br%2Festados\\_municipios%2Fdownload%2FCartilhaFPM.pdf&ei=C1\\_LUpGoEofMkQfj4CQDA&usg=AFQjCNF02nWo5Z8Wjc\\_PgePYLmvCFoAQeA&bvm=bv.58187178,d.eW0](http://3A%2F%2Fwww3.tesouro.fazenda.gov.br%2Festados_municipios%2Fdownload%2FCartilhaFPM.pdf&ei=C1_LUpGoEofMkQfj4CQDA&usg=AFQjCNF02nWo5Z8Wjc_PgePYLmvCFoAQeA&bvm=bv.58187178,d.eW0)> Acesso em: 2 abr.2014.

preciso desligá-lo para que possa resfriar-se. E, ao ser desligado, o pó sai para a atmosfera<sup>105</sup>.

Para o período de 1969 a 1971, não encontramos informações sobre insatisfações dos moradores em relação à possível poluição produzida fábrica. Parece que, nesses anos, os eletrofiltros instalados amenizaram a intensidade e a quantidade de pó de cimento emitido pelas chaminés. Porém, com o aumento da produção, em virtude da inauguração do quarto forno, em 1972, o problema da poluição se acentua novamente.

### 1.5- O auge da produção (1972-1979)

No dia 22 de janeiro de 1972, a fábrica de cimento Barroso inaugura seu quarto forno de produção, com uma grande festa e com a presença de muitas autoridades políticas e do governador do estado Rondon Pacheco. Com a inauguração do quarto forno, a fábrica Barroso passou a ser líder de produção no estado de Minas Gerais e a segunda maior produtora de cimento no Brasil<sup>106</sup>. Por outro lado, o aumento da produção trouxe também o aumento da poeira.

Assim, verificamos que nos anos posteriores, mesmo depois da instalação dos eletrofiltros, que entraram em operação em 1969, a visão crítica sobre a poluição da fábrica de cimento continuaria a existir, como apontam outros jornais. É o que mostra o jornal *Barroso*, em 1972, que qualifica as emissões atmosféricas como um problema constante na cidade. Nas palavras do jornal:

Quem vem de Barbacena [cidade vizinha, localizada a cerca de 22 Km de Barroso, em linha reta], quase ainda no meio do caminho [entre Barbacena e Barroso], avista do alto as chaminés da Fábrica de Cimento em Barroso. É o progresso - todo mundo pensa. De fato é o progresso, todavia há quem vê o outro lado das chaminés. A poluição. O problema é [problema] sério para quem pode compreendê-lo. E quem compreende não acha razão 'para se falar de progresso apresentando como pano de fundo a chaminé de uma fábrica'. Essa é também a ideia do engenheiro José Edson Perpétuo, num artigo publicado há pouco no ESTADO DE MINAS. Poluição significa o ato ou efeito de sujar, corromper, profanar (...). Então se conclui que as chaminés são as armas [com] as quais o progresso econômico está liquidando a vida do ser humano, pouco a pouco, silenciosamente. O câncer vem aumentando<sup>107</sup>.

---

<sup>105</sup> Disponível em: <[coprocessamento.org.br/cms/wp-content/.../05/Maringolo\\_V2001.pdf](http://coprocessamento.org.br/cms/wp-content/.../05/Maringolo_V2001.pdf)>. Acesso em: 20. Jan.2014.

<sup>106</sup> *Barroso*, janeiro de 1972. Matéria: "Cimento Barroso: novas dimensões de grandeza".

<sup>107</sup> *Barroso*, primeira quinzena de outubro de 1972. Matéria: "Chaminé e poluição".

Fundamental ressaltar que essa declaração foi feita pelo jornal *Barroso*, que é um informativo oficial do município, editado pela própria prefeitura, criado na administração de Baldonado Artur Napoleão, da ARENA, em 1971. Logo, quando nos reportarmos a esse jornal, é importante observar que se trata de porta-voz do poder público executivo local.

É importante observar que a crítica feita pelo jornal não é uma posição desconectada de concepções presentes, à época, em âmbito mais abrangente e que estavam sendo discutidas em países europeus, culminando, no final década de 1960, com a Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Estocolmo, em junho de 1972. No início dos anos de 1970, movimentos ecológicos da Suécia começaram a questionar as autoridades para que tomassem medidas em relação à chuva ácida (chuva de baixo PH), proveniente das emissões de óxidos de enxofre realizadas pelas indústrias britânicas. Segundo esses movimentos, esses óxidos eram transportados pelos ventos para outros países, reagindo com a água presente na atmosfera e produzindo, assim, ácido sulfúrico, que caía com as chuvas e destruía plantações e florestas em outras regiões, como os países nórdicos. Pressionados pelos ecologistas, os governantes suecos reclamaram junto à ONU, que, por sua vez, promoveu a I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente<sup>108</sup>. Na conferência, os principais problemas debatidos foram a poluição do ar, da água e do solo, em consequência da industrialização<sup>109</sup>. Em *Barroso*, os atores que questionavam a poluição atmosférica da fábrica provavelmente foram influenciados pela difusão dessas concepções críticas em relação à poluição industrial, sob o paradigma da “nova concepção política ambiental” estabelecida pelas autoridades internacionais e pelos movimentos ecologistas. Corroborar esse argumento o fato de,

---

<sup>108</sup> De acordo com a historiadora Ana Cristina Augusto de Sousa, a Conferência de Estocolmo, que teve o objetivo de incentivar ações governamentais para proteger o meio ambiente, exerceu, posteriormente, papel fundamental no curso da criação de políticas ambientais em vários países, inclusive no Brasil. Em 1973, por exemplo, foi criada Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), órgão ambiental subordinado ao Ministério do Interior. Por essas razões, na década de 1980, o tema da “chuva da morte” já era assunto bastante divulgado entre os ambientalistas e na imprensa. Disponível em: <file:///C:/Users/Peterson/Documents/A%20EVOLU%C3%87%C3%83O%20DA%20POL%C3%8DTICA%20AMBIENTAL%20NO%20BRASIL%20DO%20S%C3%89CULO%20XX.htm> Acesso em: 22 out.2013.

<sup>108</sup> *Idem*.

<sup>109</sup> LEITE LOPES, José Sérgio (coord.) (2004), *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.18 e 19.

posteriormente, no início dos anos de 1970, barrosenses críticos das emissões atmosféricas produzidas pela fábrica terem-nas relacionado a temas então discutidos no âmbito mundial, como a questão da chuva ácida ou “chuva da morte”, como se verá mais à frente.

O jornal continua chamando a atenção para a questão:

(...) Essa imagem triste de uma época, mostra até que ponto chega a estupidez humana, diz o engenheiro [José Edson Perpétuo]. Não a chaminé em si, mas os venenos que ela emite. A revolução industrial representou um passo gigantesco na direção do progresso econômico e outro passo ainda maior no sentido de encurtamento da vida humana. Um verdadeiro genocídio. Na sua evolução desordenada, os chamados países desenvolvidos se encontram de braços dados com problemas dignos do homem da caverna. Sem favor nenhum, o homem primitivo estava menos desprotegido que seu semelhante do século XX, já que os perigos da atualidade ameaçam as massas e o genocídio vem sendo praticado impunemente<sup>110</sup>.

O trecho do artigo do jornal *Barroso* supracitado comenta, na verdade, questões mais gerais a respeito da poluição produzida pelas chaminés das indústrias, mas menciona a fábrica de Barroso, deixando escapar que a empresa continuava poluindo. Esse ponto de vista crítico em relação à fábrica, explicitado publicamente, por escrito, em 1972, ocorre no auge da repressão da ditadura militar, sob o governo Médici, e num momento em que a fábrica estava entre as maiores produtoras de cimento da América Latina, sendo alvo de visitas constantes de governadores e de outras autoridades políticas da região. Além disso, a cimenteira era grande fornecedora de cimento para as obras dos governos militares, como a ponte Rio-Niterói, estádios de futebol, grandes barragens hidrelétricas etc. Do ponto de vista estratégico dos governos da ditadura, a fábrica de Barroso se tornou muito importante para o “desenvolvimento” do país, o que diminui mais ainda, em tese, as possibilidades de se realizar oposição aberta à fábrica, ainda que ela continuasse poluindo. Nesse sentido, parece razoável propor que o órgão de imprensa da prefeitura, o jornal *Barroso*, era um ator de elevado *status* social, que, obviamente, tinha poder para fazer publicamente declarações mais críticas em relação à fábrica. Com efeito, não seria qualquer ator que poderia fazer tais questionamentos naquele período, ou, quando fizesse, não poderia ser muito explícito.

Perguntada sobre como, à época da ditadura militar, a população barrosense reagia ao pó produzido pela fábrica na ditadura, a ex-vereadora pelo Partido

---

<sup>110</sup> *Barroso*, primeira quinzena de outubro de 1972. Matéria: “Chaminé e poluição”.

Trabalhista do Brasil (PT do B), de 2008 a 2012, Vera Aparecida Rodrigues Pereira (filha do ex-prefeito Inimá Rodrigues), que mora há cerca de 50 anos no bairro do Rosário, nos dá o seguinte depoimento:

(...) o aumento da poluição (...) veio junto com a ditadura militar, a operação da fábrica começou mesmo na década de 1960 (...). E o quarto forno, em 1972, que foi o auge da poluição, o auge da produção e o auge da ditadura militar, que era a maior repressão, que culminou com a maior repressão do governo militar. Quem que teria coragem de fazer qualquer coisa?... algum sindicato? (...). Tanto que, nas vésperas do golpe militar, meu avô era industrial (...). Ele recebia várias pedradas nas janelas, na varanda, com ameaça de morte, porque se o sindicato tivesse um governo comunista... Cê já viu falar na lista dos dez? (...). A lista dos dez seria os dez a serem... igual em Cuba, que seriam mortos nas cidades. Os que encabeçavam a lista era (...) o meu avô [e outros], que foi um dos primeiros industriais da cidade(...)<sup>111</sup>.

O depoimento de Vera Rodrigues, que guarda na memória a história de seu passado familiar em Barroso, nos mostra alguns indícios de como era a repressão política àquela época, no município. Nesse sentido, podemos considerar que a posição crítica do jornal da prefeitura, o *Barroso*, em relação à fábrica de cimento é surpreendente. Em hipótese, as matérias críticas sobre a fábrica publicadas na administração do prefeito Baldonado Artur Napoleão, provavelmente pode está relacionada à disputa com algum adversário político na época (início da década de 1970), que possivelmente, estaria sendo apoiado pela fábrica. Infelizmente não conseguimos levantar informações sobre esses possíveis acontecimentos políticos.

Para o período que vai de 1973 ao início de 1977, que abrange o mandato do prefeito Genésio Graçano, da ARENA, não encontramos nenhuma informação no jornal da prefeitura e nem nas atas da Câmara de Vereadores que diga respeito aos conflitos entre moradores e a fábrica, no que se refere à questão da poluição. Encontramos informações a respeito dos conflitos ambientais somente para o período de 1977 a 1983, que abrange o mandato do prefeito José Bernado Meneghin, da ARENA.

Como já informamos, em 1969 foram instalados os eletrofiltros na fábrica, diminuindo, assim, a poluição constantemente produzida pelas chaminés. Mas o fato de os eletrofiltros terem que ser desligados periodicamente, para sua manutenção, ocasionava a emissão da poeira, de acordo com a direção do vento, gerando, assim, incômodo à população. Além disso, de 1972 em diante a fábrica chegou ao auge de

---

<sup>111</sup> Entrevista com Vera Aparecida Rodrigues Pereira. Barroso, 15 de novembro de 2013.

sua produção e seus eletrofiltros começaram a trabalhar acima de sua capacidade normal<sup>112</sup>, como veremos mais adiante.

Outras instituições, como a Câmara de Vereadores de Barroso, também entraram em cena para questionar o problema da poeira da fábrica. É o que podemos verificar no jornal *Barroso*<sup>113</sup>, que informa que o vereador Vicente de Paula Ferreira<sup>114</sup>, que à época pertencia à ARENA, partido de sustentação da ditadura militar, pede à Câmara de Vereadores de Barroso o envio de um ofício à fábrica de cimento, solicitando dos dirigentes da fábrica maior cuidado com a poluição das chaminés, que atingia a cidade quase todos os dias<sup>115</sup>. Segundo o jornal, a Câmara aceitou por unanimidade o pedido do vereador. E no dia 22 de dezembro de 1977 é enviado um ofício para o dirigente da fábrica explicando a posição da Câmara, que constantemente recebia reclamações por parte de moradores em relação à poluição provocada pela cimenteira<sup>116</sup>.

Na primeira quinzena de janeiro de 1978, a empresa faz publicar sua resposta no mesmo jornal<sup>117</sup>, afirmando que estava ciente do problema. Uma das explicações dadas ao problema da poluição era de razão técnica. Segundo um dirigente da fábrica, o incômodo da poluição estaria ocorrendo por causa da paralisação dos eletrofiltros, que apresentaram defeitos. Numa outra explicação, o dirigente afirma que a poluição teria se tornado mais intensa no verão, em virtude dos sentidos predominantes dos ventos e da maior umidade relativa do ar, característicos desta estação do ano. Diz ele que:

(...) os eletrofiltros estiveram parados [por] 132 horas, e alegou que as horas de trabalho dos 4 fornos, no mesmo período – somadas perfazem 4.896 horas (...). [A fábrica] explica ainda que “nesta época do ano, devido ao sentido predominante dos ventos e à maior umidade relativa do ar, quando ocorre a saída de pó das chaminés, os incômodos provocados são muito maiores<sup>118</sup>”.

---

<sup>112</sup> *Barroso*, junho/julho de 1981. Matéria: “Poluição ambiental em Barroso e a COPAM”.

<sup>113</sup> *Barroso*, segunda quinzena de dezembro de 1977. Matéria: “Vereador reclama da poluição em Barroso”.

<sup>114</sup> Tentamos entrevistar esse vereador, no dia 11 de novembro de 2013, mas ele não aceitou ser entrevistado, sob a justificativa de que atualmente ocupa cargo de confiança no poder público municipal, posição que não lhe deixaria à vontade para falar sobre o assunto da fábrica de cimento.

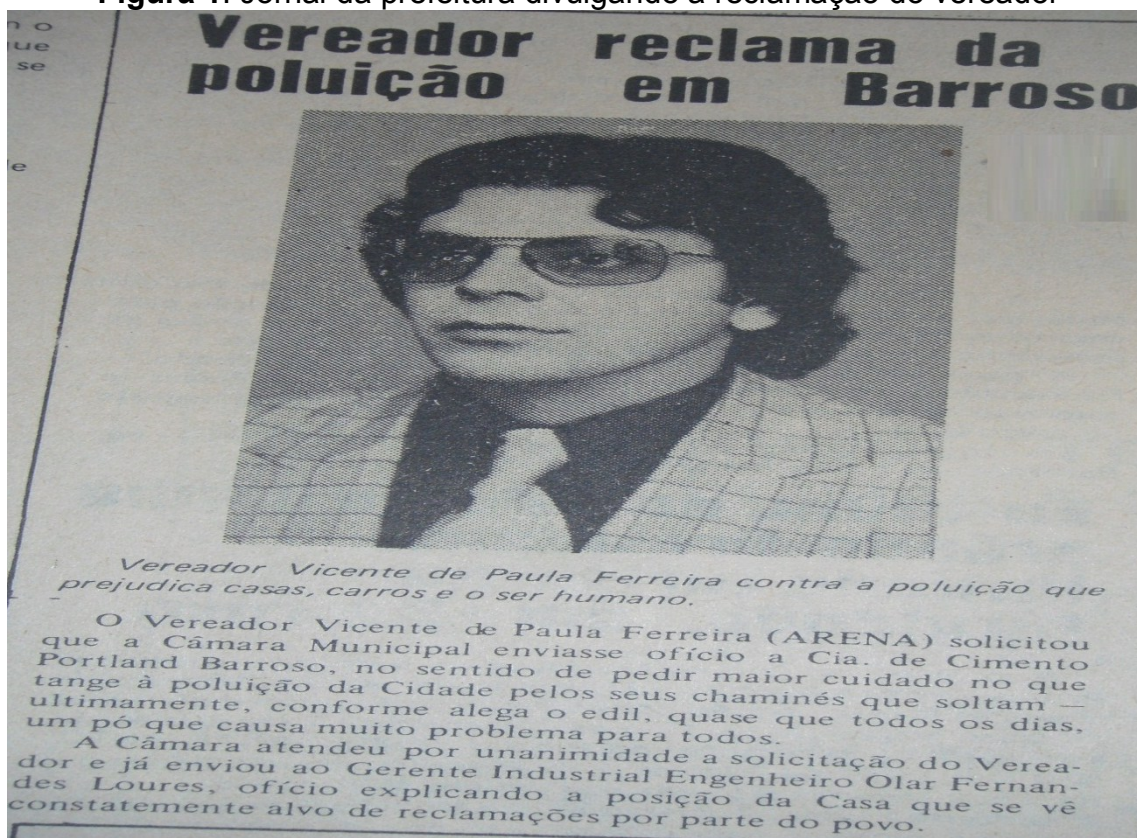
<sup>115</sup> *Barroso*. Op. Cit.

<sup>116</sup> *Idem*.

<sup>117</sup> *Barroso*, primeira quinzena de janeiro de 1978. Matéria: “Cia. de Cimento explica à Câmara o porque do pó de cimento”.

<sup>118</sup> *Idem*.

Figura 1. Jornal da prefeitura divulgando a reclamação do vereador



Fonte: Jornal *Barroso*, dezembro de 1977.

Chama a atenção o fato de um vereador da ARENA, partido da base da ditadura militar ter conseguido influenciar toda a câmara, inclusive vereadores adversários, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura, para que tivessem um posicionamento unânime em favor de enviar ofício à fábrica reclamando da poeira, sob risco de se indispor com a cimenteira (mesmo que isso tenha ocorrido já em 1977, portanto, em tempos de “abertura” política, sob o governo Geisel). Esse fato leva a crer que as insatisfações dos moradores atingidos pela poeira foram muito intensas, a ponto de conseguir pressionar todos os vereadores a aprovar unanimemente o envio do ofício à fábrica.

#### 1.6 - O período do carvão: da fumaça branca à fumaça preta (1980-1983)

As contestações por parte do poder público municipal quanto às emissões atmosféricas da empresa ainda se arrastariam depois, com a introdução da queima de carvão mineral. E vamos verificar que a população de Barroso nunca ficou totalmente livre do problema da poeira. Até o final da década de 1970, a fábrica

utilizou em seus fornos o óleo combustível. Em 1979, com a crise do petróleo, o preço do óleo subiu muito e, como forma de economia, a fábrica passou a gradualmente utilizar energia térmica, mais barata, mediante a queima de carvão mineral em seus fornos. Essa mudança de combustível acentuou, ainda mais, o problema da poluição.

De acordo com o relato de Paulo Terra<sup>119</sup> que trabalhou na fábrica de 1955 a 1993, a alternativa, adotada pela empresa, de queimar carvão mineral exigia uma tecnologia de que a fábrica não dispunha na época. Assim, a própria fábrica tentou construir a tecnologia de queima do carvão com recursos próprios, pelo método da tentativa e erro. Dessa forma, parte do pó do carvão não era queimada, sendo, assim, liberado um pó preto na atmosfera. O ex-funcionário da fábrica, Paulo Terra, explica como era o processo de queima do carvão:

(...) nesse período de introdução da queima de carvão mineral, que vinha de Santa Catarina, se tinha um processo de secagem, processo de moagem do carvão e o processo de introdução de carvão no forno. Então, se adotou vários processos em que geravam pó preto, [que] se via na roupa no varal... Antes, era o pó, pó que era igual poeira de estrada, depois foi o pó de carvão (...). O carvão não tinha como [ser contido pelos eletrofiltros, ao contrário do que ocorria com a poeira do cimento], porque o carvão era mal queimado (...). Na fotografia [das chaminés], se você olha, é aquele charuto lançando aquele pó preto (...), aquele jato de poeira, né? Porque o carvão não estava sendo queimado, estava sendo chupado pela chaminé e jogado no ar; aí a coisa era bem pior (...). Conforme a direção do vento incomodava para onde o vento fosse (...)<sup>120</sup>.

Essa explicação nos dá uma ideia da dimensão da gravidade do que era a poluição proveniente da queima de carvão, em relação à vida da população que era atingida pelo pó preto. O depoimento de Margarida Viena (nome fictício), moradora do bairro do Rosário há 52 anos, relata de forma mais clara de que forma a população era atingida pela queima de carvão, no final da década de 1970 e início da década de 1980:

(...) a coisa era feia (...) tinha poluição demais. As ruas eram pretinhas, as crianças eram pretinhas, [a fábrica] queimava carvão. Oh, bairro triste! Se você viesse aqui naquela época, nosso bairro era triste, tudo era preto, as varandas, as calçadas, as roupas das crianças, a criançada brincava na rua e ficava pretinho<sup>121</sup>.

---

<sup>119</sup> Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro, 2013.

<sup>120</sup> *Idem*.

<sup>121</sup> Entrevista com Margarida Viena (nome fictício). Barroso, 15 de novembro de 2013.



Esse trecho de depoimento mostra o desconforto vivido pelos moradores por causa do pó de carvão. Pode-se, então, imaginar que haveria insatisfações dos moradores atingidos contra a poluição. Sobre como a população reagia contra a emissão do pó de carvão, Margarida relata que:

O bairro [do Rosário] sempre se mobilizou. Nós tínhamos aqui também uma caieira, que também queimava carvão. Uma vez, a população pôs fogo na caieira [por causa da sujeira que ela emitia] (...). Não era bem uma associação de bairro [a forma de organização dos moradores], os moradores ficavam aborrecidos com a sujeirada e ia todo mundo lá na fábrica (...). Teve uma época que a mulherada foi com vassouras [à empresa] (...). Até 1983, mais ou menos, houve essa mobilização. Foram muitos anos de queima de carvão (...). [Depois] diminuiu a poluição, mas não deixa de ter o pó, toda hora tá sujo de poeira (...). De vez em quando, o filtro deles dá problema. Se armar uma chuva, eles soltam a poeirada (...)<sup>122</sup>.

Pelo depoimento de Margarida, percebe-se que os descontentamentos dos moradores, principalmente das mulheres, atingidos pelo pó de carvão geravam ocasionalmente alguma mobilização popular para pedir providências à fábrica. Essa mobilização, mesmo não sendo um movimento organizado, como o que se articula em torno de uma associação de bairro, mostra que os conflitos ambientais em Barroso sempre foram uma constante e, em vários momentos, tiveram ressonância também nas instâncias do poder público municipal. É o que se constata na ata<sup>123</sup> da reunião da Câmara de Vereadores realizada em 4 de junho de 1979, quando, novamente por unanimidade, os vereadores solicitam ao gerente da fábrica que compareça àquela casa, para dar satisfações sobre o problema da poeira. O gerente não compareceu à reunião, alegando ter outros compromissos, e sugeriu aos vereadores que debatessem o problema da poluição em seu escritório<sup>124</sup>. Na ata da reunião<sup>125</sup> da Câmara seguinte, consta que todos os vereadores lamentaram a ausência do gerente da fábrica, com exceção de um vereador, que concordou com a ideia de fazer reunião com o gerente em seu escritório. Apesar de não sabermos se houve ou não essa reunião, o fato é que o problema da poluição questionado pela câmara continuou, pois consta na ata da reunião da Câmara de Vereadores ocorrida em 11 de novembro de 1979 que o prefeito teria enviado ofício à Secretaria de

---

<sup>122</sup> *Idem*.

<sup>123</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 17, 4 de junho de 1979, Barroso. Ata... Barroso: 1979.

<sup>124</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 19, 18 de junho, 1979, Barroso. Ata... Barroso: 1979.

<sup>125</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 21, 25 de junho, 1979, Barroso. Ata... Barroso: 1979.

Estado da Ciência e Tecnologia pedindo providências quanto ao pó de cimento (veremos mais adiante os desdobramentos dessa ação).

Registra-se ainda, em outra ata de reunião<sup>126</sup> da câmara, realizada no final de 1979, a nomeação de uma Comissão Especial, composta por quatro vereadores, liderada pelo vereador Vicente de Paulo Ferreira, para elaborar um Manifesto do Povo, para informar a população sobre o problema da poeira da fábrica e sobre temas como transporte, televisão e segurança pública. Posteriormente, para pressionar ainda mais a empresa a tomar as devidas providências, a Câmara aprovou, por unanimidade, no dia 11 de agosto de 1980, a realização de uma audiência com o proprietário da fábrica e a entrega de um documento abordando o problema da poluição ao governador do estado, Francelino Pereira dos Santos, que iria visitar Barroso no dia 16 de agosto de 1980<sup>127</sup>. Assim, no dia da visita do governador, o vereador Antônio Maria Claret de Souza entregou um manifesto ao governador, em nome do legislativo municipal. Posteriormente, em 1981, o manifesto foi publicado pelo jornal *Barroso*<sup>128</sup>, como veremos mais à frente. Na reunião da Câmara seguinte, as repercussões da entrega do documento ao governador foram positivas e comentou-se que o governador, em resposta ao problema da poluição em Barroso, teria concedido entrevista a uma estação de rádio<sup>129</sup> de Barbacena na qual teria dito que “não só o desenvolvimento econômico é importante, [mas] muito importante também é a humanização das cidades”<sup>130</sup>. As discussões sobre o problema da poluição da fábrica na Câmara de Vereadores foram tema bastante presente nas reuniões da Câmara, de 1979 ao final de 1981. Em uma dessas reuniões, por exemplo, já em 1981, o vereador Silas Ribeiro de Moura chega a sugerir ao legislativo municipal<sup>131</sup> que providenciasse um advogado para os moradores do bairro do Rosário para até mesmo levar a fábrica à Justiça,

---

<sup>126</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 13, 19 de novembro, 1979, Barroso. Ata... Barroso: 1979.

<sup>127</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 03, 11 de agosto, 1980, Barroso. Ata... Barroso: 1980.

<sup>128</sup> Barroso, junho/julho, 1981. Matéria: “Poluição ambiental em Barroso e a COPAM”; Presidente da Câmara de Vereadores, José Carlos do Nascimento.

<sup>129</sup> Na ata não menciona qual é a estação da rádio.

<sup>130</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 04, 18 de agosto de 1980, Barroso. Ata... Barroso: 1980.

<sup>131</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 05, 04 de fevereiro de 1981, Barroso. Ata... Barroso: 1981.

para cobrar soluções quanto ao problema da poluição, que, até então, continuava sem solução.

Por essa época, outros episódios relativos às insatisfações contra a poluição atmosférica continuam a surgir, de forma bastante tensa. É o que podemos perceber pelas publicações do jornal *Barroso*<sup>132</sup>. Importante lembrar, novamente, que nessa época as discussões sobre a “chuva ácida”, realizadas em países europeus, começam a ter visibilidade e repercussão mundial na imprensa, refletindo-se também no Brasil e, de alguma forma, em *Barroso*.

Edições do jornal nos dão indícios da ocorrência de conflitos entre os moradores do bairro do Rosário, o então prefeito, José Bernardo Meneghin, da ARENA (que se fazia ouvir pelo jornal *Barroso*) e a fábrica. Os conflitos teriam sido motivados pela poluição proveniente da queima de carvão nos fornos da empresa. Numa edição do jornal<sup>133</sup>, a fábrica de cimento publica três cartas para responder a seus questionadores (editores do jornal *Barroso*, prefeito que entregou um abaixo assinado dos moradores a empresa, e moradores), que reclamaram da poluição provocada pela empresa. A empresa, por meio de seu dirigente, Carlos Alberto Pereira da Silva, responde, primeiramente, ao jornal *Barroso*<sup>134</sup>, que, em editorial, se referiu à ocorrência de chuva ácida na região, atribuindo-a ao pó de carvão emitido pelas chaminés da fábrica. O editorial em questão foi elaborado com base em reportagem, intitulada “Chuva de veneno”, exibida em dezembro de 1980, pelo programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão. A reportagem focalizava o uso de carvão como fonte de energia nas indústrias brasileiras e estrangeiras.

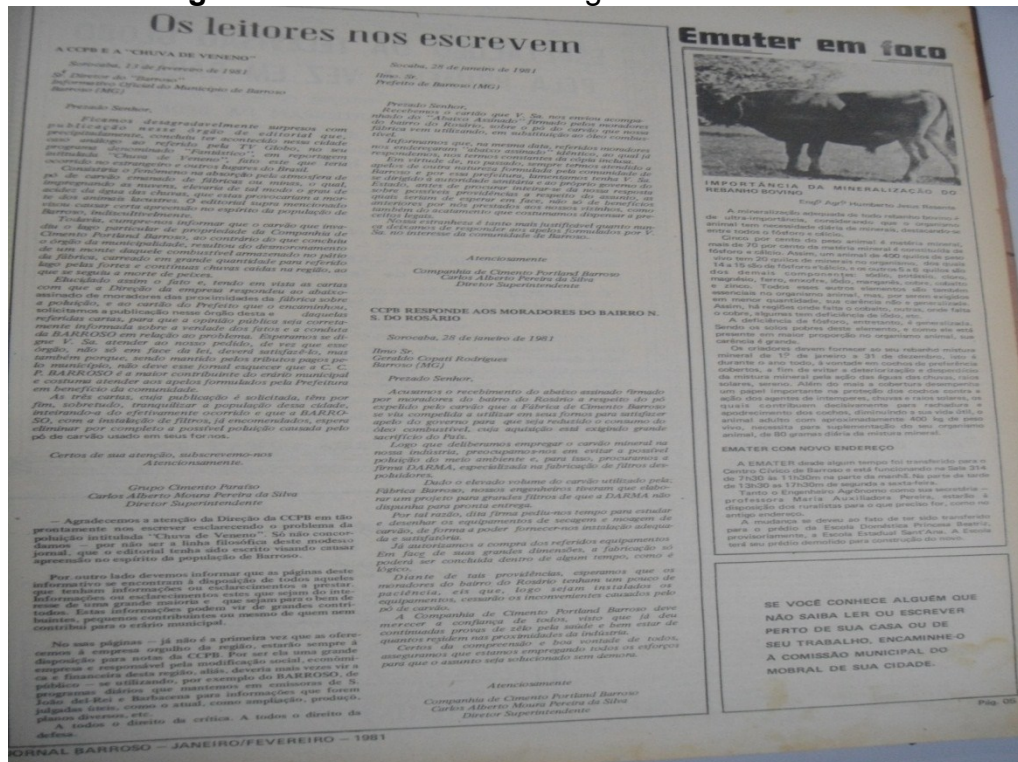
---

<sup>132</sup> Jornal *Barroso*, dezembro de 1980. Matéria: “Barroso se preocupa com “Chuva da morte””; editorial.

<sup>133</sup> Jornal *Barroso*, janeiro/fevereiro de 1981. Matéria: “Os leitores nos escrevem”; Carlos Alberto Moura Pereira da Silva.

<sup>134</sup> Jornal *Barroso*, dezembro de 1980. Matéria: “Barroso se preocupa com “Chuva da morte””; editorial.

Figura 2. Jornal Barroso divulgando as três cartas



Fonte: Jornal Barroso, janeiro/fevereiro de 1981.

Segundo o editorial do jornal *Barroso*, a matéria exibida pelo programa “Fantástico” mostrava que o uso da energia proveniente do carvão, o qual, às vezes, apresenta altos teores de acidez, impregna as nuvens, ocasionando a ocorrência de “chuvas ácidas”, que provocariam a morte de lagos e de animais lacustres. Assim, o editorial associa essas informações ao que ocorria em Barroso, ou seja, ao uso de carvão nas indústrias de calcinação e, principalmente, na fábrica de cimento, que, de acordo com o editorial, estaria provocando mortandade de peixes no lago existente no terreno da empresa, além do incômodo infringido à população, principalmente à do bairro do Rosário, que está localizado bem ao lado da fábrica. Diz o editorial:

(...) Em Barroso as indústrias de calcinação e, em especial de cimento, se utilizam do carvão como combustível e, em consequência, já se nota o problema revelado pela reportagem do Fantástico. Peixes de lagos próximos das indústrias estão morrendo sem causa – até então, explicada e todos se preocupam até com o Rio das Mortes que corta a cidade e até mesmo com a própria saúde (...). A Secretaria de Ciência e Tecnologia deverá, segundo se espera e dentro da política de proteção ao meio ambiente fazer alguma coisa (...)<sup>135</sup>.

O dirigente da fábrica responde a essa declaração reclamando que o jornal teria tido como propósito “causar apreensão no espírito da população”, sem nenhum fundamento. Argumentou ainda que, ao contrário da avaliação feita pelo editorial, a mortandade de peixes verificada em Barroso teria ocorrido por causa do desmoronamento de uma pilha de carvão ocorrido no pátio da fábrica. Em razão das constantes e fortes chuvas, o combustível derramado no pátio teria sido arrastado pelas enxurradas para lagos próximos<sup>136</sup>. Além disso, a empresa ainda exigiu que o órgão de imprensa publicasse todas as suas respostas (ao prefeito e ao abaixo-assinado dos moradores do bairro do Rosário que o prefeito entregou a direção da fábrica, como já foi dito acima). A empresa argumentava ainda que o jornal era custeado pelo dinheiro do contribuinte, e que a prefeitura não deveria se esquecer de que a fábrica de cimento é o maior contribuinte do município e que sempre atendeu aos seus apelos. Veja-se o trecho da carta:

Ficamos desagradavelmente surpresos com a publicação nesse órgão de editorial que, precipitadamente, concluiu ter acontecido nessa cidade caso análogo ao referido pela TV Globo, no seu programa denominado “Fantástico”, em reportagem intitulada “Chuva de Veneno”, fato este que teria ocorrido no estrangeiro e outros lugares do Brasil (...). O editorial supramencionado visou causar certa apreensão no espírito da população de Barroso, indiscutivelmente. Todavia, cumpre-nos informar que o carvão que invadiu o lago particular de propriedade da Companhia de Cimento Portland Barroso, ao contrário do que concluiu o órgão da municipalidade, resultou do desmoronamento de um monte daquele combustível armazenado no pátio da fábrica, carreado em grande quantidade para referido lago pelas fortes e contínuas chuvas caídas na região, ao que se seguiu a morte de peixes. Elucidado assim o fato e, tendo em vista as cartas [em] que a Direção da empresa respondeu ao abaixo-assinado de moradores das proximidades da fábrica sobre a poluição, e ao cartão do prefeito que o encaminhou, solicitamos a publicação nesse órgão desta e daquelas referidas cartas, para que a opinião pública seja corretamente informada (...). Esperamos se digne V.Sa. atender ao nosso pedido, de vez que esse órgão, não só em face da lei, deverá satisfazê-lo, mas também porque, sendo mantido pelos tributos pagos pelo município, não deve esse jornal esquecer que a C. C. P. BARROSO é a maior contribuinte do erário municipal e costuma atender aos apelos formulados pela Prefeitura em benefício da comunidade. As três cartas, cuja publicação é solicitada, têm por fim, sobretudo, tranquilizar a população dessa cidade (...)<sup>137</sup>.

<sup>136</sup> Interessante observar, nesse ponto, que a empresa assume a culpa por ter poluído as lagoas da região, ao dizer “que a mortandade de peixes foi em consequência do derramamento de combustível de uma pilha de carvão da fábrica”. Nessa época, já existia o COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental -, sigla que à época significava Comissão de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais. Foi o primeiro órgão a dar suporte à proteção ambiental no estado. Este órgão, criado em 1977, é o responsável pela concessão de licenças ambientais no estado. É um órgão consultivo, deliberativo, normativo, colegiado, subordinado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Disponível em: <<http://www.semad.mg.gov.br/copam>>. Acesso em: 16 mai.2013. No início dos anos 1980, sua atuação ainda era restrita, principalmente nas cidades de interior. Para um histórico e análise crítica do funcionamento do órgão, veja-se Carneiro (2003).

<sup>137</sup> Barroso, janeiro/fevereiro, 1981. Matéria: “Os leitores nos escrevem”; Carlos Alberto Moura Pereira da Silva.

A respeito dessa declaração, o jornal *Barroso* se defende dizendo que não era de sua linha editorial publicar matérias que visam a causar apreensão no espírito da população. Depois, num tom mais cordial, o jornal informa ainda que:

Nossas páginas – já não é primeira vez que oferecemos à empresa orgulho da região, estarão sempre à disposição para notas da CCPB. Por ser ela uma grande empresa e responsável pela modificação social, econômica e financeira dessa região, aliás, deveria mais vezes vir a público – se utilizando, por exemplo, do BARROSO, de programas diários que mantemos em emissoras de S. João del-Rei e Barbacena para informações que forem julgadas úteis, como o atual, como ampliação, produção, planos diversos, etc. A todos o direito da crítica. A todos o direito à defesa<sup>138</sup>.

Já a segunda carta da fábrica transcrita no jornal<sup>139</sup> responde ao prefeito, José Meneghin, acusando ter recebido da prefeitura o abaixo-assinado encaminhado por moradores do bairro do Rosário. Ainda na mesma carta, a empresa lamenta o fato de o prefeito ter se dirigido à autoridade sanitária e ao governo do Estado para pedir providências quanto ao problema da poluição, sem antes ter procurado a empresa. A segunda carta diz que tal atitude causou estranheza em face dos vários benefícios que a fábrica já havia proporcionado ao município:

Em virtude de, no passado, sempre termos atendido a apelos de outra natureza formulada pela comunidade de Barroso e por essa prefeitura, lamentamos que tenha V. Sa. se dirigido à autoridade sanitária e ao próprio governo do Estado, antes de procurar inteirar-se da nossa resposta sobre possíveis providências a respeito do assunto (...), não só de benefícios anteriores por nós prestados aos nossos vizinhos, como também do acatamento que costumamos dispensar a preceitos legais. Nossa estranheza é tanto mais justificável quanto nunca deixamos de responder aos apelos formulados por V. Sa. no interesse da comunidade de Barroso<sup>140</sup>.

Na terceira carta transcrita no jornal *Barroso*<sup>141</sup>, a fábrica responde ao abaixo-assinado que os moradores do bairro Rosário haviam entregado anteriormente à empresa e que havia sido publicado pelo jornal. Em resposta, o diretor da fábrica justificou que a fábrica se viu “compelida a usar em seus fornos o carvão mineral, em vez de óleo, para atender [a]o apelo do governo que estava fazendo uma política de redução do óleo combustível que estava exigindo grande sacrifício ao país” [*sic*]. Justificou, ainda, que a empresa estava providenciando os equipamentos (grandes

---

<sup>138</sup> *Idem.*

<sup>139</sup> *Idem.*

<sup>140</sup> *Idem.*

<sup>141</sup> *Idem.*

filtros) necessários ao controle das emissões atmosféricas resultantes da queima do carvão mineral, o que demandaria algum tempo, e pediu que os moradores tivessem um pouco mais de paciência:

(...) Dado o elevado volume do carvão utilizado pela Fábrica Barroso, nossos engenheiros tiveram que elaborar um projeto para grandes filtros de que a DARMA não dispunha para pronta entrega (...). Esperamos que os moradores do bairro do Rosário tenham um pouco de paciência, eis que, logo sejam instalados os equipamentos, cessarão os inconvenientes [provocados] pelo pó de carvão. A Companhia de Cimento Portland Barroso deve merecer a confiança de todos, visto que já deu continuadas provas de zelo pela saúde e bem estar de quantos residem nas proximidades da indústria<sup>142</sup>.

Perceba-se que o conteúdo das cartas da fábrica que respondem aos questionamentos da prefeitura e dos moradores, sugere que o prefeito e os moradores atingidos deveriam ser complacentes com a poluição, face aos benefícios que a fábrica concedia ao município, o que leva a entender que a empresa propõe pleitear, implicitamente, o direito de poluir.

Como reiteramos ao longo dessa dissertação, Barroso tinha e ainda tem uma grande dependência econômica em relação à fábrica, que é a maior geradora de arrecadação do município. Além disso, a fábrica é o agente privado que mais oferecia empregos na cidade. Disso resulta uma mistura de dependência e tensão que constitui as relações entre prefeitura e fábrica, o que se constata nas edições dos jornais pesquisados. Tendo isso em consideração, entrevistamos José Bernado Meneghin, de 74 anos, prefeito de Barroso por três vezes, a respeito de seus conflitos com a fábrica ocorridos durante o seu primeiro mandato, de 1977 a 1983. A respeito do supracitado editorial do jornal *Barroso*, o entrevistado relata que:

(...) houve um problema (...) [com] o seu Carlos Alberto [que] era o gerente aí da fábrica, filho do dono da fábrica, houve um problema comigo, naquela publicação que eu fiz, ele não achou bom, não, sabe por quê? Eu havia lido numa revista e um outro jornal ou qualquer coisa assim, dizendo a respeito da chuva (...) [ácida], e que isso poderia trazer alguns problemas. E a gente preocupado com isso, com o que estava ocorrendo em Barroso, publicamos isso no jornal. Por esse motivo, [o gerente] nos chamou lá, eu até estava de viagem (...). Depois, eu voltei (...), ele tomou algumas medidas sabe? Inclusive na política, né? Na política [pleito eleitoral para prefeito]<sup>143</sup> seguinte ele ficou contra a gente aí, né? (...). Mas [depois] ficou tudo bem! (...) O senhor Carlos Alberto [falecido] era uma figura extraordinária, um sujeito muito

---

<sup>142</sup> *Idem.*

<sup>143</sup> Segundo Meneghin, no final dos anos de 1970, a administração da fábrica não mais apoiava explicitamente a nenhuma candidatura. Mas, em razão das publicações críticas do jornal *Barroso* à poluição produzida pela fábrica durante seu mandato, os membros da direção da fábrica, no pleito seguinte, ficou contra sua candidatura e apoiaram o candidato rival.

humano, sabe? Que ajudou muito Barroso, muitos operários e até não operários (...). Mas houve um período quente, aí (...) <sup>144</sup>.

O depoimento do ex-prefeito Meneghin deixa transparecer duas questões importantes. Uma delas é o fato de a fábrica ter “punido” o ex-prefeito “apoiando outro candidato” nas eleições municipais subseqüentes, por ele ter tornado pública a exigência de que a fábrica tomasse providências quanto à poluição atmosférica. Mas note-se, no relato, que o ex-prefeito deixa aparecer um fator que diminui a tensão do conflito: apesar de admitir que houve um “período quente” em suas relações com a fábrica, o ex-prefeito diz que tudo terminou bem, reconhecendo na figura do gerente da fábrica um ator importante na prestação de favores ao município.

Outra observação interessante a respeito do relato de Meneghin, é sua declaração de que as publicações no jornal *Barroso* que exigiam da fábrica as devidas providências quanto ao problema da poluição foram motivadas pelo que ele teria visto em matéria jornalística sobre a chuva ácida. Essa referência ao tema da chuva ácida em Barroso, veiculada pela imprensa local por meio da prefeitura, acusa a influência de um conjunto de debates que então ocorriam em escalas mais abrangentes, mas que tiveram ressonância no município, já que o tema da chuva ácida era assunto bastante divulgado pela imprensa brasileira no final dos anos de 1970 <sup>145</sup>.

Outra questão que nos chama a atenção é que, à semelhança do que já havia ocorrido durante o governo municipal de Baldonado Artur Napoleão, José Bernado Meneghin se indispôs com uma empresa que já havia sido, por diversas vezes, visitada por governadores do estado e ainda no período da ditadura militar. Apesar de, no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, o regime militar encontrar-se em processo de abertura política, constatamos que houve, por parte de Meneghin, certo receio ao se indispor com a fábrica, por causa de um episódio polêmico que envolveu o fechamento da fábrica de cimento Itaú, na cidade de Contagem, em 1975. Assim,, perguntado sobre se houve algum problema quanto aos militares, Meneghin comenta que:

---

<sup>144</sup> Entrevista com José Bernado Meneghin, 11 de novembro de 2013.

<sup>145</sup> Disponível em: <[www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/download/22864/13604](http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/download/22864/13604)> Acesso em: 2 abr.2014.



(...) na realidade, não tinha problema, não. Eu até fiquei com certo medo, porque, na ocasião, o governador de Minas era o [Aureliano Chaves] (...). Houve um problema lá em Itaú, cidade industrial de Contagem, que ele mandou fechar, de uma noite para o dia. Fizeram lá uma lei no congresso [nacional] lá (...), [e aprovaram] um decreto, que só o governo federal poderia intervir nesse negócio [de fechar empresa], para não ter problema, lá. A gente ficou meio com medo daquilo, né? Que pudesse atingir a gente, né? Mas o nosso [caso] foi mais ou menos sem problema, sem maiores problemas, sabe? Foi (...) só um incidentezinho (...)<sup>146</sup>.

O problema que aconteceu na cidade de Contagem que o ex-prefeito menciona, se refere à Companhia de Cimento Portland Itaú, que, em verdade, foi fechada, em 1975, pelo então prefeito de Contagem, Newton, e não pelo então governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves. A cimenteira foi fechada em virtude de fortes manifestações populares, que reclamavam da fumaça das chaminés da fábrica, que formava nuvens cinza que impactavam a cidade com pó de cimento. Em reação à medida tomada por Cardoso, o executivo federal (e não o Congresso Nacional, como afirma o ex-prefeito em seu relato por engano) editou o decreto-lei nº 1.413, que lhe deu poder exclusivo de determinar ou cancelar o funcionamento de indústrias, em nome dos “interesses nacionais”. Com esse decreto, o governo federal determinou a reabertura da cimenteira Itaú<sup>147</sup>.

Segundo Carneiro<sup>148</sup>, o caso do fechamento e reabertura da cimenteira Itaú, na cidade de Contagem foi um acontecimento muito importante, que chegou até a influenciar as relações entre a burguesia industrial mineira, o poder público e outros setores da sociedade da época, no sentido da criação de órgãos e canais institucionais para regular os conflitos relativos à apropriação social das condições naturais, a exemplo da construção inicial da estrutura do COPAM, órgão ambiental que, em 1981, aparecerá pela primeira vez nos conflitos ambientais ocorridos em Barroso, como veremos a seguir.

Podemos verificar a entrada do COPAM na cena dos conflitos ambientais em Barroso pela leitura do jornal *Barroso*, onde são publicadas, integralmente, três correspondências a respeito da poluição da fábrica de cimento<sup>149</sup>, dando, assim, continuidade ao embate protagonizado pela prefeitura e pela Câmara de

---

<sup>146</sup> Entrevista com José Bernardo Meneghin. Barroso, 11 de novembro de 2013.

<sup>147</sup> CARNEIRO, Eder J. Op. Cit. p. 1 a 23.

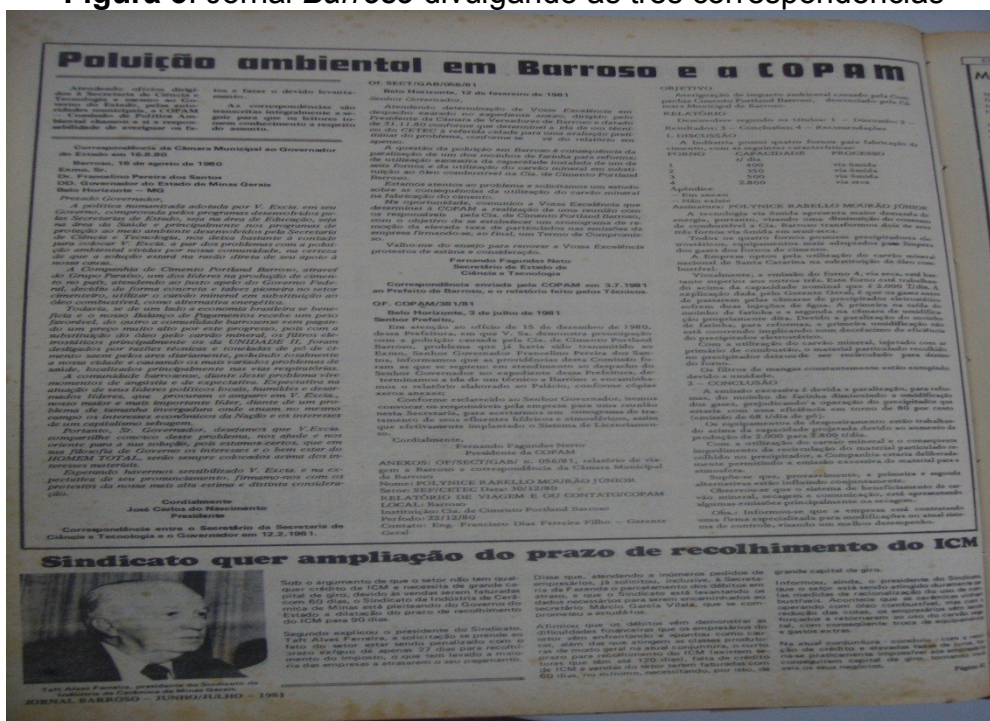
<sup>148</sup> *Idem*.

<sup>149</sup> Jornal Barroso, junho/julho de 1981. Matéria: “Poluição Ambiental em Barroso e a COPAM”.

Vereadores, que solicitaram ao governador do estado de Minas Gerais medidas para solucionar o problema da poluição provocada pela empresa.

A primeira correspondência, que tem caráter de manifesto, é da Câmara Municipal de Barroso e foi entregue, pessoalmente, pelo vereador Antônio Maria Claret de Souza ao governador do estado de Minas Gerais, Francelino Pereira dos Santos, no dia de sua visita a Barroso, em 16 de agosto de 1980, conforme já relatamos acima. Na correspondência, a Câmara coloca o governador a par dos problemas da poluição que os moradores estavam vivendo na cidade.

Figura 3. Jornal Barroso divulgando as três correspondências



Fonte: Jornal Barroso, junho/julho de 1981.

Diz a missiva que a substituição do óleo combustível pelo carvão mineral nos fornos da empresa, uma boa alternativa energética promovida pelo estado, estava, por outro lado, sacrificando a comunidade barrosense. Numa parte da correspondência, dizia-se:

(...) a comunidade barrosense vem pagando um preço muito alto por este progresso, pois com a substituição do óleo pelo carvão mineral, os filtros eletrostáticos, principalmente os da UNIDADE II, foram desligados por razões técnicas e toneladas de pó de cimento saem pelos ares diariamente, poluindo totalmente a nossa cidade e causando os mais variados problemas de saúde, localizados principalmente nas vias respiratórias. A comunidade barrosense, diante deste problema, vive momentos de angústia e de expectativa (...). Portanto, Sr. Governador, desejamos que V.Exa.

compartilhe conosco deste problema, nos ajude e nos oriente para a sua solução, pois estamos certos, que em sua filosofia de Governo os interesses e o bem estar do HOMEM TOTAL serão sempre colocados acima dos interesses materiais [sic]<sup>150</sup>. (Trecho em maiúsculo original da fonte).

A segunda correspondência transcrita no jornal *Barroso*<sup>151</sup> é da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, enviada ao governador no dia 12 de fevereiro de 1981. Nela, o Secretário esclarece que havia determinado a ida de um técnico a Barroso para fazer uma avaliação do problema (o relatório dessa avaliação está na Figura 2, acima). Esclareceu ainda ao governador que a poluição era consequência da paralisação de um dos moinhos, que estava em reforma, e da utilização excessiva de um forno e do uso de carvão mineral. Comunicou ainda que havia determinado a realização de uma reunião do COPAM com os dirigentes da fábrica, com o objetivo de estabelecer um cronograma de diminuição da elevada taxa de particulados presentes nas emissões da fábrica e firmar, assim, um Termo de Compromisso.

A terceira correspondência transcrita no jornal<sup>152</sup> foi enviada pelo COPAM ao prefeito de Barroso, juntamente com um relatório técnico, no dia 3 de julho de 1981. O COPAM informa sobre os questionamentos feitos pela Câmara Municipal a respeito da poluição e diz que o problema tinha sido comunicado ao governador do estado. O relatório do COPAM responde às denúncias feitas pela Câmara de Vereadores, no dia 16 de agosto de 1980, ao órgão ambiental do Estado. Na discussão do relatório, havia os seguintes dados levantados:

**Tabela 4 - Produção de Cimento, Barroso, 30.12.1980**

FORNO	CAPACIDADE t/dia de cimento	PROCESSO
1	400	Via úmida
2	350	Via úmida
3	500	Via úmida
4	2.800	Via seca

Fonte: Jornal *Barroso*, junho/julho de 1981. Relatório de viagem e ou contato/COPAM.

De acordo com a conclusão das análises técnicas, foi constatado, em resumo, que a emissão excessiva de pó de carvão se devia mesmo à paralisação de um

<sup>150</sup> Jornal *Barroso*, junho/julho de 1981. Matéria: "Poluição ambiental em Barroso e a COPAM"; Presidente da Câmara de Vereadores, José Carlos do Nascimento.

<sup>151</sup> Jornal *Barroso*, junho/julho de 1981. Matéria: "Poluição ambiental em Barroso e a COPAM"; COPAM, Fernando Fagundes Netto.

<sup>152</sup> *Idem*.

moinho para reforma, a qual diminuiu a umidificação dos gases. Outro motivo era o fato de que o forno 4, projetado para produzir 2.000 toneladas de cimento por dia, estava operando acima dessa capacidade, produzindo 2.800 toneladas por dia. Assim, os equipamentos de despoejamento estavam trabalhando além da sua capacidade. No final, o relatório informa que a empresa estava tomando as devidas providências técnicas de controle da poluição.

Já numa outra edição do jornal *Barroso*<sup>153</sup>, de 1983, há uma troca de ofícios entre prefeitura e a fábrica sobre o assunto da poluição do bairro do Rosário e menciona-se que o problema do pó de carvão mineral teria sido solucionado. Mas parece que as emissões da cimenteira sempre foram consideradas como um problema por moradores de Barroso, em especial os do bairro do Rosário. Na mesma edição do jornal *Barroso* são publicados dois ofícios que trocam informações a respeito de outro problema de poluição envolvendo o bairro do Rosário. Num ofício<sup>154</sup> da prefeitura, enviado à fábrica no dia 14 de março de 1983, o prefeito comunica ao gerente da empresa que moradores do bairro do Rosário reclamavam constantemente do pó emanante da cinta transportadora de calcário da empresa, que atingia diariamente suas residências. Depois, a empresa responde à prefeitura, em ofício enviado no dia 15 de março de 1983, dizendo que estava procurando uma solução para conter o pó. Em uma das partes do ofício a empresa justifica que:

Gostaríamos de lembrar que, como aconteceu quando do início do sistema de carvão, alguns problemas iniciais são inevitáveis, e sua solução só pode ser conseguida após algum tempo de tentativas e erros, já que não existem fórmulas teóricas realmente eficazes para resolver problemas técnicos dessa natureza<sup>155</sup>.

Não encontramos informações que permitam averiguar se houve ou não uma solução do problema da poeira da fábrica de cimento no período que vai de 1983 a 1992, período que abrange novos mandatos de Baldonado Arthur Napoleão (1983-1988) e de José Bernado Meneghin (1988-1992). Mas a declaração da empresa de que não existem meios eficientes para solucionar o problema da emissão de pó de forma rápida e eficiente dá uma dimensão da gravidade do problema da poluição

---

<sup>153</sup> Jornal *Barroso*, segunda quinzena de março de 1983. Matéria: “Prefeitura e fábrica trocam informações de interesse”.

<sup>154</sup> Jornal *Barroso*, segunda quinzena de março de 1983. Matéria: “Prefeitura e fábrica trocam informações de interesse”; Prefeito Baldonado Arthur Napoleão.

<sup>155</sup> Jornal *Barroso*, segunda quinzena de março de 1983. Matéria: “Prefeitura e fábrica trocam informações de interesse”; Companhia de Cimento Portland Barroso.

atmosférica em Barroso, ou seja, os moradores atingidos pela poluição, pelo que foi demonstrado ao longo desse capítulo, sempre estiveram à mercê de um problema nunca resolvido completamente. Apesar de não termos encontrado, para o período que compreende os anos de 1983 a 1992, registros de conflitos entre moradores e fábrica por causa da poluição, há um Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), em Barroso, em 1992, no qual consta que um grupo de mulheres do bairro do Rosário foi ao MPMG pedir providências em relação à poluição. Mas a instauração desse Inquérito Civil, episódio em que a denúncia feita pelos moradores que se institucionaliza no MPMG, será assunto do próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### **A institucionalização do conflito e os primeiros passos rumo às “práticas sustentáveis”**

Embora o problema da poluição em Barroso tenha sido alvo de avaliação por parte de um órgão ambiental do estado (o COPAM) em 1981, como mostramos no capítulo anterior, isso não significou necessariamente a incorporação do conflito em um órgão ambiental do estado, porque o COPAM ainda era um órgão precário e tinha pouco apoio técnico do estado. Então, vamos apresentar nesse capítulo como o conflito ambiental em Barroso se institucionalizou efetivamente, pela primeira vez na sua história, nos órgãos ambientais do estado, como no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Isso ocorreu a partir de uma denúncia apresentada a tal órgão, em 1992, por um grupo de moradoras do bairro do Rosário. Em seguida, vamos mostrar os primeiros movimentos de “ambientalização”<sup>156</sup> realizados pela empresa, a partir de 1990, momento em que a fábrica começa a adotar discurso e comportamento ambiental em sintonia com as discussões sobre o “desenvolvimento sustentável” que estavam ocorrendo internacionalmente.

#### **2.1 – A institucionalização do conflito no Ministério Público de Minas Gerais (1992-2007)**

---

<sup>156</sup> O conceito de “ambientalização”, segundo José Sérgio Leite Lopes, é um termo utilizado para representar os fatos sociais que varia de acordo com a conjuntura histórica. O termo expressa os fenômenos de seu tempo de acordo com a importância que se vai dando aos acontecimentos. No século XIX, por exemplo, os termos industrialização, proletarização, a luta de classes foram conceitos amplamente utilizados para caracterizar os processos históricos. Nos últimos 30 anos, por exemplo, no que se refere à questão ambiental, tem se dado no Brasil e internacionalmente, uma grande ênfase no conceito de “meio ambiente”, termo esse que indica a construção de uma série de novos fenômenos que vem cada vez mais assumindo um papel de “problema público”. Nessa ótica, a temática ambiental que está associada a grupos sociais e instituições diversas permeadas por diferentes interesses, vai sendo interiorizado e naturalizado socialmente por meio das instituições num processo de resignificação e transformação dos fenômenos e de seus conceitos. Resumindo, o conceito de “ambientalização” significa procurar os melhores meios de representação da realidade histórica de forma que mais adapte aos interesses de quem elabora os discursos e as ações no cenário social. LEITE LOPES, José Sérgio (coord.) (2004), *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.17.

Vimos, no capítulo anterior, que a construção das emissões atmosféricas pela fábrica de cimento como um “problema público” vinha se operando desde a década de 1960. As várias reivindicações dos moradores se deram, inicialmente, por meio de reclamações verbais junto à empresa e por meio de abaixo-assinado. Na década de 1970 e início da década de 1980, a prefeitura e a Câmara de Vereadores também entraram em cena para cobrar da empresa uma solução para o problema da poluição e, em alguns momentos, a Câmara chegou até a pedir ajuda ao governador do estado, entregando-lhe, pessoalmente, um manifesto popular solicitando-lhe que tomasse providências quanto às emissões atmosféricas das chaminés da fábrica. Assim, ao longo da história dos conflitos ambientais em Barroso, verificamos que os moradores e os poderes públicos locais utilizaram todos os recursos de que dispunham à época para cobrar da fábrica o controle das emissões de pó de cimento e carvão.

Entretanto, como já mencionamos, para o período que vai de 1984 a 1991, não encontramos informações que permitam dizer se houve ou não algum conflito dos moradores com a fábrica. Em hipótese, julgamos que os embates, anteriores a 1984, em que moradores e poder público pressionavam a fábrica a resolver o problema da poluição possam ter conseguido, de alguma forma, amenizar o problema das emissões atmosféricas.

Porém, a partir de 1992, constatamos que o problema da poluição ambiental produzida pela cimenteira de Barroso ainda continuaria. É o que consta no Inquérito Civil Público<sup>157</sup> instaurado, no dia 23 de março de 1992, pela comarca de Barbacena do MPMG (até final de agosto de 2002, o município de Barroso pertencia à comarca do MPMG<sup>158</sup> localizada na cidade de Barbacena. Barroso inaugura sua própria comarca no dia 4 de setembro de 2002). O Inquérito Civil foi instaurado a partir de uma representação feita por um grupo de cinco moradoras do bairro do Rosário, uma denunciante e quatro testemunhas.

---

<sup>157</sup> Inquérito Civil Público N° 005906007348-9, consultado no dia 30 de Junho, 2008, na comarca do MPMG de Barroso.

<sup>158</sup> O Ministério Público ganha posição significativa e novos poderes com a Constituição Federal de 1988. É um órgão autônomo e independente dos três poderes da República. O *caput* do Artigo 127 dispõe sobre a função geral do Ministério Público, qual seja a de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. O art. 129 especifica as funções institucionais do Ministério Público. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/conheca-ompf/ministerio-publico-no-brasil/funcoes-constitucionais>>. Acesso em: 27 mai.2013.

Assim, com a denúncia das moradoras no MPMG de Barbacena, pela primeira vez os conflitos ambientais entre moradores de Barroso e a fábrica se institucionalizam em um órgão público a partir de uma denúncia direta dos atingidos pela poeira, e dão origem a uma longa discussão entre os órgãos públicos ambientais e a empresa. O relato da denúncia apresentada pelas mulheres do bairro do Rosário ao MPMG, segundo o Inquérito, se refere ao problema da poluição da poeira resultante das atividades de queima de carvão e da produção de cimento, que estariam provocando problemas respiratórios e outras doenças nos moradores. Segundo o depoimento da denunciante, ela e as quatro testemunhas já haviam reclamado junto à fábrica antes de fazer a denúncia ao MPMG, mas a empresa não havia tomado nenhuma providência. No Inquérito, há o seguinte relato das moradoras, descrito pelo promotor que acatou a denúncia:

(...) durante o período noturno solta-se poluição na cidade, e no dia seguinte a empresa providencia a lavagem das ruas e calçadas da cidade; que tal procedimento é inócuo quanto aos problemas respiratórios nos habitantes do lugar; que por diversas vezes COMISSÕES DE MORADORES entraram em contato com a direção da fábrica sem que se tomasse qualquer providência (...) <sup>159</sup>. (Trecho em destaque original da fonte).

Tentamos entrevistar a moradora do Rosário que fez a denúncia, mas infelizmente não aceitou a conceder entrevista, por receio de que seus familiares que trabalham na fábrica possam sofrer alguma retaliação por parte da empresa<sup>160</sup>. Assim, nosso contato com a denunciante cingiu-se a uma conversa informal sobre o caso, cujas informações foram anotadas posteriormente. Segundo a moradora, que pediu para não ser identificada, a denúncia ao MPMG foi realizada porque estava indignada pelo fato de seus três filhos pequenos passarem muito mal com o pó de cimento. Segundo ela, seus filhos não se curavam dos problemas respiratórios e o médico havia lhe recomendado que mudasse de local de moradia, porque, enquanto seus filhos não ficassem longe da poluição, dificilmente iriam melhorar de saúde. Assim, ela se mudou para outro bairro da cidade. Depois de alguns anos, quando seus filhos se curaram, retornou ao seu bairro de origem.

Com a instauração do Inquérito Civil, com base na denúncia das moradoras do Rosário, o MPMG solicita uma perícia ao COPAM, para averiguar as condições

---

<sup>159</sup> Inquérito Op. Cit.

<sup>160</sup> Também tentamos identificar as testemunhas, para entrevistá-las, mas não conseguimos localizá-las.



de funcionamento dos equipamentos antipoluentes da fábrica. Posteriormente, o COPAM responde ao MPMG, por meio de um laudo, afirmando que a emissão de poeira na atmosfera pelas chaminés da fábrica estaria acontecendo porque os filtros não estavam funcionando de forma eficaz e que os moinhos de cimento estavam operando acima dos limites do padrão estabelecido. Por essas razões, a fábrica sofreu um Auto de Infração<sup>161</sup>. Repare-se, como vimos no capítulo I, que esse problema de os moinhos estarem operando acima da capacidade permitida para produzir mais cimento é praticamente o mesmo que aconteceu em 1980, quando a atividade de produção de cimento estava acima de sua capacidade, comprometendo, assim, os equipamentos de despoeiramento.

No dia 13 de maio de 1992, a fábrica informa ao COPAM que seus filtros foram revisados e que não haveria mais emissão de material particulado. No dia 27 de maio do mesmo ano, o COPAM informa ao MPMG, por meio de um Laudo Pericial, que ainda havia emissão. Mediante as irregularidades apontadas pelo laudo do COPAM, a cimenteira presta esclarecimentos ao MPMG (em data não determinada no processo) e admite as irregularidades encontradas pelo órgão ambiental. No dia 30 de junho de 1992, a fábrica esclarece à promotoria que estava utilizando as tecnologias que estavam disponíveis no mercado. Consta também nos esclarecimentos (talvez como forma de tentar amenizar a cobrança pelas suas irregularidades) uma série de benefícios sociais<sup>162</sup> realizados pela empresa no município (empregos etc.) e cuidados com o meio ambiente, como arborização de ruas, plantio de grama, paisagismos etc. Porém, as justificativas da fábrica sobre suas irregularidades quanto ao problema da poluição não convencem o MPMG. Por isso, no dia 21 de julho de 1992, a promotoria determinou que a fábrica tomasse as seguintes providências:

---

<sup>161</sup> O Auto de Infração é a abertura de processo administrativo específico para a apuração de ação que possa ou não ter violado as regras jurídicas de proteção e recuperação do meio ambiente. Disponível em: [http://www.agroambiente.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=65&Itemid=60](http://www.agroambiente.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=60). Acesso em: 6 de fevereiro de 2014.

<sup>162</sup> Nesse aspecto, é importante observar o fato de que a empresa assume para si uma série de funções que seriam do poder público, como medidas de compensação para os danos causados à saúde dos moradores ou para atenuar as infrações ambientais cometidas. Importante ressaltar ainda que, a partir de 1990, de acordo com informações levantadas no informativo publicado pela própria fábrica, o jornal *Na Boca do Forno*, a empresa começa a assumir o discurso de “sustentabilidade” e a promover uma série de “ações ambientais participativas”, dentro e fora da empresa, como veremos mais adiante.

Realizar medições de efluentes atmosféricas no prazo de dois meses; Instalar registradores gráficos nos fornos no prazo de quatro meses; Instalar opacímetro nas chaminés no prazo de cinco meses; Fechamento do “hall” de estocagem em 18 meses; Providenciar o licenciamento corretivo no COPAM; Submeter-se à fiscalização do COPAM; Pagamentos de custos periciais<sup>163</sup>.

A partir dessas exigências feitas pela promotoria, estabelece-se o desenvolvimento de uma longa discussão sobre o problema da poluição da cimenteira, que iria durar por muitos anos. Segundo a promotoria, estavam ocorrendo na cidade vários casos de doenças pulmonares motivados por inalação de sílica, de acordo com as indicações do perito do Estado. No dia 16 de setembro de 1992, um advogado da empresa contesta o MPMG, dizendo que não tinha conhecimento dessas doenças. Posteriormente, a promotoria responde considerando que o esclarecimento da fábrica não era satisfatório e faz a seguinte afirmação:

(...) as doenças que relatei são indicadas por perito do Estado e integrante do órgão diretamente vinculado à fiscalização da questão ambiental em Minas Gerais. Claro que dito o profissional sabe o que fala (...). Se as doenças são provocadas por sílica livre, como se salienta na contestação, que a empresa providencie um modo de não deixar tal material em completa liberdade, caso contrário, Barroso se transformará num grande Hospital (...)<sup>164</sup>.

Apesar das pressões exercidas pelo MPMG sobre a fábrica de cimento para que ela instalasse equipamentos antipoluição, o problema ainda se arrastaria por vários anos sem uma solução plausível. No dia 14 de abril de 1993, o MPMG solicita à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)<sup>165</sup> a realização de uma perícia na fábrica. A FEAM informa à promotoria, no dia 6 de maio de 1993, que o órgão estava com dificuldades em atender à solicitação, pois o funcionalismo público estadual estava em greve. No processo, consta ainda que o MPMG solicitou várias vezes a perícia à FEAM, sem sucesso. Da leitura dos autos do processo, percebe-se que somente em 1994 a FEAM atenderia à solicitação da promotoria, para averiguar a qualidade de um laudo realizado por uma empresa contratada, posteriormente, pela

---

<sup>163</sup> Inquérito Civil Público. Op. Cit.

<sup>164</sup> *Idem*.

<sup>165</sup> A FEAM, a exemplo do COPAM, é um órgão ambiental vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). No âmbito federal, integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Tem por função contribuir para a gestão ambiental do estado executando a política de conservação, de gestão do ar, do solo e dos resíduos sólidos, bem como a prevenção e a correção da poluição de atividades industriais em geral. Disponível em: <<http://www.feam.br/instituicao>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

própria fábrica de cimento. Esse laudo deveria responder aos quesitos elencados pela promotoria, como a questão do não uso do monitor de partículas pela fábrica.

Assim, no dia 12 de setembro de 1993, o MPMG questiona a fábrica sobre a possibilidade de que ela utilizasse um opacímetro (monitor de partículas). Para responder a essas e outras questões acerca da adequação ambiental do funcionamento da cimenteira, a fábrica, contrata, em 4 de fevereiro de 1994, uma empresa particular, denominada Econsult. De acordo com o laudo, em resumo, apenas algumas pequenas irregularidades foram apontadas. De forma geral, o laudo aponta que a empresa estava adequada às normas ambientais. A Econsult ainda constatou que a cimenteira não precisava usar opacímetro. Depois, esse laudo foi analisado pela FEAM, a qual alegou que a recomendação feita pela Enconsult era inconsistente. Por essas razões, o Promotor disse que o laudo pericial da empresa carecia de idoneidade, e comentou ainda que a empresa mentira ao dizer que não precisava de opacímetro, pois, de acordo com a FEAM, tal equipamento estava sendo usado por várias empresas no país. Em resposta ao MPMG, a empresa se defende dizendo que queria optar por equipamentos menos onerosos e que não estava agindo de má-fé.

Nos autos do Inquérito Civil, há um grande salto cronológico no que se refere às discussões dos órgãos ambientais do estado com a empresa: não há dados ou documentos referentes ao período compreendido entre as disputas institucionais acima relatadas, ocorridas em 1995, e o ano de 2001.

Prosseguindo, os autos informam que, no dia 2 de maio de 2001, a FEAM fez vistoria e constatou que a fábrica havia cumprido integralmente a instalação de equipamentos de monitoramento de efluentes atmosféricos. Outro relatório técnico da FEAM, datado de 22 de fevereiro de 2005, menciona que a fábrica havia cumprido as exigências do COPAM e que os sistemas de controle da poluição operavam de acordo com os padrões da legislação. Por essas razões, mediante o “cumprimento” pela empresa das exigências feitas pelos órgãos ambientais, o MPMG suspendeu o Inquérito, até que a poeira da moagem de cimento fosse controlada. No dia 23 de maio de 2006, o MPMG chega à conclusão, com base no relatório da FEAM, de que a empresa estava atendendo às normas ambientais e que, por isso, o processo estaria apto para o arquivamento. Mas, a leitura dos autos do Inquérito demonstra que, até 2007, o processo ainda não tinha sido finalizado.

Perceba-se que a denúncia de emissão de poluição pela fábrica de cimento, oferecida ao MPMG por algumas moradoras do Bairro do Rosário, em 1992, se arrastou por longos quinze anos, de 1992 até 2007. Isso dá a entender que, durante quinze anos, os atingidos pelas emissões da cimenteira tiveram que aguardar por uma solução que parece nunca ter acontecido. Isso se comprova pelo fato de que outros acontecimentos relativos à história do conflito ambiental ocorrem em Barroso.

Com efeito, já em 2004, a ONG barrosense ODESC questiona, junto aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, a realização da queima (ou co-processamento), pela cimenteira, de resíduos tóxicos vindos de diversas partes do país. Outro acontecimento que também ensejou abertura de inquérito pelo MPMG foi o grave acidente, ocorrido em 2006, de derramamento de produto tóxico de um caminhão-tanque numa rua do bairro do Rosário, quando várias pessoas se intoxicaram, como veremos no terceiro capítulo. Além disso, nota-se que os embates do MPMG e dos órgãos ambientais do estado com a fábrica, motivados pela denúncia das moradoras do bairro do Rosário, se resumem praticamente a uma discussão técnica protagonizada pelos agentes do estado e representantes da fábrica. Assim, a voz dos atingidos pela poluição da fábrica pouco aparece nas discussões institucionais.

## **2.2 – Os primeiros movimentos de ambientalização da fábrica**

Externamente às discussões de âmbito institucional entre fábrica e MPMG que descrevemos acima, verificamos que parte da opinião pública em torno da fábrica continuaria a mostrar vestígios de insatisfação quanto à poeira, ainda após a denúncia feita em 1992. A exemplo do que constatamos no capítulo anterior, a fábrica sempre teve um papel ambíguo em sua relação histórica com os moradores, ou seja, ao mesmo tempo em que, por um lado, a empresa é vista por vários atores como instituição provedora de benefícios para a população e para o poder público, ela é, por outro lado, tida como um agente poluidor que causa incômodo e insatisfações.

Podemos reconfirmar essa versão dos fatos em matéria publicada pelo jornal *Gazeta de Barroso*<sup>166</sup>, a qual nos mostra uma série de vestígios de exaltações cometidas pela fábrica e de insatisfação quanto à poluição produzida pela mesma. A matéria, em resumo, primeiramente faz vários agradecimentos à empresa por conceder uma série de benefícios à população carente, tais como medicamentos, cestas básicas e sacos de cimento; por outro lado, aponta o fenômeno da poluição sempre presente na vida dos moradores<sup>167</sup>. Seguem-se três depoimentos concedidos ao jornal por moradores de Barroso, dentre eles, um agente do poder público municipal.

Na opinião do Vereador Jaime Nogueira:

A fábrica está fazendo um brilhante trabalho com suas doações, conseguindo, desta forma, ajudar a população carente de Barroso, sendo que ela gera vários empregos diretos e indiretos para a comunidade. Minha única preocupação é com a poluição que afeta a cidade. Mas, pessoalmente, já mantive contato com a direção da Fábrica de Cimento Barroso, sendo que seus diretores foram muito atenciosos e prometeram-me sanar o problema o mais rápido possível<sup>168</sup>.

Já o cidadão Luiz Carlos Marçal opina que:

Cestas básicas, medicamentos, sacos de cimento, são importantíssimos para a nossa gente e mostra um lado positivo da Fábrica de Cimento Barroso, que faz estas doações para ajudar nossa população carente. O primeiro problema é este pó de cimento que pessoalmente, me faz mal, provocando um tipo de alergia. Segundo é, se você deixar o carro no tempo, lá se vai à pintura. Em resumo, podemos dizer que este pó é prejudicial à saúde<sup>169</sup>.

Na opinião de Cristiano Rodrigues Pereira, mecânico de autos:

---

<sup>166</sup> *Gazeta de Barroso*, primeira quinzena de 1993. Matéria: “Doações da Fábrica de Cimento e opinião pública”. Esse jornal foi fundado pelo Zaqueu de Oliveira em 1993 e circulou até 1995, ano em que ele foi assassinado por questões políticas em Barroso. Importante ressaltar, que esse jornal não veiculava matérias de oposição à fábrica. Nas 52 edições publicadas ao longo de sua existência, consta a publicação de matérias de diversas temáticas sobre a empresa, referentes a temas como meio ambiente, automação, benfeitorias sociais, encontros etc. O jornal era mantido por patrocinadores do comércio local, pela fábrica dentre outros.

<sup>167</sup> Além disso, de acordo com o depoimento da Vera Aparecida Rodrigues, moradora do bairro do Rosário, a partir da década de 1990, com a lei Robin Hood, o município de Barroso passou a ter que dividir o seu ICMS com cidades vizinhas que não tinha esse tipo de arrecadação. Assim, a partir dessa data, o município começou a ter menos arrecadação e criou-se um endividamento crescente, o que contribuiu de certa forma, para o município ficar ainda mais dependente das “boas ações” da fábrica. Entrevista com Vera Aparecida Rodrigues Pereira. Barroso, 15 de novembro, 2013.

<sup>168</sup> *Gazeta de Barroso*, primeira quinzena de 1993. Matéria: “Doações da Fábrica de Cimento e opinião pública”.

<sup>169</sup> *Idem*.

O lado bom da Fábrica de Cimento Barroso é o emprego que ela proporciona ao barrosense, pois nossa população vive em torno dessa empresa. O lado negativo é a poluição. Esta poluição é uma falta de respeito para o seu operário, como também para a maioria do povo barrosense. A fábrica de Cimento Barroso é culpada, em parte, pela poluição, pois o verdadeiro culpado é o Prefeito Municipal que não usa de suas atribuições para coibir tal fato<sup>170</sup>.

Observe-se nos três depoimentos que o fato de uma empresa privada substituir o estado nas ações de política habitacional e alimentar, ou em atenuar as situações de pobreza, por exemplo, é visto com naturalidade pelos depoentes. As doações, que, aliás, já aconteciam anteriormente à década de 1990, passaram, posteriormente, a ser uma prática conjugada com uma série de medidas ambientais, adotadas, principalmente, a partir de 1992. Podemos confirmar isso num conjunto de informações levantadas no jornal *Na Boca no Forno*, de propriedade da fábrica, que circulou quinzenalmente de 1988 a 1993. Nesse jornal, matérias sobre o tema “meio ambiente” eram publicadas de forma recorrente, a partir de 1990. Importante lembrar que a fábrica de Barroso seguia a mesma linha de política ambiental do grupo Paraíso, de que fazia parte, o qual tinha mais quatro unidades de produção, em outras cidades. Um trecho do jornal *Na Boca do Forno* sintetiza bem a “visão ecológica” da empresa:

RESPONDA rápido: a preservação do meio ambiente depende de quem? Do governo federal, do estadual, do municipal? Respondeu certo quem disse “de todos nós”. Isso mesmo. Cada um de nós tem a sua parcela de responsabilidade, pode e deve fazer alguma coisa pela água que bebemos, o ar que respiramos, rios, praias e matas de que desfrutamos. E essa consciência ecológica, apesar do nome pomposo, é muito simples de ser colocado [sic] em prática (...) <sup>171</sup> (Palavra em maiúscula original da fonte).

Esse discurso veiculado pelo jornal da fábrica resume a sua linha de política ambiental, que posteriormente norteará, em linhas gerais, suas “boas práticas”. Em julho de 1990, por exemplo, o grupo Paraíso instituiu, em todas as suas unidades, o “Ano da Preservação e da Otimização do Meio Ambiente”, um programa destinado à segurança do trabalho, visando à limpeza e à qualidade ambiental do local de produção de cimento<sup>172</sup>. Para fomentar essas atividades, o grupo Paraíso promovia,

---

<sup>170</sup> *Idem*.

<sup>171</sup> *Na Boca do Forno*, janeiro de 1990, nº 17. Matéria: “A Ecologia de Cada Dia” (transcrita da revista *Pais & Filhos* de setembro de 1987).

<sup>172</sup> *Na Boca do Forno*, 18 de fevereiro de 1990. Matéria: “1990 – ano da preservação e da otimização do meio ambiente”; Francisco Eduardo Guimarães Divino e Paulo Melo Freire.

em disputas que envolviam suas cinco fábricas, concursos de “preservação do meio ambiente”, para incentivar seus funcionários a fazerem mutirões de limpeza, de capina e de plantio de árvores dentro da própria fábrica<sup>173</sup>. A fábrica que mais se destacasse na competição ganhava o “troféu meio ambiente” e uma série de outros prêmios<sup>174</sup>.

Tal comportamento ambiental da fábrica tem a ver com as ideias de sustentabilidade difundidas no Brasil, principalmente a partir de 1992, quando o Brasil e mais 169 países assinaram o documento Agenda 21, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ou Eco-92) que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992<sup>175</sup>. Esse documento propõe uma série de formulações e diretrizes para o “desenvolvimento sustentável”, assumidas por boa parte dos governos municipais brasileiros e por empresários que adotaram uma série de “canais participativos”, como conselhos, fóruns e outros, para promover ações e “boas práticas sustentáveis”, que “conciliam o desenvolvimento econômico com o meio ambiente”, cuja promoção deve ser de responsabilidade “de toda a sociedade”. Esse tipo de conduta “sustentável” foi sendo cada vez mais praticado, depois da Eco-92, por grandes empresas. Nessa ótica, percebemos, por meio do levantamento de informações no jornal *Na Boca do Forno*, que, a partir de 1992, a fábrica começou a divulgar padrões de comportamento ambiental voltados para fora da empresa. Ideias sobre o reaproveitamento do lixo, conselhos sobre como se comportar ambientalmente em casa, de como se comportar no trabalho, o que consumir etc. eram padrões comportamentais amplamente divulgados no jornal da fábrica, em sintonia com as “políticas sustentável” divulgadas em diversos países, e oficializada mundialmente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Podemos confirmar essa versão dos fatos numa matéria do jornal da fábrica<sup>176</sup>, em que consta que em fevereiro de 1992 um grupo de membros da empresa Paraíso (da unidade Tubazem) participou da Conferência Nacional de Meio Ambiente, na capital do estado do Espírito Santo, Vitória, com o objetivo de elaborar a “Carta de Vitória”, a ser apresentada na Eco-92.

---

<sup>173</sup> *Na Boca do Forno*, julho de 1990, nº 23. Matéria: “Ecologia”; Hélio Lopes e Paulo Manuel Ferreira.

<sup>174</sup> *Na Boca do Forno*, abril de 1991, nº 32. Matéria: “Comunicação Interna: 1991 – Ano II da preservação e otimização do meio ambiente...”.

<sup>175</sup> MELLO, Cecília Campello do Amaral. *Cidade, ambiente e política*. ed. Rio de Janeiro: Garamond: 2006 p.33.

<sup>176</sup> *Na Boca do Forno*, março de 1992, nº 43. Matéria: “Meio ambiente”.

Paralelamente à inserção do grupo Paraíso no debate acerca da questão ambiental mundial, a fábrica Barroso, como vimos, convivia com o problema da poluição de suas chaminés. Na mesma publicação do jornal que se refere à participação do grupo Paraíso no debate ecológico internacional, fala-se que a fábrica Barroso anunciava medidas de contenção da poluição atmosférica, como forma de demonstrar uma “boa conduta ambiental”:

Sempre ligada à política ambiental da Nova Paraíso, a Fábrica Barroso modificou o eletrofiltro do Forno 4 (...). Com isso, a Fábrica aumentou substancialmente a capacidade de filtragem, proporcionando maior satisfação à população da cidade de Barroso<sup>177</sup>.

Observe-se que a declaração da empresa, ao mesmo tempo em que revela o seu enquadramento às “boas práticas” ambientais propugnadas pelo grupo Paraíso, aponta também uma contradição, ao dizer que aumentou a capacidade de filtragem do pó exalado pelas suas chaminés, pó que, como vimos, tanto incomodou a população ao longo de décadas, e que nunca teve uma solução definitiva. Ao mesmo tempo em que a empresa discursa sobre a importância da preservação ambiental, deixa escapar que polui, embora sempre manifestando preocupação com o meio ambiente e com a população. É nesse sentido que alguns autores<sup>178</sup> apontam que o comportamento das empresas poluentes, influenciadas pelas ideias de sustentabilidade, vem cada vez mais adotando “boas práticas” ambientais como estratégia para negociar os conflitos e para diminuir o poder de oposição dos atores atingidos. Outros fatores que levam as empresas poluidoras a promoverem amplamente ações de *marketing* ambiental estão ligados ao objetivo de serem bem vistas pela opinião pública, para obter créditos junto a bancos, para a comercialização de produtos em mercados em que se exigem “selos verdes” etc.<sup>179</sup>.

De acordo com José Carlos Leite Lopes, esse tipo de conduta das empresas, que revela constantemente a importância do tema do meio ambiente como estratégia de *marketing*, pode contribuir para um processo de naturalização do problema da poluição que, no entanto, às vezes pode ser rompido em “função de eventos concretos e imediatos que geram mal estar<sup>180</sup>”, como é o caso da fábrica de

---

<sup>177</sup> *Idem.*

<sup>178</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. Op. Cit.

<sup>179</sup> *Idem.*

<sup>180</sup> *Idem.* P. 126.



Barroso, cujas atividades, em vários momentos de suas atividades, provocaram insatisfações de moradores e do poder público local, mesmo a empresa sendo a “mãe” do município. Além disso, a forma de agir das empresas, conforme apontam vários estudos empíricos do autor supracitado, impõe, por meio de suas promoções sociais e do “discurso ambiental”, uma forte ideologia desenvolvimentista que tende a apresentar o “problema ambiental” como um problema que pode até ser reconhecido, mas não problematizado<sup>181</sup>. Dessa forma, a origem da degradação ambiental não recai sobre o modelo econômico vigente, mas sim sobre a “má atitude” dos indivíduos que ainda não chegaram à maturidade responsável por seus atos e que ainda não foram tocados pela “consciência ambiental”. Uma publicação do periódico da cimenteira de Barroso nos dá uma boa visão de seu discurso sobre meio ambiente versus desenvolvimento econômico:

(...) Progresso e Poluição eram inseparáveis. Assim, os primeiros ecologistas militantes acharam que o mal estava no desenvolvimento e que a melhor maneira de proteger a natureza seria paralisar o desenvolvimento. Diziam que qualquer aumento da atividade econômica conduziria a uma destruição da natureza. Hoje, ninguém mais duvida da necessidade do crescimento. O progresso repele a poluição, o mundo descobre que ecologia e economia são irmãs. Se não é produção econômica que causa contaminação do ambiente, o atraso ecológico. (...). O que é predatório é a miséria (...)<sup>182</sup>.

Esse discurso veiculado pelo impresso da fábrica está fortemente impregnado pelas discussões ocorridas na Eco-92. Como deixa claro o trecho do jornal supracitado, o “problema da poluição” não é uma consequência do “progresso”<sup>183</sup>, mas sim da falta de “crescimento econômico”. Nesse sentido, a questão da poluição é enxergada como desconectada das estruturas políticas e econômicas que condicionam os *modos operandi* da economia **especificamente capitalista**, ou seja, a degradação ambiental é um problema a ser sanado pela “boa vontade particular”.

---

<sup>181</sup> *Idem. P. 228.*

<sup>182</sup> Na *Boca do Forno*, junho de 1993, nº58. Matéria: “ECOLogia e ECONomia não são compatíveis”.

<sup>183</sup> Desde a década de 1970, havia acirradas disputas entre a chamada “ecologia política”, cujos defensores responsabilizavam a acumulação de capital pela degradação ambiental e por um eventual colapso da biosfera e aqueles que defendiam que a degradação ambiental era o preço a pagar pelo “desenvolvimento”. Esse embate discursivo é, em grande parte, a origem da noção de “desenvolvimento sustentável”, ideologia que postula o objetivo de compatibilizar os conceitos de “meio ambiente” e “desenvolvimento”. MELLO, 2006. Op. Cit. Para uma crítica da noção hegemônica do desenvolvimento sustentável vale apenas ver também: CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Outro ponto que chama atenção e que conduz ideologicamente a prática ambiental da fábrica Barroso é de postular como predatória não a poluição em si (que supostamente pode ser resolvida com o aumento do “progresso”), mas sim a miséria, ou seja, a fome, a falta de moradia, o desemprego etc. devem ser resolvidos com a contribuição e “parceria” de toda a sociedade. É nesse viés ideológico que, nos últimos vinte anos, as empresas vêm agindo e assumindo ações que deveriam ser da alçada do poder público, o que, de certa forma, segundo autores<sup>184</sup>, são ações que cumprem a função de atenuar as situações de pobreza extremas, angariando apoio das massas que vivem em condições econômicas mais vulneráveis, diminuindo, assim, o poder de politização da luta de classes. Além disso, tais autores<sup>185</sup> defendem que as estratégias ambientais das empresas representam na verdade o objetivo de apaziguar os conflitos de interesses variados, por meio da “governabilidade”, para definir limites que garantem os interesses comerciais e financeiros dos grandes grupos econômicos. Nesse sentido, busca-se uma fórmula padrão de produção de consensos por meio de canais participativos diversos, visando à regulação conciliatória dos indivíduos, organizações, empresas<sup>186</sup> etc.

Essas estratégias ambientais das empresas estão dentro de um contexto de reformulação e de readequação constante, que o capitalismo sofre ao longo de sua existência de forma dialética. Para expandir e ganhar legitimidade social, o capitalismo necessita reelaborar constantemente suas ideias e valores, mediante as contradições que produz historicamente, para justificar o seu atual espírito<sup>187</sup>. No início do capitalismo moderno, predominou-se a ética da religião protestante nos modos de produção para a sustentação ideológica do regime econômico<sup>188</sup>. Séculos depois, depois de amplamente criticado e de não precisar mais do suporte religioso para a sua legitimação moral, o capitalismo adotou-se novas formas hegemônicas para dá suporte a sua ideologia política e econômica<sup>189</sup>. No mundo contemporâneo, por exemplo, a tão propalada “sustentabilidade ambiental”, pode-se dizer, é um dos

---

<sup>184</sup> ACSELRAD, H., MELLO, C. A. e BEZERRA, G. N. (Org.) *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2006.

<sup>185</sup> *Idem.*

<sup>186</sup> *Idem.*

<sup>187</sup> WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>188</sup> *Idem.*

<sup>189</sup> *Idem.*

discursos hegemônicos utilizados pelos atores capitalistas para justificar suas apropriações dos recursos naturais etc. Ou seja, à medida que a destruição ambiental no planeta foi sendo criticada e denunciada, os estados e outros atores capitalistas por meio de grandes eventos ambientais, por exemplo, (como a Conferência de Estocolmo de 1972, Rio-92), institucionalizou-se a crítica crescente sobre a “questão ambiental”, adotando-se uma série de discursos e padrões comportamentais “sustentáveis” que na verdade corrobora com a manutenção do atual sistema econômico, como já vimos. O proprietário do grupo Holcim, Stphan Schmidheiny, por exemplo, que possui empreendimentos altamente poluentes<sup>190</sup> em vários países, como indústrias cimenteiras, é o fundador e o principal patrocinador do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) para defender o grupo empresarial na Rio-92, cujo conselho, possui mais de 170 membros das maiores transnacionais do mundo<sup>191</sup>. Dessa forma, compreende-se que os atores capitalistas caminham de acordo com as críticas de que não podem fugir<sup>192</sup>. No caso da cimenteira de Barroso, verifica-se que suas estratégias locais em prol do meio ambiente estão conectadas a uma visão mais ampla acerca da visão ambiental, que foi e que está sendo adaptada às necessidades dos atores que precisam dá uma resposta às suas contradições. Vamos perceber isso de forma mais nítida, no terceiro capítulo, onde vamos mostrar como a Holcim de Barroso foi mudando suas estratégias ambientais para responder às denúncias de sua poluição ambiental que fora recebendo pela ODESC e outros atores.

Assim, mostramos, até aqui, como a fábrica de cimento Barroso começou a dar os seus primeiros passos no que se referem às suas “boas práticas” ambientais. Perceba-se que o comportamento da fábrica coincide com o discurso sobre “sustentabilidade” que começou a ser estabelecido mundialmente no final do século XX<sup>193</sup>. Paralelamente à adoção desse discurso ambiental, a fábrica começa a responder, junto ao Ministério Público, a um processo sobre o problema do pó de cimento denunciado por moradores do bairro do Rosário, em 1992. Dessa forma,

---

<sup>190</sup> De acordo com o relatório da ODESC, a família Schmidheiny, juntamente com a família belga Emsens, são responsáveis pela contaminação do amianto no mundo, cuja substância é altamente cancerígena e é proibido a sua produção em diversos países. ODESC, Relatório *Holcim S.A. brincando de Deus!* 2009. Barroso, p.4.

<sup>191</sup> ODESC. Op. Cit. p.49.

<sup>192</sup> GIFFONI PINTO, R. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais, 2011, Caxambú. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011, p. 318.

<sup>193</sup> MELLO, Cecília Campello do Amaral. Op. Cit. p.61.

podemos dizer que a história dos conflitos que envolvem a fábrica gira em torno de três elementos fundamentais: progresso, poluição e meio ambiente (a partir de 1990). As conflituosas relações entre esses termos darão a tônica do terceiro capítulo.

Mas antes de passarmos ao terceiro capítulo, é importante lembrar novamente que, em 1996, no período do embate do MPMG com empresa (1992 a 2007), a fábrica de cimento Barroso, bem como as demais unidades que pertenciam ao grupo Paraíso, foi vendida ao grupo suíço Holderbank (hoje Holcim). Com a fusão dos dois grupos, a empresa passou a ser denominada Holdercim em 1996, com várias marcas de seus produtos no mercado. Posteriormente, a partir de 2002, o grupo passa a ser denominado de Holcim, adotando uma única marca para todos os seus produtos<sup>194</sup>. Depois de vendida a fábrica para o grupo suíço, a cimenteira passou por um processo de modernização. As três chaminés da fábrica, por exemplo, que durante décadas simbolizaram o progresso e a poluição na pequena cidade de Barroso, foram derrubadas pela nova empresa<sup>195</sup>, em 1998, para dar lugar a novas estruturas de produção de cimento e a uma nova tecnologia de queima de um novo tipo de combustível: o co-processamento de resíduos industriais, implantado em 2003, fato que, posteriormente, será duramente questionado pela ONG ODESC.

---

<sup>194</sup> Disponível em: < <http://www.holcim.com.br/a-empresa/historia.html>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

<sup>195</sup> Durante as entrevistas de campo sobre o passado da fábrica, observamos que vários moradores ficaram indignados com a derrubada das chaminés antigas. Segundo Paulo Terra, ex-funcionário da fábrica, ele e outros cidadãos de Barroso tentaram, por meio de cartas enviadas à sede da empresa na Suíça, sensibilizar a alta administração para não derrubar as chaminés. Os moradores queriam que as chaminés ficassem de pé, para servirem de monumento ao passado que simbolizava os três pilares da economia de Barroso: a produção de cimento, a produção de cerâmica de tijolo e telha e a produção de cal. As duas últimas atividades forma, no passado, a base da economia de Barroso, mas hoje praticamente não existem mais. Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro de 2013. De acordo com outra depoente natural Barroso, Vera Aparecida Rodrigues, depois que a Holcim assumiu a fábrica de Barroso, houve um distanciamento social muito grande da relação da empresa com os moradores, e em poucos anos houve enorme desemprego. A fábrica antiga, que tinha cerca de 1.200 funcionários, em pouco tempo com o processo de modernização da Holcim, passou a ter cerca de 200 funcionários. Além disso, os empresários locais que faziam os serviços terceirizados para a cimenteira foram substituídos por empresários de outras cidades. Houve, ainda, um esvaziamento dos principais setores administrativos da fábrica, que foram transferidos para outras cidades. Por essas razões, segundo Vera, houve em Barroso uma crise social muito grande e muita revolta contra a empresa, por parte de moradores, na década de 1990, fato que levou a multinacional a promover, posteriormente, uma política de aproximação com a cidade, por meio de *workshops* e outros projetos. Entrevista com Vera Aparecida Rodrigues Pereira. Barroso, 15 de novembro de 2013.

**Foto 4.** Implosão das três chaminés da ex-CCPB, em 1998



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=723764507640779&set=o.371867989511846&type=3&theater> (acessado em 24/01/2014).

### CAPÍTULO III

#### **Movimentos sociais em cena: a ONG ODESC, moradores do bairro do Rosário e a igreja versus Holcim (2003-2013)**

Nesse capítulo, vamos analisar alguns episódios de embates que envolveram a Organização para o Desenvolvimento Sustentável e Comunitário (ODESC), moradores do bairro do Rosário e a igreja católica local, em relação à nova atividade que passa a ser realizada pela cimenteira Holcim: a incineração de resíduos industriais. Vimos nos capítulos anteriores que a fábrica foi objeto de questionamentos por parte de moradores e de órgãos públicos durante décadas, por causa da poluição do pó de cimento e, posteriormente, do pó de carvão. A partir de 2002, depois de passar por um processo de modernização em suas estruturas de produção, a empresa começa a utilizar tecnologias modernas para a produção de energia em seus fornos. Com a incineração de lixo industrial adotada pela fábrica, mudou-se a paisagem atmosférica da cidade, passando da tradicional fumaça cinza, que é característica da produção de cimento, para uma fumaça colorida, além da ocorrência de um mau cheiro, despertando, assim, o estranhamento por parte de alguns moradores que resolveram investigar as causas das mudanças na paisagem da cidade<sup>196</sup>. Vamos mostrar o movimento contra a queima de resíduos tóxicos, que envolveu a igreja, por meio de um padre, e os moradores do bairro do Rosário, que protagonizaram, junto a ODESC, uma série de ações de protesto e de conscientização sobre os riscos da incineração, para cobrar da empresa explicações e medidas quanto às emissões atmosféricas produzidas pela fábrica. Vamos apresentar, ainda, o episódio, ocorrido em 2006, quando um caminhão que transportava resíduo tóxico para ser queimado na fábrica provocou o derramamento de um produto químico em uma rua do bairro do Rosário, fato que causou grande repercussão na mídia e fez aumentar, ainda mais, as suspeitas de contaminação provocada pela incineração de dejetos industriais pela empresa. Nesse capítulo, poderá observar-se que os conflitos ambientais na cidade de Barroso serão, em relação aos episódios apresentados anteriormente, apresentados de forma mais

---

<sup>196</sup> ODESC, Relatório Holcim S.A.: brincando de Deus! 2009. Barroso, p.21.

nítida e detalhada, porque agora os movimentos sociais que protagonizam a luta contra a poluição são atores mais organizados, que produziram mais informações a respeito de suas lutas por meio de relatórios e por meio de questionamentos junto aos órgãos públicos. Além disso, os conflitos ambientais em Barroso, em alguns momentos, tiveram a cobertura da mídia local e até regional, o que permitiu levantar algumas informações que evidenciam os conflitos em questão.

### **3.1 – A descoberta da incineração de produtos tóxicos pela ODESC e seus primeiros embates com a Holcim**

Antes de adentrarmos no assunto de como foi à descoberta da incineração pela ONG ODESC, é importante dizer que tal ONG foi fundada em Barroso por voluntários em setembro de 2003 com 35 membros. Dentre seus vários principais objetivos, é promover uma série de ações para apoiar e defender a preservação do meio ambiente e lutar pelo desenvolvimento sustentável<sup>197</sup>. Atualmente, seu principal projeto é conscientizar, denunciar e lutar por meios jurídicos, contra a incineração de resíduos perigosos (RPs) em fornos de cimento. A ONG é membro do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), e da Global Alliance for Incinerator Alternatives (GAIA)<sup>198</sup>.

A partir de meados de 2003, conforme consta em relatório da ODESC intitulado *Holcim S.A. brincando de Deus!*, vários moradores do bairro do Rosário começaram a sentir uma série de mudanças no ar e na cor da paisagem atmosférica ocasionado pelas atividades de queima de combustível nos fornos da fábrica. Se, antes, os moradores eram atingidos pela poeira do cimento e pela fumaça do carvão, agora começam a enfrentar novos problemas, como um mau cheiro, nunca presenciado antes, que provoca náuseas, fortes dores de cabeça, diarreia crônica e outras doenças<sup>199</sup>. Essa situação gerou a realização de uma série de reclamações na porta da fábrica, havendo até manifestação dos moradores, com panelas e

---

<sup>197</sup> Disponível em: < <http://www.mncr.org.br/artigos/o-passado-vivo>>. Acesso em: 21 mar.2014.

<sup>198</sup> *Idem*.

<sup>199</sup> ODESC, Op. Cit. p.21.

colheres, para cobrar providências<sup>200</sup>. Podemos confirmar essa versão dos fatos na matéria veiculada pelo jornal mensal *Tribuna de Barroso*, em julho de 2003. De acordo com a matéria, em linhas gerais, cerca de 40 pessoas compareceram ao portão da fábrica de cimento para protestar contra o pó de cimento e o mau cheiro exalados pela empresa, que estariam sujando as casas e prejudicando a saúde dos moradores dos arredores da empresa.

De acordo com o jornal, os manifestantes foram convidados para conversar com os engenheiros da empresa, tendo havido discussões acaloradas. Em um dos trechos do jornal diz-se o seguinte:

“Temos medo de morrer de câncer”, disse uma moradora que estava visivelmente apreensiva com a quantidade de pó que cai todos os dias. O Sr. João, que já trabalhou na empresa disse que se medidas urgentes não forem tomadas, ele e outros moradores irão colocar faixas de agradecimento à HOLCIM pelo pó de todos os dias (...) Outras pessoas presentes também falaram para protestar. Gabriel (engenheiro da fábrica) tentou minimizar os ânimos e tranquilizou os presentes com a promessa de reunir com os demais responsáveis e tomar as medidas cabíveis. (...) A mesma senhora que temia de câncer, disse ainda duvidar dos diplomas dos engenheiros, pois segundo ela “de que adianta ser engenheiro e não ser capaz de resolver a questão da poluição? Questionou<sup>201</sup>.”

O problema dos moradores em relação à poluição chamou a atenção da ODESC, que começou a investigar os materiais que estavam sendo incinerados na fábrica, por meio de levantamento de informações junto às lideranças do bairro do Rosário. Assim, se descobriu, por meio de relatos de moradores, que “coisas estranhas” estavam sendo queimadas na fábrica<sup>202</sup>. Por essas razões, a ONG começa a realizar estudos próprios para investigar o que estava sendo incinerado na fábrica. Assim, tem início um grande embate entre, de um lado, a ODESC, moradores e posteriormente a igreja local e, de outro, a empresa, embate em que se questiona a queima de resíduos perigosos pela empresa e que se desenrola nas ruas ou por meio das esferas institucionais do Estado, como veremos mais adiante.

---

<sup>200</sup> *Idem*.

<sup>201</sup> *Tribuna de Barroso*, julho de 2003, nº 2. Matéria: “Holcim polui e moradores chiam”; Cristiano Rodrigues Pereira. Esse jornal, de propriedade de alguns jornalistas barrosenses, circulou mensalmente por apenas seis meses. Um dos colunistas desse jornal, autor da matéria supracitada, participou da fundação da ODESC. Mas, apesar da publicação dessa matéria ter apresentado uma crítica à poluição da fábrica, o jornal não era órgão de imprensa de oposição constante à fábrica. Consta em suas edições posteriores, uma série de anúncios positivos sobre a fábrica e o meio ambiente etc.

<sup>202</sup> ODESC, Op. Cit.



De acordo com o relato de Humberto (nome fictício), membro da ODESC, a ONG começa a questionar a queima de resíduos, por que:

(...) essa queima, ela começou meio escondida, sem ninguém ter informação e começou [a] dar alguns efeitos no município, mau cheiro e outras (...) Por exemplo: focos de aumentos de câncer e muitas coisas. Então, o pessoal da ODESC interessou em procurar esclarecimento sobre esse tipo de coisa (...) <sup>203</sup>.

Segundo o depoente, um dos fatores de peso que motivou os estudos da ONG é a dúvida sobre se o que é queimado pela empresa está influenciando no aumento do número de casos de doenças em Barroso. A falta de um estudo aprofundado e isento para averiguar tal problema é o que leva a ONG, posteriormente, a questionar os órgãos públicos ambientais e a empresa. Diante da falta de fornecimento de informações pelos poderes públicos, a própria ONG se encarrega de fazer um levantamento de doenças no município. De acordo com as palavras de Humberto, da ODESC:

Fizemos um levantamento, em 2005, sobre doenças e *causa mortis* em Barroso, com dados fornecidos pelo Instituto Nossa Senhora do Carmo, que é o hospital de Barroso, mais secretaria municipal [de Saúde] de Barroso. Constatamos em Barroso um aumento (...) [enorme] de doenças neuropsicológicas (...) É onde a ODESC tem seu projeto para ser desenvolvido no município, com apoio do próprio município, para que tenha, assim, uma explicação lógica desses aumentos de doença, tanto neuropsicológica quanto de câncer, quanto de doenças respiratórias (...) E a gente aguarda que nosso projeto seja algum dia atendido, para que a gente possa esclarecer melhor sobre esses dados <sup>204</sup>.

As tentativas da ODESC de investigar os motivos da ocorrência de grande número de doenças <sup>205</sup> na cidade geraram a reação da Holcim, que, por seu lado, começou a promover uma série de palestras, pagas por ela mesma, para dizer à população que suas atividades não produzem níveis de poluentes maléficos à saúde. Essa posição da empresa é um dos elementos geradores do conflito com a

---

<sup>203</sup> Entrevista com representante da ONG ODESC. Barroso, 19 de março, 2009.

<sup>204</sup> *Idem*.

<sup>205</sup> No relatório da ODESC, consta o levantamento de doenças realizado pela ONG para o período de 2002 a 2004. Segundo o levantamento, as doenças pulmonares (envolvendo câncer) são as que mais causam morte no município, 40%. Em segundo são doenças cardíacas, 18%. De acordo com a ODESC, esses dados, na visão da Secretaria Municipal de Saúde não correspondem à realidade, pois se referem somente aos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, na visão de alguns médicos, os dados sobre câncer de pulmão são mais elevados, pois muitos pacientes em estado terminal vão para outras cidades e a *causa mortis* deles não é computada em Barroso. Outras conclusões do levantamento são: aumento de doenças cardíacas em 46%; aumento de doenças do trato respiratório superior em 27%; em crianças aumento de 100% do trato anterior; aumento de prematuridade em 100%; aumento em 200% das doenças neurológicas. ODESC, Op. Cit. p.44.

ODESC, pois a falta de um estudo científico conclusivo sobre o problema da emissão, pela incineração de resíduos tóxicos, de partículas que podem ser carcinogênicas coloca dúvidas nada fáceis de serem esclarecidas. Na visão de Humberto:

As palestras, na maioria das vezes, são feitas dentro da própria empresa, né? (...) São pagos [os palestrantes] pela própria empresa. (...) Os palestrantes que vêm até aqui esclarecer alguma coisa à comunidade, esclarece[m] [o] que [é] de interesse da própria empresa, né? Então, assim, é o que a gente sempre defende (...) é a falta de clareza nas coisas, nos atos das pessoas (...)

No embate entre ODESC e Holcim, dois discursos entremeiam o problema: de um lado, o discurso de afirmação da empresa dizendo que não há poluição nociva e, de outro, o questionamento da ODESC dizendo que a questão carece de um estudo imparcial. A disputa pela opinião pública entre os dois atores acaba sendo uma queda de braço desigual, pois a empresa dispõe de todos os recursos (mídia, palestras, articulações com o poder público etc.) necessários para influenciar a opinião pública, enquanto o trabalho de questionamento da ONG é voluntário e com recursos limitados. A empresa conta com o apoio de agentes do poder público municipal, por meio dos quais consegue estender ainda mais a sua influência sobre a opinião pública.

Além de procurar se contrapor aos questionamentos acerca do caráter carcinogênico de suas emissões atmosféricas, a empresa busca disseminar e consolidar a imagem de si como portadora de “responsabilidade social e ambiental”<sup>206</sup>. Um dos instrumentos utilizados para esse propósito é o projeto

---

<sup>206</sup> Sobre as estratégias das empresas em se auto-afirmarem como ecologicamente corretas por meio de ações de *marketing*, vale a pena consultar a pesquisa de mestrado de Wendell Ficher Teixeira Assis, *Representações da Natureza e Des-figuração dos Conflitos socioambientais*. Nesse trabalho, o autor, por meio da análise de informações levantadas nos anúncios publicados, entre 1982 e 2002, pelas revistas *Veja* e *Exame*, faz uma ampla investigação sobre o discurso publicitário de empresas poluidoras do setor elétrico, químico e petroquímico. Assis visa a entender criticamente como as peças publicitárias das empresas se articulam com o imaginário social. De maneira sintética, a pesquisa constata que o processo de formação do discurso positivo a respeito da conduta ambiental das empresas degradadoras do meio ambiente tem como objetivo, dentre outros, aprofundar a crença de que o “desenvolvimento econômico” (isto é, a acumulação indefinida de capital) é conciliável com a preservação dos recursos naturais. A dimensão ambiental é incorporada, no *marketing* do empresariado, como forma de obter uma imagem positiva junto à opinião pública para atingir interesses de lucro e invisibilizar os interesses conflituosos e os custos ambientais que pesam sobre os atores atingidos pelo “progresso” econômico. Veja-se ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Representações da Natureza e Des-figuração dos Conflitos Socioambientais: A Publicidade dos setores Elétrico, Químico e Petroquímico entre 1982 e 2002*. 2005. BH. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2005.

Educando Verde, implantado pela Holcim em 2001, que tem, entre seus vários objetivos (principalmente a partir de 2004), promover a educação ambiental nas escolas. Tal projeto é visto com bons olhos pelo poder público local. Podemos ilustrar o apoio do poder público à empresa Holcim com o seguinte comentário do Secretário Municipal do Meio Ambiente de Barroso:

Ela [Holcim] tem um projeto que (...) trabalha nas escolas, que é um projeto do Educando Verde. É um projeto muito interessante com alunos que, me parece, da quarta série, se não me engano, os alunos da rede estadual e municipal, (...) que ela ministra palestra, fazem acompanhamento com as crianças, visitam... Tem um canteiro que eles cultivam mudas, né? Mudas nativas na nossa cidade e servem todo ano, eles têm a (...) semana do meio ambiente, (...) e eles fazem eventos dentro da Holcim. (...) Então, eles fazem esse trabalho de conscientização das escolas, junto com a prefeitura também, em parceria, né? Que leva... Tenta pelo menos levar uma coisa bem útil somente para as crianças, né? Nosso futuro, para que cresçam para questão do meio ambiente<sup>207</sup>.

Além desses projetos promovidos pela empresa, a Holcim participa de ações da prefeitura, como a construção de várias obras (moradias, praças, estradas etc.), o que influencia ainda mais a opinião pública a seu favor. Em seu depoimento, outro ator do poder público municipal, Secretário de Obras, enfatiza a importância da parceria entre prefeitura e empresa:

Na parte social, existe um trabalho em parceria com a Holcim e a prefeitura, que é com benefício e moradia às famílias carentes, há oito anos atrás, na primeira gestão da prefeita. (...) Foi construída uma média de 48 casas, que a Holcim doava para gente todo o material, entendeu? Nós fazemos um trabalho de diagnosticar as famílias mais necessitadas do município e a prefeitura entrava coordenando a construção com projetos sociais, envolvendo as famílias<sup>208</sup> (...).

Em relação à conduta ambiental, a empresa também é bem vista pelo Secretário de Obras como uma empresa correta. Perguntado sobre que produtos são queimados nos fornos da Holcim, o Secretário comenta que desconhece o que é incinerado na empresa e até admite que já houve discussões entre a cimenteira e uma ONG, há algum tempo, mas justifica que a empresa faz uma queima controlada:

---

<sup>207</sup> Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente de Barroso. Barroso, 03 de junho, 2009. O entrevistado pediu para não ter o nome identificado.

<sup>208</sup> Entrevista com o Secretário de Obras de Barroso. Barroso, 03 de junho, 2009. Pediu para não ter o nome identificado.

(...) Não tenho conhecimento não, mas tem vários produtos que são trazidos para cá para serem queimados. Até houve, [há] uns tempos atrás, divergência a respeito desses detritos que vinham pra cá, é discussões através de ONG. (...) Não tenho conhecimento ao certo, não, [sobre] o que é queimado. Pela informação que eu tenho, é que eles têm autorização da FEAM, órgãos competentes pra fazer essa queima, essa queima controlada, certo? Mas, assim, falar assim quais os produtos, eu não tenho conhecimento<sup>209</sup>.

Em sua versão, o Secretário de Obras deixa escapar a referência ao “problema da poluição”, mas, por outro lado, comenta que o problema é sempre resolvido. Indagado sobre se há poluição na cidade, ele comenta que:

Tempos atrás, sim, a gente via sim, mas eu vejo assim: hoje (...) é bem controlada essa questão, a de fumaça vir para a atmosfera, (...) [a empresa] tem vários filtros, (...) que tem o controle deles com pontos [de] medição da poluição. Mas, assim, é claro que, de vez em quando, a gente vê sim uma área com uma fumaça a mais, um cheiro a mais, (...) eu creio que seja uma questão de meio ambiente, (...) mas que rapidamente é resolvido<sup>210</sup>.

Perguntado se já houve resistência de moradores às emissões atmosféricas, o Secretário de Obras informa que:

Como toda empresa, às vezes gera problemas, gera atritos com a comunidade, (...) ela, ninguém consegue (...) agradar todo mundo. (...) Quando há algum problema com algum filtro que danifica que começa alguma colisão com o município, [acontece] a reclamação [do] pessoal que mora mais perto da indústria. (...) Mas ela é muito aberta, entendeu? Recebe muito bem... Aberta a negociação<sup>211</sup>.

Sobre como a população é informada sobre a queima de produtos, o Secretário de Obras revela um dos métodos da empresa para convencer a população de que a incineração não prejudica a saúde humana:

Anualmente, ela faz uma... São *workshops* que ela organiza e passa para o pessoal o que é queimado, e ela frisa muito bem o seguinte: ela mostra muito bem que são produtos químicos (...). Entendeu? Que depois de incinerado, não trás... Ela tem comprovação técnica disso, entendeu? Depois de incinerado que não prejudica a saúde, que ela gosta de frisar é o seguinte: que a queima desses produtos, ela é feita com o máximo de segurança, atendendo todas as normas [ambientais]<sup>212</sup>.

Perceba-se que os depoimentos dos dois secretários municipais evocam um discurso que legitima as ações da empresa não só porque ela auxilia as ações da

---

<sup>209</sup> *Idem.*

<sup>210</sup> *Idem.*

<sup>211</sup> *Idem.*

<sup>212</sup> *Idem.*

prefeitura, mas também pelo poder de informação que a empresa cultiva na cidade, por meio de eventos e projetos que influenciam a forma de as pessoas enxergarem o problema da incineração. Por outro lado, nota-se que, mesmo que os discursos sejam favoráveis à empresa, o Secretário de Obras, por exemplo, deixa escapar que existem percepções das emissões atmosféricas como poluição, ao dizer que “de vez em quando, tem um cheiro ou uma nuvem a mais, mas a empresa resolve”. Além disso, a própria preocupação constante da empresa em promover uma série de projetos ambientais indica certo estado de dúvida, que precisa constantemente ser tratado para manter a imagem de uma empresa ecologicamente correta. Essa situação ocorre porque, obviamente, existem questionamentos feitos por moradores que são constantemente atingidos pelas emissões atmosféricas e que, de alguma forma, sempre reclamaram ou reclamam dessa situação.

Nesse sentido, um registro da intensificação dos questionamentos sobre a poluição provocada pela indústria cimenteira encontra-se no supracitado dossiê da ONG ODESC, *Holcim S. A.: brincando de Deus!*, que conta com detalhes a história da disputa, desencadeada a partir de 2003, entre a ODESC e a Holcim, a respeito dos efeitos provocados pela prática de incineração de resíduos perigosos em seus fornos. Nesse relatório, a ODESC, para justificar a sua crítica a Holcim, apresenta uma série de dados sobre o que é a incineração e quais são os seus efeitos, e se coloca como o primeiro movimento<sup>213</sup> organizado contra a incineração no país.

---

<sup>213</sup> ODESC. Op. Cit. p.5. É necessário fazer a seguinte observação: existem diversos casos de protestos pesquisados em relação à poeira proveniente da poluição de cimenteiras no país. Para conhecer um estudo de caso, por exemplo, vale a pena ler a história dos conflitos socioambientais ocorridos entre os moradores bairro América e a Companhia de Cimento Portland de Sergipe, na cidade de Aracaju, narrados em OLIVEIRA, Valéria M. S. *Movimento Social e Conflitos Socioambientais no Bairro América – Aracaju / SE: O Caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), UFS: São Cristóvão, 2008. Esse trabalho menciona, também, de forma resumida, vários casos de conflitos relacionados à emissão de poeira de cimenteiras, como os casos da cimenteira Itaú, na cidade de Contagem, da fábrica de Perus, em São Paulo, de Sobradinho, no Distrito Federal, e o da Companhia de Cimento Atol, em São Miguel, Alagoas. Mas no caso do conflito ambiental de Barroso, os protestos de parte da população se dirigem, a partir de 2003, contra a incineração ou coprocessamento de resíduos industriais, ou seja, contra uma nova tecnologia de produção de energia que vem sendo adotada no Brasil, de forma crescente, a partir da década de 1990, trazendo níveis de poluição, provocada pelas emissões atmosféricas decorrentes da incineração, inseguros para a saúde humana. Os outros casos de conflitos contra a poluição provocada por cimenteiras no Brasil, de que se tem conhecimento, são relacionados à poeira e não à incineração de lixo industriais. Informações sobre a tecnologia de incineração de resíduos tóxicos podem ser encontradas em: <http://www.abcp.org.br/conteudo/sustentabilidade/coprocessamento-saiba-mais-sobre-essa-solucao>. Acesso em: set.2013.

Segundo o relatório, a Holcim Barroso incinera, por mês, mais de 46 mil toneladas de rejeitos químicos<sup>214</sup>, vindos de diversas partes do país, principalmente a partir de 2002. Segundo a ONG, a Holcim foi pioneira, no Brasil e no mundo, na prática de incineração (ou co-incineração) de produtos residuais, que constitui um negócio muito lucrativo, pois, além de ser paga pelas indústrias que se livram facilmente de seus resíduos perigosos, a cimenteira, ao contrário do que ocorria na época da antiga CCPB, não tem gastos na compra de combustíveis necessários para a alimentação de seus fornos. De acordo com o levantamento da ODESC, baseado em estudos científicos, o processo de incineração (processo especial de queimar lixo) em fornos de produção de cimento não faz desaparecer os rejeitos, preservando e emitindo substâncias químicas, como cádmio, chumbo, gases ácidos, dióxidos de nitrogênio e carbono etc.<sup>215</sup>. Outro problema é que tal processo resulta também na produção de substâncias tóxicas desconhecidas ou novas, como as dioxinas, furanos, metais pesados etc., elementos cuja expansão no ar não respeita fronteiras geográficas, e contaminam os alimentos e levam um longo tempo para se decomporem<sup>216</sup>. Outro questionamento importante feito pela ONG diz respeito à questão da eficiência dos filtros instalados nas chaminés dos fornos de incineração. No processo da queima são liberadas substâncias tóxicas, como as dioxinas, que são extremamente finas (nanopartículas), que penetram no sangue. Segundo o relatório da ODESC, a Sociedade Britânica de Medicina Ecológica sustenta que o filtro de um incinerador retém apenas de 5 a 30% das partículas finas, mas não as ultrafinas ou nanopartículas<sup>217</sup>, cujo peso corresponde a um grama dividido por um bilhão de vezes<sup>218</sup>.

Outro questionamento fundamental que a ODESC faz em seu relatório refere-se ao licenciamento ambiental de atividades de co-processamento de resíduos industriais concedido pela FEAM, como já mencionamos. De acordo com os dados da ONG, os procedimentos de licenciamento são rápidos e não muito transparentes:

---

<sup>214</sup> ODESC. Op. Cit. p.7.

<sup>215</sup> *Idem.* p.8.

<sup>216</sup> *Idem.*

<sup>217</sup> Além disso, segundo a ODESC, as dioxinas, por serem consideradas como o veneno mais perigoso criado pelo homem, por serem altamente tóxicas, são medidas em picogramas (um grama dividido por um trilhão). Recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) sugerem, por exemplo, que o grau de exposição a essa substância, para cada pessoa, seja no máximo de um a quatro picogramas por dia. ODESC, Op. Cit. p.9.

<sup>218</sup> ODESC, Op. Cit.

A experiência da ODESC e os dados por ela obtidos mostram que o órgão responsável Fundação Estadual do Ambiente (FEAM) de Minas Gerais age para facilitar licenciamentos relâmpagos. Os procedimentos de licenciamento ambiental para a queima de rejeitos em Barroso são confusos e desorganizados. A ODESC não conseguiu ter em mãos, apesar de tentar várias vezes, para análise, o relatório de impacto ambiental (RIMA) para a incineração em Barroso. Nem tampouco conseguiu dados sobre a construção relâmpago de uma empresa da Holcim, RESOTEC, para tratamento de rejeitos dentro da fábrica de cimento em Barroso, em 2006. No ano de 2004 a ODESC conseguiu cruzar dados da FEAM com notas fiscais da Prefeitura Municipal de Barroso e verificou que em 2002 a Holcim conseguiu licenciamento para incinerar no mínimo 25 tipos de resíduos em Barroso, provenientes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia. No ano de 2003 a Holcim Barroso incinerou aproximadamente 1.762,000 toneladas de resíduos. No processo 0006/1981/016/2002 do FEAM, consta declarações assinadas pela atual prefeita de Barroso concordando com todos os tipos de atividades em Barroso. Todavia não está especificado que tipo de atividades<sup>219</sup>.

Além do licenciamento para a incineração desses 25 tipos de resíduos, obtido em 2002, consta ainda no relatório da ONG que, de 2004 a 2005, a Holcim conseguiu licenciamento para queimar 145 tipos de rejeitos, vindos até do estado do Pará<sup>220</sup>. Esses e outros dados a respeito das substâncias que são incineradas, mesmo que não levantados em sua totalidade, pela falta de informação prestada por órgãos públicos e pela empresa, vão se tornando públicos à medida que a ODESC avança em suas investigações.

Em seus levantamentos a respeito da data em que a Holcim começa a incinerar resíduos, a ODESC constata, a partir da averiguação da Licença de Operação (LO) obtida pela empresa junto ao COPAM, que, desde 1981, houve o início da atividade<sup>221</sup>. Porém, segundo a ONG, não há, na Prefeitura ou na Câmara de Vereadores, documentos que comprovem seguramente a data exata de início da incineração de resíduos, a não ser notas fiscais sobre produtos queimados na empresa, emitidas a partir do ano de 2002 e que foram encontradas na prefeitura<sup>222</sup>. Então, diz-se que é nesse ano que começou oficialmente a incineração de produtos perigosos em Barroso.

A concessão dos licenciamentos pela FEAM, muitas vezes de forma rápida e confusa, como aponta o relatório da ODESC, aprofunda ainda mais o estado de incerteza quanto ao perigo da queima de resíduos, já que não há um controle rígido e transparente sobre a quantidade e o tipo de rejeitos incinerados pela Holcim, ou seja, nunca se sabe que novos produtos vão ser licenciados (se é que todos não o

---

<sup>219</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>220</sup> *Idem*.

<sup>221</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>222</sup> *Idem*, p. 12.

são) e muito menos há monitoramento constante que possa mensurar os níveis de emissão de substâncias particuladas e tóxicas, bem como os possíveis efeitos maléficos à saúde e ao ambiente.

Esse estado de incerteza é o motor dos embates que se travam entre ODESC, Holcim e órgãos ambientais e é o que caracteriza, de forma geral, o conflito ambiental na cidade de Barroso a partir de 2003, principalmente depois que as pesquisas realizadas pela própria ONG indicaram o aumento da incidência de doenças, como câncer, em Barroso. De acordo com os levantamentos feitos pela ODESC<sup>223</sup>, o número de casos de câncer, por exemplo, cresceu 300%, entre 2002 e 2008. Não há comprovação de que esse aumento seja ou não ocasionado pelos gases tóxicos emitidos pelas chaminés da fábrica de cimento, pois não se realizou um estudo científico a esse respeito. Mas, por outro lado, as pessoas que vivem cotidianamente no local percebem empiricamente determinadas mudanças no ar que respiram e no que acontece com as pessoas ao seu redor. Se num determinado local há atividades de risco de contaminação atmosférica e certos tipos de doença aumentam ano após ano, as associações de “causa e efeito” surgem logicamente, gerando um estado de incerteza, medo e insegurança, pois o que está em jogo é o direito de viver num ambiente sem riscos de contaminação. É nesse mar de dúvidas quanto aos riscos de contaminação que a ODESC apresenta, como demanda principal, a realização, pelos órgãos ambientais, de uma pesquisa isenta, pois o que a empresa declara sobre suas atividades de incineração afigura-se insuficiente. Já os questionamentos apresentados pela ODESC, alguns baseados em pesquisas científicas, por mais que revelem que as atividades de incineração sejam “incontroláveis” e provoquem malefícios à saúde, também têm limitações no que tange à comprovação cabal de que os efeitos da poluição da Holcim provocam o aumento da ocorrência de determinadas doenças em Barroso.

Existe uma grande dificuldade em desvelar o que realmente acontece nas atividades de incineração. Segundo a ODESC, existe um profundo desconhecimento sobre as atividades de incineração, principalmente no Brasil, mas o que se sabe afirmativamente é que os incineradores, principalmente os de cimenteiras, não

---

<sup>223</sup> *Idem*, p.21.



conseguem reter as partículas ultrafinas da emissão de gases, como as dioxinas que são comprovadamente nocivas à saúde<sup>224</sup>.

Destarte, em 2004 a ODESC encaminha ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e ao Ministério Público Federal denúncia sobre as atividades da Holcim, solicitando providências<sup>225</sup>. Uma forte cobrança que a ONG apresenta aos órgãos do Estado diz respeito à realização de uma averiguação profunda sobre as substâncias atmosféricas resultantes da queima de resíduos industriais, como tintas com prazo de validade vencido, pneus inservíveis, gasolina adulterada etc. A ODESC questiona, junto ao Ministério Público, à FEAM e ao COPAM (órgão responsável pelo licenciamento), quais seriam os verdadeiros efeitos da queima de rejeitos. Apesar de a empresa estar licenciada, moradores continuavam insatisfeitos, concebendo como extremamente danosas as emissões atmosféricas que emanam da Holcim.

Em síntese, o desenrolar dos questionamentos da ODESC no MPMG ocorre da seguinte forma: no dia 19 de abril de 2004, a coordenadora da ONG ODESC envia um texto ao MPMG pedindo providências para resolver o “problema da poluição<sup>226</sup>”. Segundo a ONG, mesmo a fábrica estando licenciada pela FEAM, a poluição ainda continuava a incomodar e, a respeito das alegações da Holcim de que o processo de co-incineração eliminava os resíduos tóxicos, disse que “crer que a matéria é simplesmente destruída seria pueril e cientificamente improvável”. No Inquérito Civil Público, a ODESC questiona a incineração de produtos químicos, ou seja, a ONG suspeita que a Holcim tenha apresentado dados possivelmente deturpados a respeito dos efeitos da incineração. Contata-se nos autos Inquérito Civil Público uma série de solicitações do Ministério Público ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAOMA)<sup>227</sup> solicitando a realização de perícias. O relatório técnico da FEAM, datado do dia 18 de março de 2005, mostrou, em linhas gerais, que a empresa estava licenciada e adequada aos padrões de exigências ambientais. A ONG questiona profundamente a segurança da incineração de resíduos realizada pela Holcim, que, segundo a entidade, já vinha acontecendo,

---

<sup>224</sup> *Idem*, p.9.

<sup>225</sup> *Idem*, p.29.

<sup>226</sup> Segundo consta do Inquérito Civil Público N° 01/2004, examinado na comarca do MPMG de Barroso, no dia 1º de julho de 2008.

<sup>227</sup> O CAOMA é um dos órgãos auxiliares da Administração do Ministério Público, cuja função é orientar, auxiliar e facilitar a atuação dos Promotores de Justiça Ambientais etc. Disponível em: <<http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/interno/index/id/5>> Acesso em: 24 fev.2014.

certamente, desde 2002, e, possivelmente, desde 1995, sem que a população fosse informada.

Esses questionamentos apresentados pela ONG estão dentro de um contexto em que os atores (empresas, por exemplo) pró-incineração argumentam que tudo o que é queimado se dilui na atmosfera e, portanto, não apresenta riscos de contaminação. Além disso, tais atores defendem também que as atividades de incineração são práticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável<sup>228</sup>, que beneficia o meio ambiente<sup>229</sup> poupando reservas naturais.

### **3.2. A ODESC e o movimento popular**

Como já foi dito, os moradores que mais sofreram (ou ainda sofrem) com a poluição da cimenteira são os do bairro do Rosário, por ser situado bem ao lado da fábrica. À medida que a ODESC foi descobrindo e divulgando para a comunidade o que se passava na empresa, os moradores do bairro do Rosário e de outros bairros deram mais corpo às atividades da ONG. De acordo com o relatório da ODESC, a luta das moradoras do Rosário foi o primeiro movimento “organizado” de Barroso contra a poluição:

Até então a queima de lixo na fábrica era um problema dos moradores do bairro do Rosário, apesar de ninguém saber exatamente o que se passava ali. As Mulheres do Rosário são, por tradição, as mulheres mais atuantes de Barroso. Elas vêm sempre se manifestando contra a poluição em Barroso, há décadas. Estas mulheres conseguiram nos anos noventa fechar uma caieira no bairro. E, foram elas, claro, as primeiras a denunciar a queima de lixo na Holcim S.A. Antes, era a poluição da fábrica de cal, depois a poluição comum da fabricação de cimento e por último a queima de lixo químico no forno de cimento da Holcim S.A. Interessante ser colocado aqui que o resto da população de Barroso sempre [re]agiu laconicamente aos

---

<sup>228</sup> ODESC. Op. Cit. p.46.

<sup>229</sup> De acordo com o relatório da ODESC, apesar de, no âmbito local, a Holcim afirmar que as atividades de incineração são seguras, no âmbito global o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), que é patrocinado pela Holcim, afirma que a produção de cimento e o co-processamento ou incineração de resíduos perigosos gera impactos significantes no entorno das comunidades. O relatório diz que “A produção de cimento gera um significativo impacto no entorno das comunidades, ambos positivos e negativos. Um dos impactos negativos são a alta formação e emissão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). O co-processamento de resíduos perigosos em fornos de cimento está explicitamente mencionado na Convenção de Estocolmo como sendo uma fonte industrial em potencial de POPs. A indústria cimenteira leva qualquer fonte potencial de POPs a sério, primeiro por causa do impacto que isto pode ter para a reputação da própria indústria, e, segundo, porque qualquer mínima quantidade de dioxina pode se acumular na biosfera com potenciais consequências em longo prazo”. ODESC, Op. Cit apud WBCSD; p.46. Segundo a ODESC, Stphan Schmidheiny, proprietário da Holcim, é o fundador e o principal patrocinador do WBCSD, para defender, na Rio-92, os interesses do grupo empresarial cujo conselho possui mais de 170 membros das maiores transnacionais do globo. ODESC. Op. Cit.p.49.

esforços e ganhos das Mulheres do Rosário. Mas sempre levaram de graça as vantagens. As Mulheres do Rosário são as primeiras pessoas em Barroso a fazer um movimento organizado e lutar até o fim por seus direitos<sup>230</sup>.

Além disso, de acordo com o relatório da ODESC<sup>231</sup>, o movimento contra a incineração começa a crescer, principalmente, quando a ONG resolve realizar uma campanha de conscientização sobre a incineração de lixo tóxico, por meio de boletins informativos entregues nas escolas, nos bairros, nas rádios e jornais, e também por meio de uma série de contatos com jornalistas, ambientalistas, universidades, políticos e com as cidades vizinhas e cidades maiores, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Outra forma de comunicação utilizada pela ONG foi o envio de uma carta, denominada *Carta de Barroso 2*<sup>232</sup>, datada de 3 de abril de 2004, para igrejas, Holcim e setores do poder público municipal<sup>233</sup>. A partir daí, as indagações sobre o que se passava nos fornos da Holcim cresceram. Moradores de outros bairros começaram a reclamar do mau cheiro emitido pela empresa e a cobrar esclarecimentos<sup>234</sup>. Relembre-se aqui que foi nesse contexto do ano de 2004 que a ODESC denuncia a empresa aos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Em resposta à *Carta de Barroso 2*, de acordo com o relatório<sup>235</sup> da ONG, a Holcim fez afixar na porta das igrejas um folheto para dar explicações sobre a queima de produtos perigosos. Representantes da empresa também passaram nas escolas para fazer seus esclarecimentos a respeito da incineração. Por causa do

---

<sup>230</sup> ODESC. Op. Cit. p.22.

<sup>231</sup> *Idem.* p.23.

<sup>232</sup> O primeiro assunto dessa Carta faz referência à *Carta de Barroso 1*, datada de setembro de 2003, que dirige crítica à Holcim, reclamando do desemprego criado em virtude da política de redução de custos da empresa. A ODESC questiona o fato de nessa carta as lideranças não terem problematizado algo mais sutil que estava acontecendo na Holcim: a perigosa e crescente queima de resíduos tóxicos nos fornos de clínquer, cujo desconhecimento era grande. A *Carta de Barroso 2*, em resumo, chamava a atenção dos moradores dizendo que, segundo cientistas e organizações mundiais renomadas, as atividades de incineração, mesmo que licenciadas, representam riscos à saúde e ao meio ambiente e que não há nenhuma pesquisa científica que prove o contrário. A Carta exigia da empresa esclarecimento às seguintes dúvidas: o quê e o quanto a fábrica queima de resíduos; o monitoramento exato de gases dioxinas/furanos e metais pesados; os limites de emissões aceitos; e os riscos de ingestão de dioxinas. ODESC. Op. Cit. p.53.

<sup>233</sup> ODESC. Op. Cit. p.23.

<sup>234</sup> A ODESC descobriu, conforme levantamento de 2003 a 2005, que a empresa pagou à prefeitura somente dois meses de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pela, queima de rejeitos. ODESC. Op. Cit. p.46.

<sup>235</sup> ODESC, Op. Cit. p.24.

movimento de agitação da ODESC sobre a incineração, a Coordenadora Geral da ONG recebeu uma carta de ameaça da empresa<sup>236</sup>.

Nesse contexto de disputa sobre a questão da incineração, a Holcim, no dia 18 de maio de 2004, promove uma palestra<sup>237</sup>, ministrada por um médico da Universidade de São Paulo (USP), para convencer a população de que a incineração em fornos de produção de cimento não apresenta riscos. No dia desse evento, moradores do bairro do Rosário colocaram na rua uma faixa de protesto dizendo que “Os moradores do bairro do Rosário agradecem à Holcim pelas náuseas, depressões, problemas respiratórios e futuros cânceres, não nos resta mais nada a não ser agradecer<sup>238</sup>”.

Ainda no mês de maio de 2004, de acordo com o relatório da ODESC, foi feito um abaixo-assinado, pedindo o fim da incineração, a ser entregue ao MPMG. Mas, por meio de ameaças, um funcionário da Holcim, acompanhado da polícia, teria obrigado uma das moradoras que estavam com os abaixo-assinados a entregar sete folhas do documento, de um total de 15, sob pena de seu marido perder o emprego que tinha na cimenteira<sup>239</sup>.

Depois dessas ações realizadas pela ODESC, o movimento começa a perder força, em virtude de uma série de ameaças e pressões feitas pela empresa aos membros da ODESC. À medida que os questionamentos apresentados pela ONG e pelos moradores se intensificaram, as reações da Holcim também subiram de tom. Segundo o relatório da ODESC, as retaliações perpetradas pela cimenteira se acentuaram mais ainda depois que a “Carta de Barroso 2” foi publicada no *Jornal de Tiradentes*<sup>240</sup>, em maio de 2004. A carta foi enviada num disquete ao jornal, para publicação, e, por descuido, um rascunho do documento acabou também sendo

---

<sup>236</sup> *Idem*. No relatório apenas menciona que houve a carta de ameaça sem dá maior detalhes sobre o assunto.

<sup>237</sup> O membro da ODESC, Humberto, nos deu um relato que exemplifica como acontece as palestras dentro fábrica “(...) Um médico, que foi dar uma palestra sobre intoxicação, ele teve a capacidade de abrir um vidro de éter... E a palestra era mais ou menos o nome assim: “veneno: perigoso ou não?” E aí, o médico, no final da palestra, finalizou dizendo que o remédio ou veneno é a mesma coisa, só depende da quantidade que você ingere. Então, ele, ao abrir o vidro de éter no final da palestra, perguntou se alguém tinha se intoxicado. Todos que estavam presentes disseram que não; então, ele falou: “você estão vendo, é a mesma coisa que acontece na Holcim. O que sai pela chaminé não contamina, por que está partindo pela atmosfera e vocês não se contaminaram””. Entrevista com representante da ONG ODESC. Barroso, 19 de março, 2009.

<sup>238</sup> ODESC. Op. Cit. p. 25.

<sup>239</sup> *Idem*.

<sup>240</sup> Não conseguimos achar a edição desse jornal.

publicado<sup>241</sup>. Nesse rascunho, a ODESC descreve práticas de corrupção que teriam sido praticadas pela empresa em Barroso e menciona o crescimento da ocorrência de certas doenças, possivelmente em decorrência das emissões produzidas pela fábrica. A publicação do rascunho causou repercussão<sup>242</sup> na cidade vizinha de Tiradentes. No mês de junho, a Holcim, por meio de uma equipe jurídica de 125 advogados, envia uma carta pedindo esclarecimento à coordenação da ODESC<sup>243</sup> sobre o porquê da divulgação da Carta direcionada à população. A ODESC, segundo seu relatório, respondeu<sup>244</sup>, mas não obteve réplica posterior da empresa.

A divulgação do rascunho parece ter sido o estopim para a deflagração de maiores reações da Holcim, pois, a partir daí, os membros da ONG começaram a ser aconselhados pela empresa a se afastarem da ODESC. Muitos membros se afastaram, pois a maioria deles, direta ou indiretamente, têm parentes que trabalham na fábrica e que foram ameaçados de perder o emprego<sup>245</sup>. Aliás, diz o relatório que a ONG começou a ser estigmatizada, por não ter conseguido provar a ocorrência da contaminação ambiental. Como foi dito, a principal luta da ONG objetiva obter a realização de um estudo científico isento para confirmar ou não as suspeitas quanto aos riscos oferecidos pelas atividades de incineração realizadas nos fornos de produção de cimento. Esse impasse e a não comprovação cabal dos efeitos da poluição parecem ter sido os principais argumentos que a empresa usou contra a ONG, para deslegitimá-la. A dúvida, os questionamentos e as incertezas da ONG viraram, para a Holcim, elementos de formulação de discursos que buscavam mostrar para a população que “acusações sem prova” não têm credibilidade. Além disso, segundo a fábrica, suas atividades estão de acordo com as normas ambientais<sup>246</sup>.

---

<sup>241</sup> ODESC. Op. Cit. p.25.

<sup>242</sup> *Idem*. No relatório não menciona quais foram às repercussões.

<sup>243</sup> No relatório da ODESC, consta ainda que a então coordenadora da ONG recebeu proposta de propina para que deixasse de se opor às atividades de incineração. Além disso, a coordenadora teria sofrido várias ameaças, inclusive de morte, caso ela não parasse de questionar as atividades de incineração. ODESC. Op. Cit. p.26. A ONG, contava com 35 membros quando foi fundada, em 2003, tinha somente onze, em 2005. Depois, mesmo estando enfraquecida, a ODESC continuou com as suas atividades de alerta sobre os perigos da incineração, realizando seminários sobre incineração, panfletagens etc. Atualmente, a ONG se encontra sem ações mais efetivas, mas, por meio da internet, continua fazendo campanha contra a incineração. Disponível em: <<http://noalaincineracion.org/campanas-locales/>> Acesso em: 25 mar.2014.

<sup>244</sup> O relatório não menciona detalhes sobre a resposta da ODESC à Holcim.

<sup>245</sup> ODESC. Op. Cit. p.26.

<sup>246</sup> *Idem*. p.12.

Nesse contexto de disputa, a Holcim acentua a realização de atividades ligadas a diversos “projetos sociais<sup>247</sup>” na cidade, como forma de melhorar sua imagem junto à opinião pública. Um desses projetos<sup>248</sup> é a “conscientização” de crianças do ensino básico sobre o que é incineração. Essas crianças são convidadas a irem à fábrica e ver como é o processo de incineração<sup>249</sup>.

Mesmo com suas ações enfraquecidas, a ODESC continuou reagindo. No dia 11 de fevereiro de 2006, a ONG promove o I Seminário sobre a Incineração de Resíduos Perigosos de Minas Gerais, em que houve a presença de centenas de pessoas da região e de diversas entidades representativas, como especialistas em incineração e um médico da Holcim, dentre outros<sup>250</sup>. Desse evento resultou a elaboração de outro documento, a “Carta de Barroso” assinada por diversas organizações do Brasil e de outros países, que tinha como objetivo manifestar contra a falta de controle da incineração no Brasil<sup>251</sup>.

A seguir, nos reportaremos a um grave incidente que aconteceu em Barroso, envolvendo as atividades da cimenteira. Este incidente indica que a desconfiança dos moradores em relação aos efeitos da incineração realizada pela empresa parece ter fundamento.

### **3.3 - Descarregamento de produto tóxico em rua vira protesto e inquérito do MPMG, em 2006**

No dia 7 de abril de 2006 acontece um grave acidente ambiental no bairro do Rosário, ocasionado pelo despejo de produto tóxico na rua Tiradentes. Esse

---

<sup>247</sup> Um dos projetos criados pela Holcim é a Associação Ortópolis Barroso (AOB). A palavra “ortópolis”, do grego, significa “cidade correta”. As propostas desse projeto visam ao “desenvolvimento sustentável” nas áreas social, econômica e ambiental. Essa Associação, juntamente com o Instituto Holcim, tem o objetivo de atingir todos os setores da comunidade com diversos projetos sociais, tais como Empreender em Família, Empregabilidade, Papa Luxo (catadores de material reciclável), Rumo Certo (para comerciantes), Vaca Gorda (para pecuarista de leite), Iluminecer (Grupo de Igualdade Racial), projetos de conscientização ambiental nas escolas etc. Disponível em: <[http://www.institutoholcim.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13:ortopolisbarroso-mg&catid=1:desenvolvimento-local&Itemid=2](http://www.institutoholcim.org/index.php?option=com_content&view=article&id=13:ortopolisbarroso-mg&catid=1:desenvolvimento-local&Itemid=2)> Acesso em: 23 mai.2013.

<sup>248</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre os alcances e limites do projeto comunitário desenvolvido pela Holcim de Barroso, veja: ARAÚJO, Eliane Rocha (2006). *Responsabilidade social empresarial, comunidade e cidadania participativa: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>249</sup> ODESC. Op. Cit. p.28.

<sup>250</sup> *Idem*.

<sup>251</sup> *Idem*.

acontecimento obteve enorme repercussão na imprensa regional e local, provocando protestos de moradores, e se tornou objeto de Inquérito Civil Público instaurado pelo MPMG, na comarca de Barroso.

Em resumo, de acordo com informações levantadas no Inquérito Civil Público<sup>252</sup>, a ordem dos acontecimentos sobre o incidente ocorre da seguinte forma; no dia 7 de abril de 2006, a Polícia Militar lavrou um Boletim de Ocorrência em virtude da denúncia de moradores que alegaram que um caminhão-tanque que presta serviços à Holcim havia descarregado restos de um produto líquido (possivelmente gasolina adulterada), misturados à água utilizada na lavagem do caminhão, diretamente na rede de captação de águas pluviais, provocando mau cheiro que ocasionou vômitos e dores de cabeça nos moradores do local. Para amenizar a situação, alguns moradores tiveram que jogar sacos de areia nos bueiros para conter o mau cheiro. Logo em seguida, a perícia ambiental de Barbacena compareceu no local e esclareceu que a empresa tinha toda a documentação exigida pelos órgãos ambientais competentes. No dia seguinte, a Polícia Militar lavra outro Boletim de Ocorrência, a partir de denúncia de um morador que disse que a empresa estava efetuando lançamento de efluentes gasosos, causando sérios incômodos à saúde, principalmente à noite e ao amanhecer. Relatou ainda o denunciante que os seus animais não podiam beber água do córrego que corta sua propriedade, constantemente contaminado pela empresa<sup>253</sup>.

Posteriormente, a FEAM enviou relatório ao MPMG, no dia 8 de maio de 2006. Em linhas gerais, as constatações do órgão ambiental relatam quase tudo em benefício da empresa e ainda procuram deslegitimar as reclamações feitas pelos moradores. Em um dos tópicos do relatório, anexado aos autos do inquérito, a FEAM relata que:

(...) O técnico se dirigiu ao local da ocorrência, encontrando a rua TOMADA PELOS MORADORES que estavam realizando MANIFESTAÇÃO PÚBLICA contra a empresa Holcim, acusando-a de provocar continuamente poluição atmosférica que estaria afetando a saúde dos moradores. Pela percepção do técnico do NEA [Núcleo de Estudos Ambientais], o derramamento acontecido serviu como pretexto aos moradores para adquirirem visibilidade em seus problemas de relacionamento com a empresa Holcim. (Trechos em maiúsculo originais da fonte)<sup>254</sup>.

---

<sup>252</sup> Inquérito Civil N° 01/2007, examinado na comarca do MPMG de Barroso, no dia 1º de julho de 2008.

<sup>253</sup> *Idem*.

<sup>254</sup> *Idem*.

Além disso, a FEAM alegou que não pôde realizar a identificação do produto despejado, por não ter sido recolhido a tempo, e que não havia nenhuma testemunha do fato. Relatou ainda que a Holcim colocou à sua disposição, de forma cordial, tudo o que foi necessário para a investigação.

Após as denúncias, o MPMG instaura um Inquérito Civil Público<sup>255</sup> para apurar o incidente da empresa. No dia 18 de outubro de 2006, o MPMG discute um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a empresa, na tentativa de fazer a cimenteira reparar os danos ambientais causados. No dia 30 de novembro de 2006, um mecânico que havia realizado reparos e a lavagem do caminhão responsável pelo despejo do produto tóxico prestou depoimento ao MPMG, confirmando que o veículo havia sido utilizado para descarregar 27 toneladas de combustível nas dependências da Holcim.

Externamente ao incidente na rua, estabelece-se um debate no jornal local *Barroso em Dia*, que cobriu o episódio do derramamento. No jornal, a ODESC aparece questionando a conduta da empresa sobre a queima de resíduos utilizados em seus fornos, e levanta novamente perguntas sobre se os gases emitidos pela Holcim estariam causando malefícios à saúde da população, e sobre onde tais resíduos estariam sendo despejados. Além da ODESC, entra em cena, no episódio do derramamento de resíduos tóxicos no bairro Rosário, o deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) e médico pneumologista Edson Resende, que, segundo o jornal, também é um defensor de causas encampadas pela ODESC. Nas palavras do próprio deputado, transcritas no jornal:

O emprego é de grande importância para a comunidade, mas a saúde dos barrosenses também deve ser questionada, pois Barroso não pode se transformar em Itabira, Nova Lima e Cubatão<sup>256</sup>, cidades que foram totalmente afetadas por grandes empresas<sup>257</sup>.

---

<sup>255</sup> *Idem*.

<sup>256</sup> A cidade de Cubatão possui um grande parque industrial que abriga, entre outras empresas, grandes refinarias de Petróleo que emitem muitos resíduos atmosféricos provenientes da queima de produtos tóxicos. O município foi considerado a cidade mais poluída do mundo, principalmente na década de 1980, período em que morreram muitas pessoas por contaminação e milhares de crianças nasceram sem cérebro por causa da poluição atmosférica. Cf. ASSIS, Wendell Ficher. Op. Cit. p.168.

<sup>257</sup> *Barroso em Dia*, abril 2006, nº 1. Matéria: “Tudo sobre o caso Holcim: o que a fábrica, os moradores e a ODESC tem a dizer sobre os fatos acontecidos em Barroso”; Bruno Ferreira Eduardo Pinto. Esse jornal foi criado em abril de 2006. É mantido por patrocinadores do comércio local, incluindo a prefeitura e a fábrica de cimento. Importante ressaltar que, apesar de ter veiculado informações críticas sobre o incidente da fábrica, o jornal não assume papel depositor a fábrica.



Já a posição da Holcim, expressa por meio de sua Assessoria de Imprensa, era a de que a reclamação dos moradores não procedia. Nas palavras da assessora de imprensa da empresa, transcritas no jornal:

A acusação dos moradores não procede, pois a empresa tem total aprovação e o monitoramento das autoridades<sup>258</sup> ambientais e de saúde. A empresa é pioneira na obtenção da ISO 14000, certificação de qualidade ambiental e de reconhecimento mundial<sup>259</sup>.

Ainda no jornal *Barroso em Dia*<sup>260</sup>, a empresa se defende argumentando que o incidente do derramamento de resíduo tóxico no bairro do Rosário não foi provocado por nenhuma irregularidade nos processos industriais. Além disso, a Holcim disse que os resíduos incinerados pela empresa não ofereciam risco a saúde de seus trabalhadores e muito menos para os moradores. A assessoria comentou ainda que a empresa seguia padrões de qualidade e segurança ambiental determinados por sua matriz, localizada na Suíça.

Ainda na mesma matéria, na seção intitulada “FEAM não responde”, o jornal<sup>261</sup> comentou que a FEAM não tinha respondido às perguntas sobre o incidente, mas apenas enviado um fax com relatório descrevendo o que tinha acontecido no bairro do Rosário, sem mencionar qualquer possibilidade de irregularidade da empresa. Segundo o jornal, não foram respondidas algumas perguntas, como, por exemplo:

(...) Quem acionou a FEAM no dia do ocorrido, o material recolhido pelos moradores do bairro do Rosário não foi avaliado ou não foi colhido de forma adequada e a queima do produto C9 (gasolina adulterada) pode trazer malefícios à comunidade<sup>262</sup>.

---

Verificamos todas as suas edições posteriores e constatamos a publicação periódica de diversas matérias pagas pela fábrica para divulgar seu *marketing* ambiental, a realização de reuniões etc.

<sup>258</sup> Perceba que a defesa da fábrica dizendo que a declaração dos moradores quanto à poluição da fábrica não procede, demonstra que somente a visão técnico-científica dos órgãos ambientais tem a capacidade de determinar o que é absolutamente “certo ou errado” em relação às constatações dos moradores atingidos pela poluição, ou seja, a visão não científica de quem vive concretamente o problema da poluição parece ser visto como “opinião sem validade”.

<sup>259</sup> *Barroso em Dia*, abril 2006, nº 1. Matéria: “Tudo sobre o caso Holcim: o que a fábrica, os moradores e a ODESC tem a dizer sobre os fatos acontecidos em Barroso”; Bruno Ferreira Eduardo Pinto.

<sup>260</sup> *Idem*.

<sup>261</sup> *Idem*.

<sup>262</sup> *Idem*.

O jornal *Barroso em Dia*<sup>263</sup> disse, ainda, que a FEAM não tinha respondido às perguntas, mas que as respostas estariam sendo providenciadas pelo órgão ambiental. Contudo, não encontramos, nas edições posteriores do jornal, a publicação de tais providências.

### 3.3.1 O papel da igreja católica local no conflito

Por causa do incidente do derramamento do produto tóxico no bairro do Rosário, ocorre, no dia 10 de abril, uma manifestação, convocada pela igreja local, por meio do padre Fábio José Damasceno, (natural da cidade de São João del-Rei e que exerce o seu sacerdócio na paróquia de Sant'Ana da cidade de Barroso desde a sua ordenação sacerdotal em 1988<sup>264</sup>), na qual moradores usavam máscaras para protestar contra o mau cheiro. Tal manifestação foi notícia no jornal *Estado de Minas*<sup>265</sup>, como se vê na Figura 3, a seguir.

Figura 4. Jornal divulgando o protesto dos moradores de Barroso



Fonte: *Estado de Minas*, 8 de abril de 2006.

<sup>263</sup> *Idem.*

<sup>264</sup> Disponível

<<http://www.search.smartshopping.com/websearch1.php?keywords=Entrevista+com+o+padre+f%C3%A1bio+jos%C3%A9+damasceno+barroso>> Acesso em: 23 abr.2013

<sup>265</sup> Jornal *Estado de Minas*, 8 de abril 2006. Matéria: "Ato contra a poluição"; Ricardo Beghini.

em:

Um ano após o ato contra poluição divulgado pelo jornal *Estado de Minas*, o jornal *Barroso em Dia*<sup>266</sup> publica, em abril de 2007, uma entrevista concedida pelo padre Fábio José Damasceno abordando mais uma vez o problema da poluição em Barroso. Na entrevista, o padre foi perguntado sobre as duras críticas que havia feito à empresa em sermão proferido na Sexta-feira da Paixão, no qual teria dito que a fábrica estaria prejudicando a saúde dos moradores e apenas visando ao lucro. Num dos trechos da entrevista, o padre justifica suas críticas dizendo que as fez:

Primeiro porque eu tenho nariz e eu consigo sentir um cheiro no ar que é extremamente prejudicial. Eu quando falo, (...) me coloco no lugar dos outros. (...) Porque e para que, justamente para que o povo de Barroso não se acomode diante de uma opressão tão grande de uma multinacional que pisa na cabeça das pessoas e tira toda nossa riqueza e só devolve poluição (...) <sup>267</sup>.

Ainda sobre o problema da poluição, o padre expressa preocupação quanto ao elevado índice de câncer em Barroso, que possivelmente estaria vinculado à poluição que a fábrica há anos produzia. Ele questiona, no decorrer da sua entrevista que:

(...) Os médicos, especialmente oncologistas, eles têm uma preocupação imensa com Barroso e questionam porque Barroso tem tantos casos de câncer, porque o câncer é tão presente na história do povo de Barroso, porque tanta gente morre de câncer e inclusive diferentemente de toda região e todas as cidades vizinhas, nenhuma cidade tem uma incidência tão grande de casos de câncer como Barroso. Será coincidência ou será por causa da poluição? (...) eu não sei ver o povo padecendo (...) <sup>268</sup>.

---

<sup>266</sup> *Barroso em Dia*, abril 2007, n° 13. Matéria: “Não sei ver o povo padecendo”.

<sup>267</sup> *Idem*.

<sup>268</sup> *Idem*.

Figura 5. Jornal divulgando a entrevista do padre sobre a fábrica



Além dessa questão sobre a saúde dos moradores, o padre questiona a omissão das autoridades municipais:

(...) Parece que há um interesse político de agradar, de fazer uma política de meio de campo, para ficar bem com todo mundo e na verdade não tomar críticas duras e sérias para não se comprometer, para ficar bem, para continuar tranquilo com a fábrica, como se tivesse medo. (...) há um prejuízo efetivo, o povo tá sofrendo a doença, é gritante, há um incômodo até para a gente dormir à noite. (...) que este cheiro é insuportável, que ele chega a tirar o nosso sono na madrugada, invadindo nossas casas (...)<sup>269</sup>.

Na última pergunta da entrevista, o padre foi indagado se já tinha participado de reuniões que a fábrica de cimento realizou a respeito da poluição. O padre respondeu que já tinha sido convidado várias vezes, mas disse que:

(...) Não participo, não vou por que acho que é demagogia, não vai resolver nada. Eu acho que esta poluição e este mal estar é muitas vezes camuflado com discursos e com iniciativas que parecem cuidar realmente da saúde do povo, mas que é apenas um “mascaramento” muito grande. Acho que por trás existe coisa grave, séria, onde se visa o lucro. É uma multinacional poderosíssima, ela tem gente forte à frente dela, mas a coisa é muito séria e muito grave. Não participo por protesto, porque eu acho

<sup>269</sup> *Idem.*

que não vão adiantar muito, eles não vão me convencer, e apesar de apresentarem relatórios e aprovações da FEAM, do IBAMA e etc. (...) <sup>270</sup>.

O padre ainda segue reafirmando de forma crítica que as atitudes da fábrica não são muito transparentes e que, enquanto “a coisa for camuflada”, não participaria das reuniões da empresa. Nas palavras dele:

(...) O dia que nós percebermos que a situação mudou, eu vou ser o primeiro a reconhecer e aplaudir a atitude da própria fábrica, (...) mas enquanto perceber que a coisa é camuflada, realmente eu não tenho muito interesse em participar, por que no fundo a gente vai se cansando de determinadas reuniões, determinadas falas e uma construção ideológica de um caminho que não resolve muito (...) <sup>271</sup>.

Note-se que nos quatro primeiros trechos do discurso do padre há uma contraposição à visão técnica ambiental da empresa, dizendo que mesmo que as emissões atmosféricas estejam de acordo com os padrões técnicos e científicos (da FEAM e do IBAMA, por exemplo), ele sente que a sua saúde e a de outras pessoas são prejudicadas e o expressa ao dizer que “consigo sentir um cheiro no ar que é extremamente prejudicial que chega a tirar nosso sono na madrugada, invadindo nossas casas”. Além disso, o Padre observa que na cidade há uma grande incidência de casos câncer sob forte desconfiança de que a causa de tal doença esteja relacionada à poluição, e que as iniciativas da fábrica quanto ao problema consistem em evitar seu desvelamento, por meio de discursos que “mascaram a realidade”. Essa tomada de posição do padre frente ao discurso de autoridade da empresa e dos órgãos públicos parece se dever ao fato de o pároco dispor de um grande capital simbólico <sup>272</sup> e social que exerce na cidade, já que, por ser um líder religioso, se faz ser ouvido por boa parte da população, o que obviamente incomoda a fábrica, a ponto de a empresa sempre convidá-lo para participar de suas reuniões internas constantemente, mesmo o padre criticando e convidando a população para protestar contra a poluição. Outro fator que possivelmente isenta o padre de possíveis retaliações ou chantagens econômicas é o fato de não depender economicamente da fábrica.

---

<sup>270</sup> *Idem.*

<sup>271</sup> *Idem.*

<sup>272</sup> Faço alusão ao “capital simbólico”, no sentido que o termo recebe de Pierre Bourdieu. De acordo com o autor, de forma sintética, o capital simbólico é um poder (ou um tipo de autoridade) que é creditado ao sujeito por meio de determinadas representações sociais (reputação, fama, prestígio etc.), de forma a ser percebido e reconhecido no espaço social. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. ed. Lisboa: Difel: 1989. p.134 e 135.

Passados alguns anos, em abril de 2011, o jornal *Barroso em Dia*<sup>273</sup> publica outra matéria crítica sobre a queima de resíduos tóxicos pela fábrica de cimento. Motivada novamente por mais uma declaração do padre, feita em uma missa dominical, a matéria mobilizou Câmara de Vereadores para questionar a empresa. A matéria diz que o padre, empenhado na campanha pela fraternidade e a vida no planeta, sob o lema “A criação geme em dores de parto”, teria dito, mais uma vez, que a poluição resultante da queima de produtos tóxicos pela Holcim é a responsável direta pelos casos de câncer na cidade, fato que causou grande repercussão na cidade. Na matéria<sup>274</sup>, consta que o padre pediu o empenho da Câmara de Vereadores quanto à questão, e pediu também aos fiéis que se manifestassem na Câmara de Vereadores para pressionar os edis a tomarem uma decisão. Ainda de acordo com o jornal, no dia seguinte, por causa da repercussão que a fala do padre causou na cidade, o vereador Antônio Maria Claret, presidente do hospital Instituto Nossa Senhora do Carmo, apresentou dados para contrapor à declaração do padre<sup>275</sup>. Segundo os dados do vereador, o percentual de pessoas com câncer nos últimos dez anos estava dentro de um limite normal, comparável, inclusive, com cidades maiores, como Barbacena ou Carandaí, que possui praticamente o mesmo número de habitantes e também abriga uma cimenteira<sup>276</sup>. Ainda de acordo com a matéria, os vereadores e os funcionários da Câmara visitaram a Holcim para discutirem o questionamento do padre, e a empresa iria agendar uma visita do padre à fábrica para esclarecer as dúvidas quanto ao co-processamento (queima de produtos tóxicos). O jornal<sup>277</sup> mencionou que iria publicar uma matéria especial, ouvindo o pároco, depois que a visita acontecesse, mas tal reportagem parece não ter sido realizada, pois, conforme as declarações do padre, na entrevista concedida ao jornal supracitado (de abril de 2007), ele não

---

<sup>273</sup> Barroso em Dia, abril 2011, n° 46. Matéria: “Vereadores vão à fábrica em busca de respostas”.

<sup>274</sup> *Idem*.

<sup>275</sup> *Idem*.

<sup>276</sup> A comparação sugerida pelos dados apresentados pelo vereador e mencionados pelo jornal não parecem procedentes. Mesmo que, segundo dados do Censo de 2010 do IBGE, o município de Carandaí possua 23.341 habitantes, número semelhante ao de Barroso, a fábrica Cimento Tupi, desde 2009, também co-processa resíduos industriais está localizada no distrito carandaiense de Pedra do Sino, situado a cinco quilômetros da área urbana de Carandaí. Além disso, fábrica Cimento Tupi, apesar de estar localizada próximo ao distrito, não está instalada bem ao lado das habitações, como acontece em Barroso. Importante lembrar que, conforme mostramos no capítulo I, esse vereador foi um dos atores da Câmara de Vereadores que, no dia 16 de agosto de 1980, entregou pessoalmente ao governador do estado, Francelino Pereira, um Manifesto Popular contra a poluição da fábrica.

<sup>277</sup> *Barroso em Dia. Op. Cit.*

aceitaria a se reunir com a empresa, e não encontramos a matéria em nenhuma das publicações posteriores do jornal.

### **3.4 – Ministério Público Estadual, a última esperança dos atingidos pela incineração**

Como vimos acima, os moradores (principalmente os do bairro do Rosário) e a igreja católica local foram atores fundamentais na elaboração de críticas contra a incineração de resíduos industriais pela fábrica, influenciados, é claro, pela atuação da ODESC, principalmente a partir de 2004, quando ela denunciou o perigo da incineração a partir de estudos levantados. Depois de esses atores terem promovido uma série de ações, como protestos na rua, articulações com entidades ambientalistas, denúncias por meio de panfletos e por meio da imprensa local e de cidades vizinhas etc., constata-se que a multinacional Holcim teve a sua reputação “manchada” pelos atores que questionaram a incineração. Como vimos acima, a ODESC sofreu reações enérgicas da empresa e hoje se encontra sem ações mais efetivas. Mediante as dificuldades, ameaças e sem apoio do poder público, a ODESC, segundo seu relatório, viu como última saída demandar providências do Ministério Público<sup>278</sup>. Além de ter denunciado a empresa ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a ODESC, no dia 13 de abril de 2004, encaminhou um pedido de tomada de providências ao Ministério Público da Federal (MPF), com base no princípio de precaução e em resultados de pesquisas, apresentando uma série de posicionamentos<sup>279</sup>. No pedido, o ONG argumenta que:

A fábrica de cimento Holcim S.A queima diversos tipos de resíduos perigosos no seu forno de clínquer. Isto era até abril de 2004 um fato desconhecido pela comunidade barrosense. Oficialmente a empresa iniciou a co-incineração de RPs [resíduos perigosos] em 2002, não-oficialmente em 1995; Diversos procedimentos do licenciamento foram olvidados, p.ex.: não houve participação pública, não houve um

---

<sup>278</sup> ODESC. *Op. Cit.* p. 25.

<sup>279</sup> Alguns dos posicionamentos são: “Contra a incineração em fornos de cimento em geral, e em particular, contra a Multinacional HOLCIM S.A por incinerar diversos RPs [resíduos perigosos] em áreas densamente populosas, tais como em Barroso, Pedro Leopoldo e Cantagalo; Devido ao perigo de contaminação por dioxinas, furanos e metais pesados [...]; Devido à exposição contínua de milhões de pessoas a tóxicos químicos; Contra a formação de Cartel; Devido ao fato de que a atividade principal da empresa é incinerar RPs; Fraude e violação de regras de direito ambiental, administrativo e comercial; Fraude no licenciamento ambiental permitindo a incineração de mais de 150 tipos diferentes de RPs só para a HOLCIM S.A.; Violação de direitos humanos; Devido à parceria entre multinacionais que prejudicam a soberania do Estado brasileiro”. ODESC. *Op. Cit.* p. 29.

debate aberto sobre o assunto, permissão incondicional do prefeito sem participação do poder legislativo, etc.; Sonegação de impostos relacionados à co-incineração de RPs; Diversos casos de câncer de mama e alergias no bairro em torno da fábrica; A atividade principal da empresa é queimar lixo e não fabricar cimento; Há transporte ilegal de RPs para Barroso; Há RPs aterrados ilegalmente em Barroso; Grandes multinacionais conseguem em «no time» licenciamento para mandar incinerar seus RPs em Barroso; Diversos procedimentos de proteção ao trabalhador na planta fabril são olvidados; O médico do trabalho nunca diagnostica casos de acidentes relacionados ao manuseio, transporte e incineração de RPs. Oficialmente não acontece nenhum acidente de trabalho correlacionado; A elite barrosense apoia totalmente a incineração em Barroso, diversas pessoas têm pequenas empresas terceirizadas dentro da fábrica; Aumento de doenças que podem estar relacionadas à incineração, nos últimos 5 anos<sup>280</sup>.

A aplicabilidade do princípio de precaução foi acionada pela ONG, em virtude da exposição constante dos moradores aos perigos de contaminação produzidos pela fábrica. Apesar de todas as informações levantadas pela ODESC, e de ela ter participado ativamente na construção do processo no MPF em 2004, a ONG obteve resposta somente no dia 7 de fevereiro de 2012. De acordo com a ODESC, o MPF (que faz parte do Ministério Público da União), por meio de um documento enviado na data supracitada, anunciou que o Inquérito Civil<sup>281</sup> que questiona a incineração de Resíduos Perigosos (RPs), não é de âmbito federal e nem da União (já que a empresa foi processada no Ministério Público da União também), mas sim de competência do MPMG, já que é um problema local. Outra razão alegada pelo MPF para não dar prosseguimento ao processo seria a falta de fatos suficientes. Dentre as várias justificativas do órgão federal, o documento diz o seguinte:

(...) Trata-se de investigação que enfoca a causação de danos prevalentemente locais, no entorno imediato e mediato de planta industrial na cidade de Barroso, em face emprego de combustíveis tóxicos que liberariam na queima para a produção de cimento, dioxinas e furanos, substâncias cancerígenas e com relação às quais imperaria severa dúvida quanto aos impactos ambientais daí decorrentes, não passíveis segundo se alude, de serem contidos por meio do sistema de filtros e outros dispositivos empregados no processo de queima. Inobstante se reconheça a relevância dos argumentos trazidos e a gravidade dos fatos articulados, constata-se que não há qualquer notícia concreta da afetação de bens, interesses ou serviços da União de autarquias federais, empresas públicas federais, a partir dos fatos até agora apurados. (...) Por esse motivo [e outros], deixo de apreciar a manifestação de Valéria Nacif [coordenadora da ODESC]. (...) Em razão desses motivos, declino da atribuição para oficiar no presente feito em favor do membro do Ministério Público Estadual que atua no município de Barroso, ainda que o assunto tenha sido alvo de apreciação no âmbito daquele órgão (...)<sup>282</sup>.

---

<sup>280</sup> ODESC. Op. Cit. p. 29.

<sup>281</sup> Inquérito Civil Nº 1.22.000.000960/2004-99, MPF da Procuradoria da República no Município de São João del-Rei.

<sup>282</sup> *Idem*. Desse Inquérito obtivemos a parte do documento que informa as razões de seu declínio ou arquivamento.



Segundo ODESC, a argumentação do MPF de que o problema da incineração não é de âmbito federal não é convincente, pois o processo é constituído de uma série de documentos nacionais e internacionais sobre os riscos da queima de RPs<sup>283</sup>. Infelizmente não conseguimos ter acesso ao processo federal, que tem mais de 700 páginas. Sobre o MPMG, segundo a ODESC, já faz quase dez anos que o órgão não se pronuncia a respeito dos questionamentos a respeito da incineração da Holcim de Barroso<sup>284</sup>.

A demora na resposta, tanto por parte da esfera federal quando da estadual, se deve à morosidade do órgão, que constantemente muda seus promotores, procuradores e assessores<sup>285</sup>. Assim acontece também na comarca do MPMG localizada em Barroso, onde a troca de promotores é constante também, tornando difícil e lento o andar dos processos. Sobre isso, vale ressaltar que os questionamentos da ODESC junto ao MPMG, a respeito da legitimidade dos licenciamentos às atividades de co-incineração concedidos pela FEAM, configuram-se um problema de difícil solução, pois o Ministério Público age conforme o parecer dos órgãos ambientais, que têm autoridade científica e legal no assunto. A dependência total da ONG em relação à atuação de órgãos do Estado, como o Ministério Público, para um possível desfecho que elucide os riscos de contaminação advindos da operação da empresa Holcim esbarra também na limitada capacidade do Ministério Público em conseguir averiguar se o que os órgãos ambientais aprovam está correto ou não, tendo em vista a falta de estrutura ou inteligência para isso.

### **3.5 – Epílogo: a expansão da Holcim**

#### **3.5.1 – Uma recepção eufórica**

No ano de 2010, começa a ser anunciada a possibilidade de expansão da planta industrial e do volume da produção da Holcim - Unidade Barroso. Tal anúncio, pelo que se constata nos jornais locais, é apresentado com grande euforia e expectativa. Segundo matéria do jornal *Barroso em Dia*<sup>286</sup>, um Estudo de Viabilidade para a modernização e aumento de capacidade de produção da Holcim havia

<sup>283</sup> Disponível em: < <http://www.mncr.org.br/artigos/o-passado-vivo>>. Acesso em: 21 mar.2014.

<sup>284</sup> *Idem*.

<sup>285</sup> ODESC. Op. Cit. p. 26.

<sup>286</sup> *Barroso em Dia*, dezembro de 2010. Matéria: “Em jogo, nosso futuro...”; Eduardo Pinto.

entrado na sede da empresa na Suíça, em junho de 2010, para ser analisado. Durante a fase de estudos, as possibilidades de criação de empregos e de aumento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) despertaram muitas expectativas nos poderes públicos municipais e em moradores<sup>287</sup>. Na visão de alguns moradores citados pelo jornal<sup>288</sup>, a expansão representa uma chance, para os barrosenses que foram trabalhar em outras cidades, de voltar a trabalhar em sua cidade natal.

No dia 24 de agosto de 2011, a Holcim comunica oficialmente, durante evento realizado em Barroso, que o projeto de expansão da fábrica foi aprovado na Suíça. O evento teve a participação e apoio da prefeita local, Eika Oka, do Partido Progressista (PP). No evento, foi discutida a capacidade do município em atender às demandas de vagas nas escolas e na saúde, em virtude do grande número de trabalhadores que a cidade receberia<sup>289</sup>. A empresa revelou que faria um investimento de 1,4 bilhão de reais<sup>290</sup> para aumentar a capacidade de produção de 1,2 milhões para 3,6 milhões de toneladas de cimento por ano, com a geração de 2000 empregos, aproximadamente, e terá o maior moinho de cimento do mundo, segundo a empresa.

Tal notícia também repercutiu em alguns jornais de São João del-Rei. No jornal *Folha das Vertentes*<sup>291</sup>, é publicado o lançamento oficial do projeto de expansão. Na matéria, a prefeita de Barroso, em declaração ao jornal, comenta:

Foi uma torcida muito grande para a aprovação do projeto. Além do orgulho de esta cidade ter sido a escolhida, vai trazer mais crescimento para o município. Barroso só tem a ganhar, principalmente com o aumento do ICM e VAF [Valor Adicionado Fiscal]<sup>292</sup>.

---

<sup>287</sup> Nos últimos anos, a fábrica não estava empregando muita gente, ficando atrás da prefeitura e do setor de comércio, conforme publica o jornal *Folha das Vertentes* da primeira quinzena de setembro de 2011. Matéria: "Holcim investe mais de R\$ 1bi em Barroso".

<sup>288</sup> *Barroso em Dia*. Op. Cit.

<sup>289</sup> Sem a expansão, a fábrica gerava 198 empregos diretos e 285 indiretos, por meio de empresas terceirizadas, de acordo com dados divulgados pelo jornal local. Com a expansão, seriam gerados, até 2014, 285 empregos diretos e 800 indiretos, terceirizados. E, durante a expansão, a expectativa é de que sejam criados até 2000 empregos. A previsão de tempo para a conclusão das obras é de 2,5 anos. *Barroso em Dia*, setembro de 2011. Matéria: "Prefeita participou do evento da Holcim: investimento em Barroso será de mais de R\$ 1,45 bilhão".

<sup>290</sup> 18% das obras serão financiadas pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), 32% pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 26% de financiamento externo e o restante de 24% serão recursos próprios da Holcim. Disponível em: <<http://www.diariodocomercio.com.br/index.php?id=70&conteudoid=132960&edicaoid=1435>> Acesso em: jun.2013.

<sup>291</sup> *Folha das Vertentes*. Op. Cit.

<sup>292</sup> *Idem*.

Aprovada a ampliação da Holcim Unidade Barroso, o próximo passo seria aguardar a concessão da licença ambiental pelo COPAM, o que ocorreria no dia 23 de abril de 2012. Logicamente, as notícias divulgadas sobre o licenciamento da expansão já o davam como certo, mesmo antes de ser votado pelo COPAM e de ter passado pelas audiências públicas<sup>293</sup>. A aprovação da expansão da Holcim pelos órgãos ambientais e pelos moradores seria só uma questão de tempo<sup>294</sup>.

Desde 2005, um ano após a fábrica sofrer processos no âmbito do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal, ocasionados por denúncias apresentadas pela ODESC, e de ter sido também, por várias vezes, alvo de protestos por parte da população, a empresa criou o “Comitê com a Comunidade”, que é um tipo de encontro entre empresa e líderes da comunidade, que ocorre três ou quatro vezes por ano<sup>295</sup>. Esse evento teria o objetivo de tirar dúvidas, apresentar projetos e fazer prestações de contas à população. Com a expansão aprovada pela Holcim, esse canal de comunicação com representantes da população seria um dos principais meios de diálogo, principalmente no que tange à queima de resíduos. Com ares de uma empresa democrática e transparente, pelo menos assim aparece na maioria dos jornais pesquisados, a fábrica parece promover sua expansão sem enfrentar muitos questionamentos ou conflitos quanto ao problema da poluição, com exceção daqueles apresentados pelo cidadão barrosense Attila da Silva, que nos deu um depoimento de sua participação na audiência pública dedicada à discussão do Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) da expansão da Holcim, como parte dos procedimentos relativos ao processo de licenciamento junto aos órgãos ambientais do estado de Minas Gerais. De acordo com o depoimento de Attila, dentre outras várias questões, o RIMA não especifica os resíduos que serão processados na empresa, já que a empresa vai triplicar sua produção. Nas palavras dele:

---

<sup>293</sup> A realização de Audiência Pública é uma imposição de Deliberação Normativa do COPAM publicada em 3 dezembro de 1994. Tem a função de expor à comunidade as informações sobre atividades que possivelmente possam gerar impactos ambientais. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=109>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

<sup>294</sup> O licenciamento ambiental é uma etapa obrigatória em que empresas poluidoras ou possivelmente poluidoras têm que passar pela aprovação do estado, de acordo com exigências legais. Para uma leitura crítica sobre o licenciamento ambiental, ver: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PAIVA, A.(2005), “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”, in Andréa Zhouri, Klemens Laschefskie Doralice Pereira (orgs.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*, Belo Horizonte, Autêntica.

<sup>295</sup> *Barroso em Dia*, agosto de 2011. Matéria: “Holcim promove 23º Comitê com a Comunidade”.

(...) O Rima não prevê realização de estudo epidemiológico na população exposta à ampliação, quando a fábrica quase triplicar seu potencial de produção, e isso é estranho, muito estranho. Não há nenhuma menção a que espécie de resíduo será processado, nem mesmo nenhuma condição específica a se evitar queima de resíduos provenientes de origens potencialmente daninhos, como, por exemplo, o aterro Mantovani (pior aterro de lixo químico perigoso da América Latina, que teve parte destruído aqui em Barroso, segundo a revista Químicos e Derivados) (...)<sup>296</sup>.

Em janeiro de 2011, a coordenadora da ODESC envia uma carta à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público Estadual alertando-os sobre os possíveis riscos ambientais que haverá com a ampliação da fábrica. Não obteve nenhuma resposta dos órgãos públicos, segundo a ODESC<sup>297</sup>.

Contudo, como já vimos, nos vários jornais pesquisados o que se percebe sobre a expansão da Holcim é uma forte exaltação de progresso e esperança, tendo em vista o grande peso econômico que a cimenteira representa para a cidade, onde boa parte da vida cultural, política e social gira em torno da fábrica, o que a ajuda a conquistar a opinião pública a seu favor, mesmo com os riscos da queima de resíduos. Podemos ilustrar esse argumento com as palavras de um Tenente da Polícia Militar de Minas Gerais, transcritas no jornal *Barroso em Dia*, que divulgou matéria sobre a reunião da Holcim com a comunidade: “Entendo que são momentos importantes para mudar impressões equivocadas (...) além de esclarecer dúvidas em relação aos impactos e benefícios da Expansão para o município<sup>298</sup>”. Noutra edição do mesmo jornal, publicada no mês de abril de 2012, o ex-trabalhador aposentado da fábrica, Paulo Terra, comenta que:

No passado não tínhamos essa abertura. Não havia uma comunicação com a cidade. Hoje eu percebo uma mudança. As ações são mais abrangentes, mais racionais. No início das reuniões eu não acreditava que essa proposta de encontro iria adiante, mas me surpreendi. Eu participo há dois anos e esta é a 26ª reunião. E elas são muito participativas<sup>299</sup>.

Além do programa “Comitê com a comunidade”, a Holcim também tem o “Programa Portas Abertas”, que é um programa de interação com a comunidade,

<sup>296</sup> Entrevista (online) com Attila Silva. São João del-Rei, 17 de março, 2014. O entrevistado é membro da ODESC. Segundo o entrevistado, na audiência pública em que participou, fez seus questionamentos como cidadão e não como representante da ODESC.

<sup>297</sup> Disponível em: < <http://www.mncr.org.br/artigos/o-passado-vivo>>. Acesso em: 26 mar.2014.

<sup>298</sup> *Barroso em Dia*, dezembro de 2012. Matéria: “Holcim realiza última reunião com a comunidade em 2012”.

<sup>299</sup> *Barroso em Dia*, abril de 2012. Matéria: “Holcim e lideranças de Barroso se encontram”.

que é convidada para conhecer os processos de fabricação de cimento, o andamento do projeto de expansão e outras ações da empresa.

Voltando à questão do licenciamento ambiental, o jornal *Barroso em Dia*<sup>300</sup> noticia, em maio de 2012, a liberação das licenças prévia e de ampliação junto ao COPAM. No jornal consta que a liberação das licenças de grandes empreendimentos, geralmente, demora de um a dois anos, mas a Holcim conseguiu sua licença em apenas dez meses, considerando-a, portanto, privilegiada no processo burocrático dos órgãos ambientais.

### **3.5.2 – A discussão do licenciamento ambiental da Holcim no COPAM**

De acordo com a ata do COPAM do dia 23 de abril de 2012<sup>301</sup>, o deferimento da licença ambiental para as obras de ampliação da Holcim teve votação favorável de praticamente todos os conselheiros presentes. Dos 12 conselheiros, apenas um se absteve. A votação se refere ao exame de dois pedidos de licença ambiental apresentados pela Holcim. Um diz a respeito às obras de ampliação e o segundo se refere à Licença de Operação de Correias Transportadoras. Apenas três conselheiros se manifestaram sobre as licenças. Houve intervenção de dois representantes da Holcim e do Diretor Técnico das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental (SUPRAM) da Zona da Mata Mineira<sup>302</sup>, presentes à reunião. A seguir, apresentamos a discussão protagonizada por dois conselheiros do COPAM e representantes da Holcim.

A primeira conselheira a se pronunciar foi uma promotora, representante da Procuradoria Geral de Justiça. Em síntese, ela votou pela abstenção porque havia recebido uma denúncia de dano ambiental provocado por um problema de instalação de uma pilha de estéril<sup>303</sup> (material tóxico não aproveitável) pela Holcim. Segundo a conselheira, a denúncia havia sido ajuizada. Outro problema, ainda de

---

<sup>300</sup> *Barroso em Dia*, maio de 2012. Matéria: “Só falta começar”.

<sup>301</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ZONA DA MATA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, 85, 2012, Ubá. Ata... Ubá: 2012.

<sup>302</sup> O sistema estadual de meio ambiente de Minas Gerais é regionalizado. Cada região administrativa está sob responsabilidade de uma SUPRAM, cuja função é supervisionar, orientar, planejar, gerenciar e executar as políticas de recursos hídricos e de proteção ambiental definida pela SEMAD. A sede da SUPRAM/Zona da Mata está localizada na cidade de Ubá e possui jurisdição sobre 156 cidades, divididas em seis núcleos regionais. <<http://www.semاد.mg.gov.br/suprams-regionais/supram-zona-da-mata>>. Disponível em: Acesso em: 16 set.2013.

<sup>303</sup> As pilhas de estéril causam drenagem ácida e geram ácido sulfúrico. O chorume formado por essas pilhas pode ter acidez que pode destruir e contaminar cursos d'água. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/terra-em-transe/sobre-mineracao-e-sustentabilidade>> Acesso em: 20 jun.2013.

acordo com a promotora, foi à constatação de que a pilha de estéril também não era objeto do Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) do empreendimento apresentado pela Holcim, e o EIA/RIMA é um processo de avaliação em que devem ser levantados todos os possíveis impactos ambientais. Além disso, de acordo com um parecer da SUPRAM, que a promotora tinha em mãos, a empresa foi alvo de um auto de infração por outros danos causados por intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) sem autorização. Outra questão colocada pela promotora diz a respeito à condenação da Holcim num processo movido por um morador de Barroso (membro da ODESC) que sofreu desvalorização patrimonial por causa das obras da empresa<sup>304</sup>. Da perspectiva da promotora, aprovar as licenças ambientais solicitadas pela Holcim, seria necessário esclarecer esses aspectos, pois a ampliação da planta industrial iria, logicamente, levar ao aumento da pilha de estéril, ou seja, ao aumento do dano ambiental, em tese. Ao final de sua primeira explanação, a promotora disse que, diante dessas questões, ficara em dúvida e, portanto, decidiu-se pela abstenção e ressaltou que não queria influenciar a votação dos conselheiros com os fatos apresentados, porque tais problemas não eram objeto de licenciamento naquele momento.

Logo após a apresentação da promotora, uma representante da Holcim se defendeu dos fatos apresentados pela conselheira. Em resumo, ela comentou que houve, sim, um escorregamento da pilha de estéril em 2004, mas que a pilha já estava recuperada desde 2005. Sobre o auto de infração relacionado à intervenção em APP e a contaminação do solo e da água, apresentados num parecer único pela promotora, a representante da fábrica se defendeu dizendo que estava ciente dos autos e que a empresa estava tomando todas as providências para a correção dos problemas levantados.

---

<sup>304</sup> Nos últimos anos, a Holcim que atualmente possui uma área de 222 hectares, fez a compra de praticamente todos os terrenos que se localizam ao redor das áreas da empresa. Apenas uma família resistiu em vender seu terreno. Essa família ficou totalmente cercada pelas terras da fábrica. De acordo com o relato de um membro da família que pediu para não ter o nome identificado, a Holcim pressionou a sua família a vender o terreno recorrendo, às vezes, a ameaças. O córrego que passa pela sua propriedade foi praticamente todo entupido por obras de aterro realizadas pela Holcim. As atividades da empresa eram, às vezes, realizadas de madrugada para causar incômodo proposital, como forma de pressionar pela venda do terreno. Tal questão virou ação judicial. Entrevista com morador (membro da ODESC) de Barroso. Barroso, 19 de março, 2009.

Em seguida, um responsável pelo Departamento Jurídico da Holcim também comentou as ações judiciais mencionadas, dizendo, em linhas gerais, que nunca houve uma condenação sobre danos ambientais nos processos judiciais em questão. Argumentou ainda que a condenação que ocorreu deveu-se à desvalorização do imóvel de um cidadão barrosense que mora num sítio localizado entre as terras da Holcim, que havia ajuizado pedido de indenização patrimonial.

Depois, a promotora confirmou, em resumo, que não houve condenação por dano ambiental, mas houve, sim, realização de uma perícia ambiental que constatou o dano ambiental, que poderia ter gerado a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo Ministério Público de Barroso. Quanto ao processo por danos patrimonial movido pelo cidadão de Barroso, esclareceu que não houve mesmo condenação por danos ambientais, pois o motivo foi uma questão de depreciação de imóvel. Em seguida, o responsável pelo Departamento Jurídico da Holcim afirmou que atualmente não existe nenhum inquérito que diga respeito aos danos ambientais periciados comentados pela promotora.

Continuando a discussão, o conselheiro representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) se pronunciou a favor da concessão das licenças ambientais para a Holcim. Em síntese, uma das razões por ele apontadas é o fato de que a ampliação das obras de uma empresa é muito mais benéfica para o meio ambiente do que a construção de outra empresa, ou seja, o conselheiro comentou que já que a demanda interna pelo consumo de cimento é crescente, se não for a Holcim será outro empreendimento que se encarregará de suprir essa demanda. Sobre a licença ambiental para as correias transportadoras, o representante da SEDE também justificou que a construção das correias transportadoras se fará na área de um sistema de teleférico desativado, de propriedade da Holcim, evitando assim desapropriações, negociações de terreno e intervenção em áreas de reserva ambiental.

### **3.5.3 – O lançamento da pedra fundamental da expansão e criação do Conselho Especial da Expansão da Holcim**

No dia 24 de agosto de 2012, é lançada, em Barroso, a pedra fundamental da expansão da planta da Holcim, com a presença do governador<sup>305</sup> do Estado, Antônio Anastasia, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do deputado Rômulo Viegas, do PSDB, do presidente do Grupo Holcim, Otmar Hübscher, e autoridades locais, como a prefeita e vereadores. Conforme publicado nos jornais<sup>306</sup>, todas as autoridades políticas que fizeram discursos declararam total apoio ao empreendimento, ressaltando o aumento da produção de cimento em Minas, a geração de empregos e de ICMS para o município etc.

As notícias sobre a expansão repercutiram nos jornais<sup>307</sup> das cidades vizinhas como um grande feito de progresso para a região e para o estado. Algumas das razões que justificariam a ampliação do empreendimento, presentes em quase todos os jornais pesquisados, são o crescimento da demanda interna por cimento, advindo da realização das obras para Copa do Mundo de futebol de 2014 e de outros grandes eventos, além da localização estratégica para o escoamento de seus produtos, pois a fábrica é instalada às margens da rodovia MG 265, que faz a ligação entre as rodovias federais BR 040 e BR 381, que levam aos principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, que mais compram cimento da Holcim<sup>308</sup>.

Contudo, mesmo que as ampliações da fábrica tenham tido repercussões muito positivas e recebido apoio de todas as autoridades locais, a produção de cimento é, por si própria, uma atividade altamente poluidora. As obras de ampliação da fábrica de cimento, que tiveram início em agosto de 2012, obviamente estão aumentando os impactos ambientais, o que desperta nos atores públicos, até então totalmente favoráveis às obras, a necessidade de uma ação fiscalizadora. Não por acaso, em maio de 2013, a Câmara de Vereadores de Barroso aprovou, e a prefeita

---

<sup>305</sup> Anteriormente ao lançamento da pedra fundamental da expansão da fábrica, foi noticiado no jornal *Gazeta de São João del-Rei*, do dia 27 de agosto de 2011, o encontro, ocorrido na Cidade Administrativa do governo mineiro, em Belo Horizonte, entre o governador do estado, Anastasia, e o presidente da Holcim, Otmar Hübscher, que assinaram um protocolo de intenções de investimento nas obras da fábrica. Em 19 de outubro do mesmo ano, o governador vai à sede da Holcim em Zurique, capital da Suíça, e lá mesmo confirma o lançamento da pedra fundamental da expansão da Unidade Barroso. *Gazeta de São João del-Rei*, 27 de agosto de 2011. Matéria: “Holcim expande sede de Barroso e produção”.

<sup>306</sup> *Gazeta de São João del-Rei*, 28 de abril de 2012, nº 713. Matéria: “Holcim iniciará obras de expansão”; *Folha das Vertentes*, 1º quinzena de setembro de 2011. Matéria: “Holcim investe mais de R\$ 1 bi em Barroso” e outros.

<sup>307</sup> *Idem*.

<sup>308</sup> Além disso, é claro, a razão crucial para tal expansão são as grandes reservas das jazidas de calcário existentes na região.



sancionou, a criação do Conselho Municipal Especial da Expansão, que tem o propósito de analisar e debater os possíveis impactos gerados pelas obras da Holcim<sup>309</sup>. A proposição do projeto foi de iniciativa do vereador Eduardo Pinto, do Partido Verde (PV). O conselho é consultivo e não deliberativo. O vereador justifica a criação desse instrumento de acompanhamento das obras argumentando que “a obra de expansão é muito importante para Barroso, mas é evidente que vários reflexos surgirão, inclusive os negativos. E isso deve ser a preocupação deste Conselho<sup>310</sup> pensar formas de minimizar possíveis impactos ruins na cidade”. Outros aspectos negativos da expansão referem-se ao tráfego intenso de veículos que aumenta ainda mais a poluição atmosférica, o aumento do custo econômico de vida no que se refere aos preços de aluguéis de imóveis, alimentação etc.

#### **3.5.4 – As insatisfações continuam...**

Além das atividades impactantes da expansão<sup>311</sup>, constata-se que a produção de cimento continua poluindo a cidade, conforme denúncia publicada em rede social<sup>312</sup> pelo morador de Barroso Roberto Alves, em outubro de 2013. A Foto 5, a seguir, acompanha a denúncia publicada.

---

<sup>309</sup> Disponível em: <<http://www.barbacenaonline.com.br/noticias.php?c=10876&inf=11>> Acesso em: 11 jun.2013.

<sup>310</sup> O conselho é composto por 10 membros, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; ACIB; Câmara Municipal; Hospital Prefeito Macedo Couto; Programa Municipal de Educação Ambiental; Holcim Expansão; e empresa Mendes Júnior, responsável pelas obras de ampliação da Holcim. Disponível em: <<http://www.barbacenaonline.com.br/noticias.php?c=10876&inf=11>> Acesso em: 12 jun.2013.

<sup>311</sup> A obra de expansão da fábrica tem sido marcada por protestos conflituosos por parte de trabalhadores que reivindicavam, junto à empresa Mendes Junior, prestadora de serviços para a Holcim, melhores salários e condições de trabalho. Depois de greves conturbadas de centenas de trabalhadores, o conflito dos trabalhadores com a empresa culminou com um incêndio no alojamento dos próprios funcionários, ocorrido nos dias 2 e 3 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.noticiasdacidade.org/tag/barroso-mg/page/4/>> Acesso em: 12 mar.2014.

<sup>312</sup> Foto publicada no dia 20 de outubro de 2013. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=380253902106488&set=o.425770107447398&type=3&theater>. Acessado em 12/03/2014.

**Foto 5.** Cidade de Barroso e a fumaça da chaminé da Holcim, no dia 19 de outubro de 2013



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=380253902106488&set=o.425770107447398&type=3&theater> (acessado em 12/03/2014).

O *post* dessa foto, intitulado “O preço do progresso”, gerou alguns comentários que indicam que o antigo problema da poluição da cimenteira ainda é atual. Em um dos comentários, uma cidadã de Barroso, Gisele Silva, protesta dizendo que “(...) essa fumaça faz mal pra muita gente, e até hoje ninguém tomou providência (...)”. Outro morador comenta o *post* pedindo ajuda ao poder público. Diz ele: “Prefeitura Municipal de Barroso, cadê as providências? O povo não pode sofrer [as] consequências, somente porque os ricos resolveram ganhar mais dinheiro (...) e isso não é progresso (...)”. Por fim, o cidadão Jorge Luiz Alves comenta que “(...) isto acontece desde 1957 (...)”<sup>313</sup>.

---

<sup>313</sup> Provavelmente o autor se referiu à data de 1957 por engano, ou seja, a data correta seria 1955, ano em que a fábrica começou a produzir cimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sintonia com os trabalhos historiográficos como os de Thompson<sup>314</sup>, que privilegiam a investigação dos acontecimentos históricos na perspectiva dos atores sociais “vencidos”, procuramos, em nossa pesquisa, analisar a dimensão e a história dos conflitos ambientais em Barroso tomando por base a explicitação das relações de poder entre os atores envolvidos nas disputas de interesses; de um lado, atores que se apropriam de um território para a produção de mercadorias visando à acumulação indefinida de capital; de outro, atores que, frente aos impactos indesejáveis de uma indústria cimenteira, lutam pelo direito de viver em um território livre dos riscos de contaminação e de sujeira, num contexto histórico em que as correlações de força são marcadas pela desigualdade das condições de disputa simbólica e material.

Tratamos de uma situação-problema do passado que ainda é viva nos presentes dias: a poluição e os riscos de contaminação provenientes das atividades de uma fábrica de cimento. Descrevemos e analisamos, acima de tudo, a história do sofrimento de uma população de uma pequena cidade que se emancipou e cresceu vertiginosamente nos arredores de uma fábrica, no início dos anos de 1950. Fábrica, que durante décadas, representou, para Barroso, a euforia desenvolvimentista, “a cidade que ajuda a construir o Brasil”, conforme declama o poema de um ex-funcionário da fábrica publicado no jornal *Barroso*<sup>315</sup>, em 1980, num contexto em que a fábrica fornecia cimento para a construção das grandes obras dos governos militares. Mostramos, ainda, como a fábrica de cimento Barroso, que simbolizou o progresso e a prosperidade na cidade e região, foi também muito significativa do ponto de vista político. Por diversas vezes, no período da ditadura militar, a fábrica foi alvo de visita de governadores do estado. Vários cargos de direção da cimenteira foram ocupados por atores de grande influência no cenário da política nacional, como Tancredo Neves. A política local em Barroso também era influenciada pela

---

<sup>314</sup> THOMPSON, Paul. *A Formação da Classe Operária Inglesa* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1 e 2; THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: UNICAMP, 2001; THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2005.

<sup>315</sup> *Barroso*, julho/agosto de 1980. Matéria: “Companhia de Cimento Portland Barroso, Poema do Trabalho”; Paulo Terra.

cimenteira, que, não raras vezes, apoiou e até lançou candidatos a prefeito e vice-prefeito. A fábrica, fonte de empregos, de impostos para o município, concessionária de uma série de “favores sociais” para a população local, tem, obviamente, um significado muito grande para grande parte da população que sempre dependeu e ainda depende economicamente da cimenteira. Praticamente todas as famílias, direta ou indiretamente, têm ou tiveram algum vínculo com a fábrica. Por essas e outras razões, não foi fácil, em alguns momentos da pesquisa, explorar a dimensão do conflito da relação entre fábrica e moradores. Tivemos dificuldades, por exemplo, de realizar as entrevistas com vários moradores de Barroso, pois, como levantar informações a respeito de um assunto que possa questionar a “imagem ambiental” de uma empresa, num contexto em que ela exerce importante papel social e econômico na vida de muitos familiares? Não foi por acaso que alguns moradores se negaram a conceder entrevistas e outros, que as concederam, pediram para não ter o nome identificado. Esse receio dos moradores em conceder entrevista e de ter o nome identificado mostra, de certa forma, o controle social e vigilante que a empresa exerce na cidade. Por outro lado, a fábrica, ao longo de décadas de poluição, não ficou imune às suas próprias contradições no que diz respeito às emissões atmosféricas que incomodaram e ainda incomodam os moradores com poeira, mau cheiro e doenças.

Destarte, vimos no primeiro capítulo que os primeiros vestígios de contestação dos moradores quanto ao problema da poeira emitida pelas chaminés da fábrica datam de 1962, ano em que a fábrica duplica a sua produção, ocasionando assim o aumento da poeira pelas chaminés. Nesse momento é que surge a pressão popular para a fábrica instalar eletrofiltros para conter a poeira, o que viria a acontecer somente em 1969, cumprindo assim, um antigo sonho dos moradores de Barroso, conforme divulga, em 1968, o jornal *Ponte da Cadeia*<sup>316</sup>. Contudo, mesmo colocado o filtro de contenção de poeira, o que em tese eliminaria o problema da poluição do pó de cimento, o problema da poluição não foi solucionado de fato. Vimos que, em 1972, auge ainda da ditadura militar, a fábrica, pressionada pela demanda interna por cimento, inaugura o seu quarto forno, tornando-se a segunda maior fábrica de cimento do Brasil e o problema da poeira se acentua mais ainda, sendo denunciado, a partir da década de 1970, pelo informativo

---

<sup>316</sup> *Ponte da Cadeia*, 22 de setembro de 1968, Nº 68. Matéria: “Barroso não terá mais poeira”; Adenor Simões Coelho Filho.

oficial da prefeitura, o jornal *Barroso*. Esse foi um ponto que nos surpreendeu, ou seja, a prefeitura, tão dependente economicamente da empresa, usar sua própria imprensa para criticar a poluição da cimenteira, em pleno regime militar.

As contestações do poder público municipal, como as apresentadas pela prefeitura, Câmara de Vereadores e moradores, se tornaram ainda mais conflituosas com a introdução da queima de carvão mineral pela cimenteira, em substituição ao óleo combustível, a partir de 1979, já que, nessa época, o país estava sofrendo com a crise do petróleo. A queima de carvão gerou outro tipo de poluição ainda mais degradante do que a provocada pela poeira branca do cimento, porque a fumaça preta deixava as casas e as roupas no varal sujas de carvão e o ar contaminado deixava as pessoas com as narinas sujas por uma substância preta, como se alguém tivesse dormido ao lado de uma lamparina acesa, conforme relatou o entrevistado Paulo Terra<sup>317</sup>. Esse período de introdução da queima de carvão chegou a ser tão tenso, que a Câmara de Vereadores aprova, por unanimidade, a entrega de um manifesto popular ao governador do estado, Francelino Pereira dos Santos, por ocasião de sua visita a Barroso, no dia 16 de agosto de 1980, solicitando providências quanto ao problema da poluição da fábrica<sup>318</sup>. Vimos, ainda no primeiro capítulo, que a reação da prefeitura contra a poluição da fábrica estava conectada ao debate internacional sobre alguns temas ambientais, divulgados pela imprensa, como a questão da chuva ácida, amplamente discutida nos países europeus, na década de 1970.

Investigamos no segundo capítulo a institucionalização do conflito no Ministério Público do Estado de Minas Gerais da comarca da cidade de Barbacena, em 1992, a partir de denúncia apresentada por um grupo de moradoras do bairro do Rosário que reclamaram da poluição constante da fábrica de cimento. Vimos que o Inquérito Civil Público<sup>319</sup> instaurado a partir da denúncia das moradoras se arrastou por longos quinze anos (de 1992 a 2007) e não teve uma solução definitiva, pois acontecimentos posteriores (como demonstramos no terceiro capítulo) nos mostram que a população nunca ficou totalmente livre da poluição da fábrica, principalmente os moradores do bairro do Rosário. Analisamos, ainda, como a fábrica, já no início

---

<sup>317</sup> Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro, 2013.

<sup>318</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARROSO, 03, 11 de agosto, 1980, Barroso. Ata... Barroso: 1980.

<sup>319</sup> Inquérito Civil Público N° 005906007348-9, consultado no dia 30 de Junho, 2008, na comarca do MPMG de Barroso.

dá década de 1990, começou a dar seus primeiros passos rumo às boas “práticas sustentáveis”, dentro e fora da empresa, influenciada pelas novas concepções hegemônicas acerca da “nova questão ambiental” que estava sendo debatida no âmbito global, cujos desdobramentos estabeleceram uma nova ordem mundial, motivada pela crença de que é possível conciliar o “crescimento econômico” com a preservação dos “recursos naturais” do planeta<sup>320</sup>.

No terceiro capítulo, investigamos a fase mais tensa dos episódios históricos dos conflitos ambientais em Barroso. A partir de 2003, movimentos sociais organizados, como a ONG ODESC, descobrem que a fábrica estava incinerando resíduos industriais de diversas partes do país, como gasolina adulterada, tintas com prazo de validade vencido etc., fato até então desconhecido pelos moradores. Agora, já não é somente a poeira do cimento que incomodava os moradores, mas sim os riscos de contaminação provenientes da queima de lixos industriais, que, segundo a ODESC, libera toxinas e outras substâncias químicas (nanopartículas) que não podem ser contidas por nenhum tipo de filtro, e que ainda podem ser danosas à saúde humana, ao se esparramar pela atmosfera. A partir dessa descoberta, fruto de pesquisa da própria ONG, inicia-se um grande debate público e conflituoso entre a ODESC (em vários momentos apoiada pela igreja católica local, moradores do bairro do Rosário etc.) e a fábrica de cimento Holcim. Vimos que esse embate entre a ONG e a fábrica ocorreu por meio da apresentação da questão do risco de contaminação aos órgãos ambientais do estado e aos Ministérios Públicos Estadual e Federal, pelos protestos contra a incineração ocorridos com o apoio da igreja, pelas campanhas de conscientização contra e a favor da incineração, pelas ameaças e chantagens econômicas feitas pela empresa, quando intensamente questionada, pelo declínio da ODESC, mediante o enorme poderio econômico e social que a multinacional Holcim exerce em Barroso e no mundo. Constatamos ainda como a empresa foi moldando o seu discurso “sustentável”, conjugado com a criação de diversos projetos ambientais, à medida que foi sendo questionada pelos atores que lutavam contra a incineração de produtos tóxicos.

Por fim, vimos também às repercussões políticas, sociais e econômicas trazidas pela expansão da Holcim-Barroso, que se iniciou em 2012. Com o objetivo de triplicar a sua produção, a expansão da cimenteira segue exercendo suas

---

<sup>320</sup> ACSELRAD, H., MELLO, C. A. e BEZERRA, G. N. (Org.) *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2006.

atividades e aumentando suas instalações sem enfrentar muitos questionamentos e críticas.

Os resultados dessa pesquisa, que por ora podemos apresentar, não são nada otimistas. Conforme averiguamos ao longo de nossa investigação, a população de Barroso, em especial os moradores do bairro do Rosário, nunca ficou totalmente livres da poluição da cimenteira. Além disso, muitas perguntas realizadas pela ONG ODESC, a respeito dos riscos de contaminação, aos órgãos ambientais do estado e à própria empresa Holcim, ainda aguardam respostas. Outra questão que chama a atenção é o fato de uma organização não-governamental ter que fiscalizar e promover uma série de ações para alertar o poder público sobre os riscos de contaminação provenientes das atividades da cimenteira. Isso mostra a fragilidade e o descaso dos poderes públicos do município e do estado, já que esses atores deveriam ser os protagonistas por excelência no exercício do papel de fiscalizar e garantir o direito dos moradores de viver livres de quaisquer riscos de contaminação industrial. Por outro lado, a atuação da ODESC mostra a força da sociedade civil quando é organizada.

Com a atual expansão das instalações da cimenteira, o que em tese pode aumentar a histórica poluição na pequena cidade de Barroso, pode-se dizer que o futuro dos moradores atingidos, no que diz respeito ao direito de viver num ambiente livre de poluição industrial, ainda é uma incógnita que merecerá novos estudos.

## BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO DE SOUSA, Ana Cristina: *A evolução da política ambiental no Brasil do século XX*. Disponível em: <file:///C:/Users/Peterson/Documents/A%20EVOLU%C3%87%C3%83O%20DA%20POL%C3%8DTICA%20AMBIENTAL%20NO%20BRASIL%20DO%20S%C3%89CULO%20XX.htm> Acesso em: out.2013.

ACSELRAD, Henri, *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*, in: ACSELRAD, Henri (org.), *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004, p. 13-98.

ACSELRAD, H., MELLO, C. A. e BEZERRA, G. N. *O Que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2009.

ACSELRAD, H., MELLO, C. A. e BEZERRA, G. N. (Org.) *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2006.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs). *Justiça ambiental e cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004c, p.9.

ALMEIDA, Alfredo B. de et. al. (2010), *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro: Lamparina.

ANDRADE, Maristela de Paula e SOUZA FILHO (2006), Benedito, *Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*, São Luís: EDUFMA.

ARAÚJO, Eliane Rocha (2006). *Responsabilidade social empresarial, comunidade e cidadania participativa: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.



ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Representações da Natureza e Des-figuração dos Conflitos Socioambientais: A Publicidade dos setores Elétrico, Químico e Petroquímico entre 1982 e 2002*. 2005. BH. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. ed. Lisboa: Difel: 1989 p.134 e 135.

BRANDÃO, Carlos. *Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Pp. 39-70 do livro de ALMEIDA, A.W.B acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. *Dos Pântanos à Escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Annablume, 2004.

CARNEIRO, Eder J. (2003). *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, ed. EDUSC, 1999.

CABRAL, Diogo de C., “Substantivismo econômico e história florestal da América Portuguesa”, in: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 14, nº 39, jan/jun 2008, pp. 113-133.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996:

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Livraria Nobel S.A., 1989.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FERREIRA, M. de M; FERNANDES, T. M. e ALBERTI, V. (org.). *História Oral Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 85-97.

FERREIRA, Marieta Moraes de. *História, tempo presente e história oral*. In: Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FREITAS, Sônia M. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. São Paulo, ed. Humanitas/FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRANK, Robert. *Questões para as fontes do presente*. IN: CHAUVEAU P; TÉTARD, A (org). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

GIFFONI PINTO, R.: O poder da crítica: *um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental*.. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais, 2011, Caxambú. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011.

GAWORA, Dieter, IDE, Maria H. de S., BARBOSA, Rômulo S. (orgs.) (2011), *Povos e comunidades tradicionais do Brasil*, Montes Claros: Unimontes.

HARVEY, David, *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume, 2005 (Cap. 2, “A Geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”, pp. 41-73).

HARVEY, David, *O novo imperialismo*, São Paulo: Edições Loyola, 2004 (Cap. 3, “A opressão via capital”, pp. 77-114).

HARVEY, David, “*A acumulação via espoliação*”, in: HARVEY. David, *O novo imperialismo*, São Paulo: Edições Loyola, 2004, pp. 115-148.

HOLCIM, Instituto. *Fala, Barroso! Projeto ortópolis 3 anos*. [Internet]. São Paulo; 200-? [acesso em 2013 out27]. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XrYGhmgULbEJ:www.holcim.com.br/holcimcms/uploads/BR/livro\\_fala\\_barroso\\_web.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XrYGhmgULbEJ:www.holcim.com.br/holcimcms/uploads/BR/livro_fala_barroso_web.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br).

LADURIE, Emmanuel Le Roy, *Economies, Sociétés, Civilisation: dos Annales* 29 (1974).

LEITE LOPES, José Sérgio (coord.) (2004), *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas. Ed. Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In BURKE, Peter, *A escrita da História*. São Paulo, Unesp, 1992.

MARX, Karl, *A origem do capital: a acumulação primitiva*, São Paulo: Global Editora, 1977, pp. 19-55.

MARX, Karl. *O Capital*. Nova York: Vintage, 1976. Vol. 1.

MARX, Karl. *Manuscritos economia Y filosofia*. 5 ed. Spain: Aliança – Editorial Madrid, 1974.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Faculdades Pedro Leopoldo, 2007, p. 73-83.

MEIHY, José C. S. B. *Manual de história oral*. ... São Paulo: Peirópolis, 2000.

O'CONNOR, James. *Qué es la historia ambiental? Por qué la historia ambiental?*, in: *Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico*. México: Siglo XXI, 2001.

OLIVEIRA, Valéria M. S. *Movimento Social e Conflitos Socioambientais no Bairro América - Aracaju/ SE: O Caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA), UFS: São Cristóvão, 2008.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*”, in: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FVG, 1996, p. 103-130.

PÁDUA, José Augusto Pádua. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 318 p.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial estampa, 1998

RIOUX, J.P. *Pode-se fazer uma história do presente?* IN: CHAUVEAU P; TÉTARD, A (org). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

SOUZA, Geraldo Napoleão. *Barroso: Subsídio para a História do Município*. Viçosa-MG: Editora Folha de Viçosa Ltda, 1979.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. *A Formação da Classe Operária Inglesa* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1 e 2.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*; tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, 439 p. Tradução de Paulo Henriques Britto.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. in: Estudos Históricos, 4(8), Rio de Janeiro, 1991, p. 198-215.

ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens (orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PAIVA, A.(2005), “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”, in Andréa Zhouri, Klemens Laschefskie Doralice Pereira (orgs.), *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*, Belo Horizonte, Autêntica.

## FONTES

### **1.1 – Fontes primárias consultadas na biblioteca Municipal Baptista Caetano d' Almeida de São João del-Rei**

Jornal *Diário do Comércio* de São João del-Rei. Pesquisado exemplares de 1953 a 1964.

*Jornal de Minas* de São João del-Rei. Pesquisado exemplares de 1969 a 1971.

Jornal *Gazeta de São João del-Rei*. Pesquisado exemplares entre o período de 2010 a 2012.

Jornal *Folha das Vertentes*. Pesquisado exemplares entre o período de 2011 a 2012.

Jornal *Estado de Minas*. Pesquisado o exemplar de 08 de abril de 2006.

Jornal *Ponte da Cadeia* de São João del-Rei. Pesquisado exemplares entre o período de 1967 a 1980.

### **1.2 - Fontes primárias (jornais e atas) consultadas na cidade de Barroso**

Jornal *Barroso em Dia* de Barroso. Pesquisado exemplares entre o período de 2006 a 2013.

Jornal *Barroso* da cidade de Barroso, informativo oficial do município de Barroso. Pesquisado exemplares entre o período de 1971 a 1991.

Jornal *Losango* da fábrica Companhia de Cimento Portland Barroso. Pesquisado exemplares entre o período de 1965 a 1973.

Jornal *Na boca do forno* de Barroso. Pesquisado exemplares entre o período de 1988 a 1993.

Jornal *Gazeta de Barroso* de Barroso. Pesquisado exemplares entre o período de 1993 a 1995.

Jornal *Tribuna de Barroso* de Barroso. Pesquisado exemplares entre o período de junho a dezembro de 2003.

Livro de Atas da Câmara de Vereadores. Pesquisado livros entre o período de 1960 a 1991.

### **1.3 – Arquivo do Ministério Público de Minas Gerais, Comarca de Barroso.**

Inquérito Civil Público N° 005906007348-9, examinado na comarca do MPMG de Barroso, no dia 30 de Junho, 2008.

Inquérito Civil N° 01/2004, examinado na comarca do MPMG de Barroso, no dia 1º de julho de 2008.

Inquérito Civil N° 01/2007, examinado na comarca do MPMG de Barroso, no dia 1º de julho de 2008.

### **1.4 – Entrevistas realizadas**

Entrevista com representante da ONG ODESC. Barroso, 19 de março, 2009.

Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente de Barroso. Barroso, 03 de junho, 2009. Pediu para não ter o nome identificado.

Entrevista com o Secretário de Obras de Barroso. Barroso, 03 de junho, 2009. Pediu para não ter o nome identificado.

Entrevista com José Bernado Meneghin. Barroso, 11 de novembro, 2013.

Entrevista com Paulo Terra. Barroso, 11 de novembro, 2013.

Entrevista com Margarida Viena (nome fictício). Barroso, 15 de novembro, 2013.

Entrevista com Inimá Rodrigues Pereira. Barroso, 15 de novembro, 2013.

Entrevista com Vera Aparecida Rodrigues Pereira. Barroso, 15 de novembro, 2013.

Entrevista com Mariana Silvia (nome fictício). Barroso, 15 de novembro, 2013.

Entrevista com Sebastião Silva. São João del-Rei, 06 de janeiro, 2014.

Entrevista com Luiz Rodrigo (nome fictício). São João del-Rei, 06 de janeiro, 2014.

Entrevista (online) com Attila Silva de Barbacena. São João del-Rei, 17 de março, 2014.

### **1.5 - Outras fontes**

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 Jun. 2010.

IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../notasindicadores.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/.../notasindicadores.shtm)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

Inquérito Civil Nº 1.22.000.000960/2004-99, do MPF da Procuradoria da República no Município de São João del-Rei.

ODESC, *Relatório Holcim S.A. brincando de Deus!* 2009. Barroso.



MINAS GERAIS. Decreto nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, *Concede autorização para funcionar como empresa de mineração*. [s.n.].

NEVES, Tancredo Almeida. Cerimônia. Barroso: Câmara de Vereadores, 1981. *Discurso da cerimônia de entrega do "Título de cidadão honorário"*.

PORTAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. Disponível em: <http://www.abcp.org.br/conteudo/sustentabilidade/coprocessamento-saiba-mais-sobre-essa-solucao>. Acesso em: 22 set.2013.

PORTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Disponível em: <http://www.prms.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/ministerio-publico-no-brasil/funcoes-constitucionais>. Acesso em: 27 mai.2013.

PORTAL MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/interno/index/id/5> Acesso em: 19 mar.2014.

PORTAL DA FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Disponível em: <http://www.feam.br/instituicao>. Acesso em: 05 fev. 2014.

PORTAL INSTITUTO HOLCIM. Disponível em: [http://www.institutoholcim.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13:ortopolisbarroso-mg&catid=1:desenvolvimento-local&Itemid=2](http://www.institutoholcim.org/index.php?option=com_content&view=article&id=13:ortopolisbarroso-mg&catid=1:desenvolvimento-local&Itemid=2) Acesso em: 23 mai.2013.

PORTAL SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. Disponível em: [http://www.snic.org.br/pdf/Historia\\_do\\_Cimento\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.snic.org.br/pdf/Historia_do_Cimento_no_Brasil.pdf) Acesso em: 12 jun. 2013.

PORTAL JORNAL DAS LAGES. *Em Barroso trajetórias política e industrial se misturam*. Disponível em: <http://www.jornaldaslajes.com.br/integra.php?i=938>. Acesso em: 14 jun. 2013.

PORTAL MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. Ministério Público no Brasil. Disponível em: <<http://www.mpu.mp.br/navegacao/institucional/historico>>. Acesso em: 01 abr.2014.

PORTAL SEMAD (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). *Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM*. Disponível em: <<http://www.semad.mg.gov.br/copam>> Acesso em: 16 mai.2013.

PORTAL DIÁRIO DO COMÉRCIO. *Expansão da Holcim será concluída no próximo ano*. Disponível em: <<http://www.diariodocomercio.com.br/index.php?id=70&conteudold=132960&edicaoold=1435>> Acesso em: 14 jun.2013.

PORTAL CIÊNCIA HOJE. *Sobre mineração e sustentabilidade*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/terra-em-transe/sobre-mineracao-e-sustentabilidade>> Acesso em: 15 jun.2013.

PORTAL BARBACENA ONLINE. *Formado o conselho da expansão*. Disponível em: <<http://www.barbacenaonline.com.br/noticias.php?c=10876&inf=11>> Acesso em: 17 jun.2013.

PORTAL NO A LA INCINERACIÓN Disponível em: <<http://noalaincineracion.org/campanas-locales/>> Acesso em: 26 mar.2014.

PORTAL PASSADO VIVO. Disponível em: < <http://www.mncr.org.br/artigos/o-passado-vivo>>. Acesso em: 21 mar.2014.

REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ZONA DA MATA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, 85, 2012, Ubá. Ata.... Ubá: 2012.

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/download/22864/13604>. Acesso em: 2 abr. 2014.

[http://www.agroambiente.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=65&Itemid=60](http://www.agroambiente.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=60). Acesso em: 6 fev. 2014.

<HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/PHOTO.PHP?FBID=499051973521207&SET=O.371867989511846&TYPE=3&THEATER> (ACESSADO EM: 13/11/2013).

<HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/PHOTO.PHP?FBID=517336388360168&SET=O.371867989511846&TYPE=3&THEATER> (ACESSADO EM 19/10/2013).

<HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/PHOTO.PHP?FBID=723764507640779&SET=O.371867989511846&TYPE=3&THEATER> (ACESSADO EM 24/01/2014).

<HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/GROUPS/CURTOAMEMORIADEBARROSO/PHOTOS/> (ACESSADO EM 14/11/2013).

<HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/PHOTO.PHP?FBID=380253902106488&SET=O.425770107447398&TYPE=3&THEATER> (ACESSADO EM 12/03/2014).